UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO PAUTADA NAS DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS DO CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DA BANANA EM MISSÃO VELHA – CEARÁ.

(VERSÃO CORRIGIDA)

CÍCERO LUCIANO FERREIRA DE CASTRO

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Interinstitucional, em Geografia Humana, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e a Universidade Regional do Cariri – URCA.

Orientadora Profa. Dra. ROSA ESTER ROSSINI

SÃO PAULO

2018

CÍCERO LUCIANO FERREIRA DE CASTRO

A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO PAUTADA NAS DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS DO CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DA BANANA EM MISSÃO VELHA – CEARÁ.

(VERSÃO CORRIGIDA)

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Interinstitucional, em Geografia Humana, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e a Universidade Regional do Cariri – URCA.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientadora Profa. Dra. ROSA ESTER ROSSINI

SÃO PAULO

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C355a(CASTRO, Cícero Luciano Ferreira de

A (re)produção do espaço pautada nas dinâmicas Socioeconômicas do circuito espacial produtivo da banana em Missão Velha - Ceará / Cícero Luciano Ferreira de CASTRO ; orientadora Rosa Ester ROSSINI.

- São Paulo, 2018.

157 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,

Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. CH712.29.4.1. 2. CH712.21. 3. CH761.21.1.2. 4. CH764.4.1.1.1. 5. CH712.13.1.1. I. ROSSINI, Rosa Ester, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Cícero Luciano Ferreira de Castro

Data da defesa: 19/10/2018

Nome do Prof. (a) orientador (a): Rosa Ester Rossini

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 18/12/2018

_____
(Assinatura do (a) orientador (a)

A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO PAUTADA NAS DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS DO CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DA BANANA EM MISSÃO VELHA – CEARÁ.

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Interinstitucional, em Geografia Humana, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e a Universidade Regional do Cariri – URCA.

Aprovado em: 19/10/2018

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Rosa Ester Rossini (Orientadora)

Instituição: DG-FFLCH – Universidade de São Paulo

Assinatura: _____

Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto

Instituição: DG-FFLCH – Universidade de São Paulo

Assinatura: _____

Profa. Dra. Aline Lima Santos

Instituição: DG-FFLCH – Universidade de São Paulo

Assinatura: _____

Prof. Dr. Emerson Ribeiro

Instituição: DEGEO-PMEDU- Universidade Regional do Cariri

Assinatura: _____

SÃO PAULO

2018

Dedico este trabalho a minha filha Isla Luana Batista de Castro por partilharmos a mesma paixão pela pesquisa, a minha esposa Ana Cleide Batista pelo apoio e compreensão da minha ausência nas demandas que um lar exige, a minha sogra que muitas vezes, mesmo sem condições, fez tudo para me ajudar Maria Ilza Batista Ferreira (*in memorian*)

Agradecimentos

O presente trabalho constitui-se no final de uma jornada a qual necessitou de esforço, dedicação e muita leitura. A orientação da Profa. Dra. Rosa Ester Rossini foi muito importante. Agradeço sua paciência, bem como a prontidão ao me introduzir nesse universo da pesquisa de forma responsável. Suas indicações de leitura foram de grande valia para o aprofundamento teórico necessário a esta pesquisa.

Nesse caminho não poderia deixar de agradecer a minha esposa a professora Ana Cleide Batista pelo apoio incondicional, sem mencionar a ajuda tão oportuna nos momentos de interpretação e revisão da escrita deste trabalho.

Não poderia deixar de agradecer também aos meus pais Elias Marques e Elizabete Ferreira por ter me dado a oportunidade de estudar, aos meus irmãos Lucas Castro pelo exemplo e Lucivaldo Castro pelo apoio no trabalho de campo.

No caminho para chegar ao MINTER em Geografia Humana USP/URCA agradeço a iniciativa do Prof. Dr. Emerson Ribeiro por estar à frente desse projeto e pelo apoio durante todo o período do mestrado. É importante mencionar também a importância dos professores da graduação em Geografia da URCA: Simone Ribeiro, Ivan Queiroz e Maria Soares, responsáveis por parte do conhecimento que tornou possível a aprovação neste mestrado.

Agradeço também aos meus amigos e colegas de profissão Pedro Silvino e Andreia Matos que me apoiaram na retomada dos estudos com o objetivo de ingressar no mestrado, assim como os camaradas Cícero Danilo e Liro Nobre pela parceria e diálogos riquíssimos que contribuíram com a pesquisa. Não poderia deixar de mencionar uma das pessoas que mais me incentivou nesse caminho, o amigo Antônio Ferreira.

O convívio durante o estágio no Laboratório de Planejamento Territorial e Ambiental – LABOPLAN localizado no prédio de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – FFLCH da USP, foi muito enriquecedor e por esse motivo agradeço a todos os colegas de laboratório, em especial ao Pesquisador Mateus Sampaio pela ajuda fundamental com os mapas.

Agradeço a todos os agricultores e seus familiares que prontamente dispuseram de tempo para responder o questionário de entrevista.

Muito obrigado a todos.

São Paulo, outubro de 2018.

RESUMO

A opção epistemológica escolhida como categoria de análise para compreender as dinâmicas do circuito espacial produtivo da banana em Missão Velha - Ceará, abrange a elaboração teórica do geografo Milton Santos sobre os sistemas de objetos e sistemas de ações. Para tanto, fora necessário um esforço de reflexão na tentativa de superar as complexidades desta categoria de análise do espaço. A pesquisa fora estruturada em três partes. Na primeira procurou-se abordar a estrutura organizacional do estado do Ceará em sua política de desenvolvimento econômico materializada em incentivos fiscais e reestruturação do Estado. Neste percurso a Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará – ADECE participa da administração pública de forma indireta por se tratar de uma Sociedade Anônima SA de economia mista. Na reestruturação do estado, a construção de novas estradas, o asfaltamento de estradas antigas, e a construção do Cinturão das Águas do Ceará – CAC, constituem-se objetos técnicos a serviço dos interesses econômicos da diminuta classe de empresários que investe não somente no agronegócio, mas também no setor industrial e de serviços. O Estado através da ADECE vem divulgando que a construção do Cinturão das Águas do Ceará – CAC, irrompe como a obra que propiciará ao estado a seguridade hídrica para atrair o empresário, sobretudo na agricultura irrigada e/ou no agronegócio. O segundo capítulo busca compreender o circuito espacial produtivo da fruticultura irrigada da banana no município de Missão Velha – CE, sob essa perspectiva tomam destaque duas empresas: Sítio Barreiras Fruticultura LTDA e Sítio Paraíso Verde Fruticultura LTDA-ME. Como método optou-se por averiguar no Banco de Dados Agregados do IBGE a quantidade produzida de bananas nos municípios do Brasil, exatamente os dados referentes à área destinada ao plantio, área colhida e valor médio da produção. Desta forma, fora feita análise tornando-se possível comparar os dados no período de 2006 e 2015, com o objetivo de averiguar a variação na produção de banana no país. Diante dos dados o município de Missão Velha toma destaque no circuito espacial produtivo da banana entre os dez municípios do Brasil que mais produz banana. Com a preocupação de constatar se houve redução na produção dos gêneros alimentícios (feijão, milho, amendoim e mandioca), o último capítulo surge na tentativa de entender a substituição da policultura desses gêneros alimentícios pela monocultura da banana, para tanto fora feito recorte temporal de duas décadas com o intuito de identificar em que momento ocorre esse processo de transição e as consequências que a inserção desse novo modo de produção, pautadas na maximização do lucro, que o agronegócio impõe, pode causar à condição de vida do agricultor. Para isso verificar o perfil do trabalhador do campo e os possíveis impactos socioeconômicos que esse venha a sofrer é de fundamental importância na elaboração de políticas públicas que priorizem as necessidades sociais ao invés dos interesses capitalistas na contramão do que o mercado impõe ao Estado e consequentemente à sociedade.

Palavras-chaves: desigualdade socioeconômicas, agronegócio, desenvolvimento econômico, reestruturação do Estado, gerenciamento hídrico e Missão Velha – CE.

ABSTRACT

The epistemological option chosen as a category of analysis to understand the dynamics of the productive space circuit of the banana in Missão Velha - Ceará, covers the theoretical elaboration of the geographer Milton Santos on the systems of objects and systems of actions. For that, an effort of reflection was necessary in order to overcome the complexities of this category of space analysis. The research had been structured in three parts. In the first one, it was tried to approach the organizational structure of the State of Ceará in its policy of economic development materialized in fiscal incentives and restructuring of the State. In this course the Economic Development Agency of the State of Ceará - ADECE participates in the public administration indirectly because it is a Joint-stock Company SA of mixed economy. In the restructuring of the state, the construction of new roads, the asphalting of old roads, and the construction of the Ceará Water Belt - CAC constitute technical objects in the service of the economic interests of the small class of entrepreneurs who invest not only in agribusiness , but also in the industrial and services sector. The State through ADECE has been announcing that the construction of the Ceará Watercourse Belt - CAC, erupts as the work that will provide the state with water security to attract the entrepreneur, especially in irrigated agriculture and / or agribusiness. The second chapter tries to understand the productive space circuit of the irrigated fruit tree of the banana in the municipality of Missão Velha - CE, under this perspective two companies stand out: Sítio Barreiras Fruticultura LTDA and Sítio Paraíso Verde Fruticultura LTDA-ME. As a method, it was decided to check the IBGE Aggregated Data Bank for the quantity of bananas produced in the municipalities of Brazil, exactly the data referring to the area for planting, area harvested and average value of production. Thus, an analysis was made making it possible to compare the data in the period of 2006 and 2015, with the objective of ascertaining the variation in banana production in the country. Given the data, the municipality of Missão Velha takes prominence in the productive space circuit of the banana among the ten municipalities in Brazil that produces the most banana. With the aim of verifying whether there was a reduction in the production of foodstuffs (beans, corn, peanuts and cassava), the last chapter arises in an attempt to understand the substitution of the polyculture of these foodstuffs by banana monoculture, to both had been made a temporal cut of two decades in order to identify when this transition process occurs and the consequences that the insertion of this new mode of production, based on the profit maximization, that agribusiness imposes can cause to the condition of life of the farmer. In order to verify the profile of the rural worker and the possible socioeconomic impacts that this will suffer is of fundamental importance in the elaboration of public policies that prioritize the social needs instead of the capitalist interests against what the market imposes to the State and consequently to the society.

Keywords: socioeconomic inequality, agribusiness, economic development, state restructuring, water management and Missão Velha - CE.

Lista de Figuras

Figura 1 – Organograma do Governo do Estado do Ceará.....24

Figura 2 – Ceará: Câmara Setoriais da ADECE.....29

Figura 3 – Juazeiro do Norte – CE: Início da CE 292.....42

Figura 4 – Missão Velha – CE: Obras de Duplicação da CE 293.....49

Figura 5 – Missão Velha – CE: Colheita de Bananas Realizada em uma Pequena Porodução.....114

Figura 6 – Juazeiro do Norte – CE: Mercadinhos São Luís – Cariri Garden Shopping.....115

Figura 7 – Missão Velha – CE: Colheita e transporte de cachos de bananas.....120

Figura 8 – Missão Velha – CE: Seleção de cachos de bananas.....121

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Ceará: Capacidade de Armazenamento do Açude Manoel Balbino.....48

Gráfico 2 – Ceará: Precipitações Anuais na Bacia do Salgado.....50

Gráfico 3 – Missão Velha – CE Comparativo da Produção de Bananas 1997 e 2015.....62

Gráfico 4 – Brasil: Os 10 Municípios com Maior Produção em Toneladas de Banana em 2015.....89

Gráfico 5 – Brasil: Rendimento Médio dos 10 Municípios Produtores de Bananas em 2015.....90

Gráfico 6 – Ceará: Produção de Bananas em Missão Velha 2009 a 2015.....93

Gráfico 7 – Missão Velha – CE: Evolução da Produção de Milho, Amendoim, Feijão, Cana-de-Açúcar e Mandioca de 2006 até 2015.....106

Gráfico 8 – Evolução da Produção da Monocultura e Policultura nos Anos de 1996, 2006 e 2015.....107

Gráfico 9 – Cidade Onde Comprou o Bem.....128

Gráfico 10 – Formas de Pagamento dos Bens Adquiridos.....130

Gráfico 11 – Famílias Contempladas no PMCMV em Missão Velha Segundo Faixa de Renda.....138

Lista de Mapas

Mapa 01 – Cinturão Digital do Ceará – 2017.....31

Mapa 02 – Ceará: Polos de Agricultura Irrigadas – 2017.....34

Mapa 03 – Ceará: Áreas Susceptíveis à Desertificação – 2018.....52

Mapa 04 – Trechos 1 e 2 do Cinturão das Águas do Ceará (CAC) – 2018.....54

Mapa 05 – Ceará: Polos de Agricultura Irrigadas e Cinturão das
Águas do Ceará (CAC) – 2017.....57

Mapa 06 – Ceará: Localização da Áreas dos Municípios de Barbalha,
Missão Velha e Juazeiro do Norte 2017.....61

Mapa 07 – Missão Velha – CE. Unidades de Cultivo de Bananas das empresas
Sítio Barreiras e Sítio Paraíso Verde em dezembro de 2018.....71

Mapa 08 – Fluxograma de Insumos para as Unidades de Produção das
Empresas Sítio Barreiras e Sítio Paraíso Verde em 2017.....78

Mapa 09 – Brasil: Comparativo da Produção em Toneladas de
Bananas dos Estados ente 2006 e 2015.....81

Mapa 10 – Ceará: Área Colhida, Quantidade Produzida e
Valor da Produção de Bananas em 2015 95

Mapa 11 – Missão Velha – CE: Áreas de Plantio de Bananas
Segundo Categorias de Atividade em 2017.....100

Mapa 12 – Ceará: Área de Plantio de Bananas e Mancha Urbana
no Triângulo Juazeiro Barbalha e Missão Velha 2018.....141

Lista de Tabelas

Tabela 01 – Pontuação para Empregos Gerados segundo Decreto N° 29.185 de fevereiro de 2008.....38

Tabela 02 – Pontuação para Custo de Transação segundo Decreto N° 29.185 de fevereiro de 2008.....39

Tabela 03 – Pontuação para Distância segundo Decreto N° 29.185 de fevereiro de 2008.....39

Tabela 04 – Pontuação para Responsabilidades: Social, Cultural e Ambiental segundo Decreto N° 29.185 de fevereiro de 2008.....40

Tabela 05 – Trechos do Cinturão das Águas do Ceará – CAC 2018.....55

Tabela 06 – Missão Velha – CE: Produção de Milho, Feijão e Amendoim entre 2006 e 2015 em Toneladas.....62

Tabela 07 – Áreas de Plantio das Empresas Produtoras de Banana.....72

Tabela 08 – Fornecedores de Insumos. 1º Trimestre de 2017.....75

Tabela 09 – Região Nordeste: Comparativo da Produção em Toneladas de Bananas entre 2006 e 2015.....83

Tabela 10 – Região Centro-Oeste: Comparativo da Produção em Toneladas de Bananas entre 2006 e 2015.....84

Tabela 11 – Região Sudeste: Comparativo da Produção em Toneladas de Bananas entre 2006 e 2015.....85

Tabela 12 – Região Sul: Comparativo da Produção em Toneladas de Bananas entre 2006 e 2015.....86

Tabela 13 – Região Norte: Comparativo da Produção em Toneladas de Bananas entre 2006 e 2015.....87

Tabela 14 – Brasil: Os 10 Municípios com Maior Incidência de Produção em Toneladas de Bananas em 2015.....88

Tabela 15 – Ceará: Produção de Banana em toneladas em Missão Velha 2009 a l2015.....92

Tabela 16 – Missão Velha - -CE: Área de Plantio dos Produtores Autônomos de Bananas Identificados Através das Imagens de Satélite e Trabalho de Campo 2017.....97

Tabela 17 – Missão Velha – CE: Comparativo da Produção de Milho, Amendoim, Feijão, Cana-de-açúcar, Mandioca e Banana entre 2006 e 2015(em Toneladas).....103

Tabela 18 – Missão Velha – CE: Produção de Milho, Amendoim, Feijão, Cana-de-açúcar e Mandioca entre 2006 e 2015(em Toneladas).....105

Tabela 19 – Missão Velha – CE: Produção de Bananas entre 2006 e 2015(em Toneladas).....105

Tabela 20 – Perfil do trabalhador: Tempo que Trabalha, Função e Estabilidade – 2017.....117

Tabela 21 – Locomoção para o Trabalho e Valor Salarial.....118

Tabela 22 – Calendário Agrícola do Cultivo de Bananas.....119

Tabela 23 – Questões Trabalhistas.....121

Tabela 24 – Missão Velha – CE: Número de salários por família coletado a partir do trabalho de campo – 2017.....123

Tabela 25 – Missão Velha – CE: Número de pessoas por família coletado a partir do trabalho de campo – 2017.....123

Tabela 26 – Levantamento de Bens Adquiridos Pelas Famílias.....126

Tabela 27 – Relação Entre Função, Escolaridade, Local de Compra e Local em Que Reside.....129

Tabela 28 – Unidades de Casas do PMCMV em Missão Velha – CE entre 2010 e 2014.....137

Tabela 29 – Unidades de Casas do PMCMV em Barbalha– CE entre 2009 e 2014.....138

Tabela 30 – Unidades de Casas do PMCMV em Juazeiro do Norte – CE entre 2009 e 2014.....139

Lista de Quadros

Quadro 01 – Identificação da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE 2017.....24

Quadro 02 – Anexo Único do Artigo 11 da Lei Nº 13.960.....26

Quadro 03 –Quadro de Sócios da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE em 2016.....27

Quadro 04 – Empresas que Compõem o Sítio Barreiras Fruticultura LTDA 2018.....65

Quadro 05 – Empresa Sítio Paraíso Verde Fruticultura LTDA-ME.....70

Quadro 06 – Brasil: Endereços das Empresas Fornecedoras de Insumos em 2017.....77

Lista de abreviações

ADECE	Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará
ANA	Agência Nacional de Água
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAC	O Cinturão das Águas do Ceará
CEDIN	Conselho de Desenvolvimento Industrial do Estado do Ceará
CENTEC	Instituto Centro de Ensino Tecnológico
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CIPP	Complexo Industrial e Portuário do Pecém
CNAE	Cadastro Nacional de Atividades Econômicas
CNDE	Certidão Negativa de Débito Estadual
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COELCE	Companhia Elétrica do Ceará
COGERH	Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará
DAE	Documento de Arrecadação Estadual
DIEF	Declaração de Informações Econômico-Fiscal
DOE	Diário Oficial do Estado
EEEP	Escolas Estaduais de Educação Profissionalizantes
EPP	Empresa de Pequeno Porte
FDI	Fundo de Investimento Industrial do Ceará
FIT	Fundo de Desenvolvimento Tecnológico do Estado do Ceará
FUCEME	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IFCE	Instituto Federal do Estado do Ceará
LOA	Lei Orçamentária Anual

LTDA	Sociedade Empresarial de Responsabilidade Limitada
LTDA – ME	Sociedade Empresarial de Responsabilidade Limitada Microempresa
PAM	Produção Agrícola Municipal
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
P1MC	Programa 1 Milhão de Cisternas
P1MCR	Programa Um Milhão de Cisternas Rurais
PMCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
S.A.	Sociedade Anônima
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
S/S	Sociedade Simples Limitada
SECITECE	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior
TI	Tecnologia da Informação

SUMÁRIO

Introdução.....17

Capítulo I – A estrutura organizacional do estado do Ceará voltada para a política de desenvolvimento econômico.....23

1.1 A institucionalização da Agência de Desenvolvimento do Ceará – ADECE.....23

1.2 A política de Desenvolvimento Econômico.....36

1.3. A Irrigação Pública como Vetor de Modernização Agrícola.....43

1.4 O Gerenciamento Hídrico e o Desenvolvimento das Cidades.....44

1.5 Segurança Hídrica e Economia no Estado do Ceará.....47

Capítulo II – O circuito de produção da Fruticultura Irrigada da Banana no Município de Missão Velha.....60

2.1 O Circuito Espacial da Produção de Banana.....60

2.2 Empresas Especializadas na Produção de Banana.....63

2.2.1. A Formação da Empresa Sítio Barreiras.....63

2.2.2. A Formação da Empresa Sítio Paraíso Verde.....69

2.2.3. Ocupação Espacial das Empresas Sítio Barreiras e Sítio Paraíso Verde.....71

2.3 A Produção de Banana e a Origem dos Insumos.....73

2.4 Ceará: O Fluxo de Insomos do Sítio Barreiras.....75

2.5 A Produção de Banana no Município de Missão Velha – Ceará no Contexto Nacional.....79

2.5.1. O Aumento das Áreas Destinadas ao Plantio de Banana em Missão Velha – Ceará.....96

Capítulo III – Produção, Trabalho e Desigualdade Socioespaciais.....103

3.1 Da Produção Pretérita à Monocultura da Banana em Missão Velha.....103

3.2 – A evolução do conceito de trabalho.....109

3.3 O trabalhador Agrícola Não Rural.....111

3.4 Agronegócio e Desigualdades Socioespaciais.....131

3.5 Transformações Socioespaciais e Econômicas: Algumas Considerações.....142

Considerações Finais.....144

Referencias Bibliográficas.....147

Anexos.....154

INTRODUÇÃO

Entender as dinâmicas que envolvem o circuito espacial produtivo da banana no município de Missão Velha no sul do Ceará é o propósito desta pesquisa. Para chegarmos a este ponto foi necessário esforço de leitura das obras de autores que já percorreram por caminhos semelhantes e os ultrapassaram.

Este trabalho resulta de uma pesquisa que surgiu a partir da inquietação acerca dos fenômenos observados na repentina explosão da produção de bananas no município de Missão Velha – Ceará. Este fenômeno tomou destaque ao ponto de sua produção ter ocupado a maioria dos espaços de distribuição na maior cidade do interior do estado do Ceará, Juazeiro do Norte.

Como recorte temporal o período de 1996 a 2016 foi escolhido para entender os fenômenos espaciais que até agora vem transformando não só o município de Missão Velha, mas as cidades circunvizinhas em razão da reestruturação do Estado para atender às demandas do circuito produtivo da banana.

Entretanto para constatar como este processo teve início faz-se relevante destacar as ações do Sítio Barreiras Fruticultura LDTA, visto que esta foi a empresa pioneira no plantio de banana na região. A referida empresa instituiu-se como pessoa jurídica no ano de 2004, todavia a compra das terras que serve de áreas de plantio foi realizada no final do milênio anterior.

É de suma importância ressaltar que o circuito produtivo de um gênero alimentício não é estudado apenas tendo como foco a produção de uma única empresa, mas sim do conjunto formado por todas as unidades produtoras da região, além de levar em consideração todos os mecanismos que envolvem a produção: compra de insumos, preparo da terra, produção, estocagem, logística, contabilidade e distribuição.

Antes da produção e distribuição de bananas feita pelo município de Missão Velha que hoje abastece o sul do Ceará – não limitado apenas a este estado – o Cariri Cearense era abastecido pela região produtiva de Petrolina – PE e Juazeiro – BA.

A ideia de realizar essa pesquisa surgiu aos poucos diante da necessidade de revisão bibliográfica do pré-projeto de pesquisa que me rendeu aprovação no curso de Mestrado Acadêmico em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas na Universidade de São Paulo, por meio de um convênio com o Departamento de Geografia da Universidade Regional do Cariri e da Universidade de São Paulo.

Até então o pré-projeto tinha como proposta estudar a transformação do espaço determinada pela reestruturação produtiva pautada nas dinâmicas territoriais da industrialização calçadista no município de Juazeiro do Norte – Ceará.

Devo aqui fazer uma breve pausa e mencionar que o primeiro contato com este tema aconteceu no Laboratório de Estudos do Território e da Urbanização – LETUR do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Ceará sob a direção do Prof. Dr. Edilson Pereira Junior, que me aceitou no Grupo de Estudo Sobre Economia Política no ano de 2015.

Esse período foi importante para a familiarização com a temática e o início de um esforço de leitura na tentativa de readquirir a linguagem acadêmica, devido a uma pausa nos estudos desde a colação de grau em Licenciatura em Geografia no ano de 2002. No entanto foi durante o estágio no ano de 2017 no Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental – LABOPLAN do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas na Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Rosa Ester Rossini que o projeto de pesquisa foi sendo aprofundado até chegarmos a ideia de trabalhar a reestruturação produtiva pautada nas dinâmicas territoriais do circuito espacial produtivo da banana no município de Missão Velha – CE.

Após a qualificação e com a constante contribuição da Professora Dra. Rosa Ester, ao indicar livros e artigos como base de sustentação teórica da pesquisa, além da ajuda importante na interpretação dos dados coletados em campo, a pesquisa tomou forma expressa em seu título: A (Re)Produção do Espaço Pautada nas Dinâmicas Socioeconômicas do Circuito Espacial Produtivo da Banana em Missão Velha – Ceará.

Como processo de pesquisa a busca por esse tema na base de dados no portal de periódicos da CAPES, Google Acadêmico e SciElo, tanto nacionais como internacionais não resultaram em nenhum artigo, dissertação ou tese. Isso decorre porque o circuito produtivo da banana em Missão Velha – CE é ainda muito recente, situação esta que nos deu o senso do dever de realizar uma pesquisa séria com o objetivo de contribuir para sociedade científica.

Desde o segundo semestre – 2016.2 – foram realizados trabalhos de campo objetivando uma aproximação e apreensão dos fenômenos socioeconômicos pertinentes ao circuito produtivo da banana em Missão Velha – CE, bem como investigar como ocorrem os processos de compra de insumos, produção, armazenamento, controle, logística, venda e distribuição desta fruta, sem deixar de fora os encadeamentos que

ocorrem na substituição da policultura pela monocultura da banana irrigada e como isto afeta a condição de vida da pessoa trabalhadora no campo e dos que residem na cidade também.

Antes de entrarmos na problemática do circuito produtivo da banana no município de Missão Velha no sul do Ceará, deve ser observado o movimento da matéria prima a partir do seu local de origem; mão de obra com sua qualificação e origem; estocagem levando em consideração quantidade e qualidade no processo, bem como a relação que há entre estocagem e produção; transporte considerando os meios e formas (o que incluem as vias de transporte); comercialização na qual se deve considerar a taxação, formas de pagamento e a existência ou não de monopólio, por fim o consumo no que se refere a quem, onde e tipo. (SANTOS 2012).

A creditamos que antes de chegarmos a questão central é preciso levantar o fator que age como atrativo, despertando nos empresários o interesse de investir no setor primário, secundário ou terciário no estado do Ceará.

Para dar conta dessa inquietação Santos afirma que ao Estado cabe a criação de equipamentos urbanos voltados para produção. O autor ainda alerta para o fato do Estado atender aos interesses da classe dominante ou seja, as políticas desenvolvidas pelo Estado estão a serviço do capital e pouco se faz pelas necessidades coletivas dos trabalhadores (SANTOS, 2012).

Sob esta perspectiva o estado do Ceará vem desenvolvendo e aplicando políticas que visam criar atrativos para que empresários invistam no Ceará. Por isso optamos por evidenciar na primeira parte da pesquisa a materialização das ações do Estado através da Agência de Desenvolvimento Econômico do Ceará – ADECE.

Como elementos que fazem parte da estrutura dialética para pesquisa em geografia os principais são o tempo e o espaço. (SPOSITO 2004). Não daria para discorrer sobre o espaço sem levar em consideração o tempo, por este motivo é importante fazer o recorte temporal. Nada tão oportuno quando a professora Denise Elias que, de forma eloquente, discorre sobre o recorte temporal:

> [...]. Então algumas questões de método e metodologia devem nortear a realização de toda pesquisa, independente do eixo ou tema. Nesse sentido para a realização da pesquisa todos os eixos devem observar: os antecedentes do tema e da(s) atividade(s) em estudo; uma contextualização da situação atual; as principais transformações socioeconômicas que se processam a partir da década de 1980 ou 1990, recorte mínimo para a pesquisa sobre RPAS (grandes corporações,

> sujeitos sociais excluídos, Estado, entre outros); [...] (ELIAS:PEQUENO 2013, p.210).

Diante do exposto, para entendermos o circuito espacial da produção de banana no município de Missão Velha no cariri cearense, faremos o recorte temporal a partir da passagem do último milênio, já que a aquisição das terras onde está instalado o Sítio Barreiras Fruticultura LTDA – pioneiro nesse processo – ocorreu em 1996 (passados aproximadamente três quarteis de década o fenômeno do circuito produtivo da banana no município de Missão Velha toma corpo) e o governo do estado do Ceará instituiu em 1998 os Polos de Agricultura Irrigada.

Na primeira década de 2000 o estado do Ceará através da Agência de Desenvolvimento Econômico do Ceará – ADECE, desenvolveu e gerenciou os interesses do Capital, através da aplicação de políticas públicas, reestruturando o Estado e acompanhado a aplicação de leis de incentivo fiscais. Eis o motivo de inserir no início desta pesquisa o surgimento e atuação da Agência de Desenvolvimento Econômico do Ceará – ADECE, como elemento importante para o começo do circuito produtivo da banana no município de Missão Velha no estado do Ceará.

Em síntese, a pesquisa que segue foi organizada em três capítulos. No primeiro optou-se por fazer levantamento da estrutura organizacional do estado do Ceará voltada para a política de desenvolvimento econômico.

Como enfoca Santos(2012b) o Estado prioriza a utilização de recursos a serviço do capital, sob essa perspectiva, para facilitar o gerenciamento desses interesses a institucionalização da ADECE – Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará, foi fundamental para gestão da política empresarial do Estado.

Santos (2004) coloca que a política de desenvolvimento econômico é uma das formas que o Estado age em apoio ao crescimento do circuito econômico urbano, além dos incentivos fiscais, a construção de obras é outra maneira também.

Nessa perspectiva a modernização agrícola dentro do processo de (re)produção do espaço tornou-se fator de destaque. Logo, o gerenciamento hídrico e o desenvolvimento das cidades foram fatores relevantes para primeira parte dessa pesquisa.

A seguridade hídrica constitui-se numa preocupação a ser resolvida pelo estado do Ceará, já que dentro da lógica da produção agrícola empresarial o risco da escassez de água está ligada diretamente a economia do Estado.

O segundo capítulo teve seu foco direcionado para as questões do circuito de produção da fruticultura irrigada da banana no município de Missão Velha. Para dar conta

dessa temática, houve a preocupação de averiguar a instalação das duas empresas produtores de banana que tomam destaque nesse circuito espacial produtivo. Verificar as dinâmicas desse processo, na cadeia produtiva da banana em Missão Velha – Ceará, nas escalas: local, regional e nacional foi de grande valia para constatar que esse processo de (re)produção do espaço colocou Missão Velha entre os dez municípios que mais produz banana no Brasil.

Mais importante que o resultado do levantamento dados da Produção Agrícola Municipal disponíveis no IBGE entre os anos de 2006 a 2015 foi perceber como esse processo produtivo aconteceu, o que resultou disso, bem como os fatores inerentes à produção, circulação e consumo.

O capítulo final trata das questões sobre produção, trabalho e desigualdade socioespaciais. Os dados do SIDRA/IBGE no período de 1996 até 2015 foi importante para constatar como o processo de transição da policultura pela monocultura aconteceu e consequentemente a substituição da agricultura tradicional pela empresarial.

É de suma importância ressaltar que além das leituras que serviram de embasamento teórico para a pesquisa foram levantados dos dados secundários Diário Oficial do Estado do Ceará (DOE), Jornal Diário do Nordeste, Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), Produção Agrícola Municipal (PAM), Secretaria de Finanças do Estado do Ceará, Secretaria de Recursos Hídricos Estado do Ceará, Companhia de Gestão de recursos Hídricos (COGERH), Agência de Desenvolvimento Estado do Ceará (ADECE) e Fundação Cearense de Meteorologia e recursos Hídricos (FUNCEME).

O trabalho de campo, realizado em 2017[1] se possibilitou o reconhecimento das áreas destinadas ao plantio de banana, que foram tabuladas e mapeadas. A pesquisa qualitativa realizada através de entrevista semiestruturada com as famílias dos agricultores que trabalham exclusivamente no plantio de bananas, tornou possível, até certo ponto verificar como a condição de vida dessas famílias foi afetado pela substituição da agricultura tradicional pela empresarial e qual a consequência desse processo.

Os constantes diálogos com a orientadora foram relevantes para definir os rumos que a pesquisa de campo tomou.

[1] O trabalho de campo foi realizado no primeitro e segundo semestres de 2017, entretanto no primeito semestre de 2018 foi necessário visitar as familias dos agricultores novamente com objetivo de atualizar a coletada de dados.

Tendo optado pela pesquisa qualitativa a partir do resultado da interpretação dos dados coletados com a aplicação do roteiro de entrevista semiestruturado o passo seguinte foi definir quantos questionários seriam aplicados.

Rossini (2017) ao longo de 37 anos de pesquisa considera que a entrevista deve ser realizada com a família ao invés de apenas o agricultor ou agricultora, pois permitem observar as condições de vida das famílias. Partindo desse pressuposto foram entrevistadas 30 famílias que estão ligadas diretamente ao processo do cultivo de banana em Missão Velha – CE.

Entretanto, para entender de que forma se deu o início o processo produtivo de banana nos padrões empresariais foi necessário conversar com técnicos agrícolas, engenheiro agrônomo, funcionários do setor de venda e contabilidade, além do proprietário de uma das empresas que tomam destaque dentro do circuito espacial produtivo da banana em Missão Velha e produtores independentes.

Embora tenhamos seguido o roteiro de entrevista semiestruturado com funcionários que possuem nível técnico diferenciado das pessoas que trabalham exclusivamente nas áreas de plantio, optou-se por não tabular esses dados com o objetivo de ser fiel a proposta do projeto de pesquisa.

Ademais, os dados coletados com os trabalhadores do setor de venda, armazenamento, entrega e contabilidade, não refletiriam a realidade que o impacto do circuito espacial produtivo da banana causa na condição de vida das famílias, portanto esses dados não estão tabulados.

Quando eu informei a professora Rosas Ester Rossini que estava tendo dificuldades para entrar nas unidades de plantio para entrevistar o trabalhador agrícola, ela falou que esse fato não era problema, pois eu teria que entrevistar o agricultor junto com sua família e para isso eu teria que ir à residência e não à área de plantio.

Ao iniciar o trabalho investigativo o primeiro desafio foi conquistar a confiança do trabalhador agrícola. No início, havia muita desconfiança tanto dos agricultores como dos donos de plantios, ambos suspeitavam se tratar de algum tipo de fiscalização do governo à procura de irregularidades.

Com paciência, perseverança e seriedade, aos poucos, as entrevistas foram acontecendo nas residências dos trabalhadores agrícolas e como solução para o problema da desconfiança solicitara que a família entrevistada me apresentasse a outra família que também estava diretamente ligada ao processo produtivo da banana em Missão Velha.

Capitulo I

A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO ESTADO DO CEARÁ VOLTADA PARA A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1.1 – A institucionalização da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE

A macroorganização do espaço é formada pelas ações do Estado em conjunto com as atividades do circuito moderno. Dentro desse panorama, há forte tendência para concentração com efeitos acumulativos, (SANTOS, 2004). De acordo com uma economia globalizada o Estado se vê obrigado a acompanhar a modernização.

Dentro dessa perspectiva o semiárido nordestino passa a ocupar posição importante para produção de capital incorporada à produção agrícola empresarial (ELIAS; PEQUENO, 2013).

As estratégias para o agronegócio cearense, fomentadas pela Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE (Quadro1: Identificação da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE – 2017), incorporam os segmentos econômicos da indústria, comércio, serviço, agronegócio empresarial, mineração e energia, com os objetivos de executar a política de desenvolvimento econômico do Ceará, atrair e incentivar novos negócios e investimentos, criar condições para a competitividade dos setores econômicos do estado e promover desenvolvimento econômico com equidade e sustentabilidade (ADECE, 2012).

Quadro N° 1 – Identificação da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE – 2017

RAZÃO SOCIAL	Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceara S.A ADECE
NOME FANTAZIA **CNPJ**	ADECE 09.100.913/0001-54
DATA DE ABERTURA	21/10/2007
ENDEREÇO	Av Dom Luis, 807, Andar: 7;, Meireles, Fortaleza, CE, CEP 60160-230, Brasil
ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL	CNAE 8413200
CAPITAL SOCIAL R$	2.000.000,00

FONTE: <http://www.empresascnpj.com/s/empresa/agencia-de-desenvolvimento-do-estado-do-ceara-s-a-adece-nome-fantasia-adece/09100913000154> Acessado em 20 de novembro de 2018.

Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE é constituída de uma sociedade de economia mista sob o controle acionário do estado do Ceará, fundamentada na Lei N° 13.960 de 04 de setembro de 2007, publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará em 10 de setembro de 2007. Vinte e quatro dias depois da instituição da N° 13.960 a Assembleia Geral da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE foi constituída, exatamente no dia 28 de setembro de 2007[2].

Vinculada ao Conselho Estadual de Desenvolvimento do Ceará, através do organograma do Governo, a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE é composta por uma presidência e quatro diretorias: Diretoria de Atração de Investimentos, Diretoria de Agronegócio, Diretoria de Infraestrutura e Diretoria de Desenvolvimento Setorial.

Dessa forma a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE participa da administração pública de forma indireta, assim como: autarquias, fundações, e empresas públicas de economia mista[3],. A figura 1 ilustra a forma da estrutura organizacional do governo do estado do Ceará.

Figura 1 – ORGANOGRAMA DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ 2018

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Disponível em *<http://www.seplag.ce.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=1371>*.

Organização: CASTRO, 2018.

.

[2] Na época o governado do Estado do Ceara era Cid Ferreira Gomes, filiado ao Partido Socialista Brasileiro – PSB, que estava a exatamente 270 dias do seu primeiro mandato, para o qual fora eleito no primeiro turno com 62,38% dos votos, derrotando assim o ex-governador Lúcio Gonçalo de Alcântara filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.

[3] Assim como a Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará – CAGECE é a empresa pública de economia mista que cuida do saneamento básico do estado do Ceará com sede na capital, Fortaleza, a ADECE ocupa no organograma a mesma importancia.

A Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE, tem sede e foro na cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará e pode criar filiais, escritórios técnicos e administrativos, postos de serviços em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

No processo de transformação do espaço e sob a perspectiva de análise do geografo Milton Santos podemos afirmar que o estado do Ceará por meio da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE vem gerenciando os interesses econômicos a serviço do capital, deixemos então que Santos exponha a própria análise oportuna para referida situação:

> [...]. Ainda que o estado seja, precipuamente, representativo dos interesses dominantes, os governos levam em conta, às vezes sem discussão, as contingências da segurança nacional e, em escala bem menor, os interesses sociais, embora sejam levados a minimizá-los, já que os recursos são, com prioridade, utilizados a serviço do capital (SANTOS 2012b, p. 101).

Portanto, através do gerenciamento de políticas econômicas a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE vem participando da administração do estado do Ceará de forma indireta ao priorizar a os interesses empresariais a serviço do capital.

De acordo com a Lei Orçamentária Anual – LOA, para o calendário base de 2017, aprovado pela Assembleia Legislativa e publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará em 30 de dezembro de 2016, a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE, pode receber através do Fundo de Investimento Industrial do Ceará – FDI a quantia de R$ 6.155.000,00 (seis milhões, cento e cinquenta e cinco mil reais). Esse valor pode ser alterado para mais ou para menos, a partir da suplementação de folha, desde que atenda unicamente ao interesse público.

O segundo capítulo do Estatuto da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE trata do Capital Social e das Ações. No Artigo 4° fica instituído a quantia de R$ 105.460.145,00 (cento e cinco milhões, quatrocentos e sessenta mil e cento e quarenta e cinco reais) como Capital Social dividido em 105.460.145,00 (cento e cinco milhões, quatrocentos e sessenta mil e cento e quarenta e cinco) Ações no valor de R$ 1,00 (um real) cada, sendo o Estado o sócio majoritário, assegurado no Artigo 5°.

Para se tornar um sócio da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE e comprar uma ação tornando-se membro dessa sociedade anônima de economia mista, conquistando o direito de voto e/ou torna-se um dos membros da Diretoria ou

Conselho Fiscal, é preciso após ser indicado pelo governador do Estado ter o nome aprovado pela diretoria atual, após rigoroso processo de análise de crédito, de antecedentes criminais e regularidade com os deveres civis, para então ser nomeado pelo governador do Estado, membro da sociedade anônima de economia mista, Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE, como podemos observar no anexo único ao que se refere o Artigo 11 da Lei Nº 13.960 de 04 de setembro de 2007.

Quadro 2 – Anexo Único do Artigo 11 da Lei Nº 13.960 de 04 de setembro de 2007

ADECE			
Cargo em Comissão Símbolo	Valor Unitário	Quant.	Valor Total
ADECE I	7.902,00	1	7.902,00
ADECE II	5.962,00	4	23.848,00
ADECE III	3.995,00	6	23.970,00
ADECE IV	3.196,00	4	12.784,00
	Total		68.504,00

Fonte: Diário Oficial do Estado do Ceará. 10 de setembro de 2007.

O poder executivo do estado do Ceará através da Lei 13.960/07 criou 15 cargos que por ordem de hierarquia são:

> Art. 11. Ficam criados 1 (um) cargo de provimento em comissão, de símbolo ADECE I, para a Presidência da empresa, 4 (quatro) cargos de provimento em comissão, de símbolo ADECE II, para as Diretorias, 6 (seis) cargos de provimento em comissão, de símbolo ADECE III, para Gerente Administrativo Financeiro e Gerentes de Projeto e 4 (quatro) cargos de provimento em comissão, de símbolo ADECE IV, para assessores, na forma do anexo único a esta Lei (CEARÁ, 2007).

O terceiro parágrafo da lei supracitada determina que os cargos de provimento em comissão de símbolos ADECE I e ADECE II serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo e os de símbolos ADECE III e ADECE IV pelo Conselho de Administração.

Desta forma o Estado através do mecanismo da Lei 13.960 regulamente e institui a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE com o objetivo de executar e implementar políticas de desenvolvimento econômico, do setor produtivo elaboradas pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico – CEDE, além de divulgar o potencial socioeconômico do Estado, criara condições para melhoria da competividade dos setores econômicos do Estado, instituir câmaras setoriais, participar do capital de

sociedade industriais, comerciais, agrícolas, agroindústrias, e de serviços conforme assegura o Artigo 4º da Lei 13.960 publicados nas páginas 1, 2 e 3 do Diário Oficial do Estado em 10 de setembro de 2007.

Quadro N° 3 – Quadro de sócios da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE 2016

NOME	QUANTIDADE DE AÇÕES	VALOR DA AÇÃO (R$)
ESTADO DO CEARÁ	105.460.131	105.460.131,00
Vivian Nicolle Barbosa de Alcantara[4]	1	1,00
Alexandre Lacerda Landim	1	1,00
Hugo Santana de Figueredo Júnior	1	1,00
Joaquim Cartaxo Filho	1	1,00
José Fernando Castelo Branco Ponte	1	1,00
João Robério Pereira de Messias	1	1,00
Antônio Balhmann Cardoso Nunes Filho	1	1,00
Adão Linhares Muniz	1	1,00
Antônio Eduardo Diogo de Siqueira Filho	1	1,00
Francisco Zuza de Oliveira	1	1,00
Ferruccio Petri Feitosa	1	1,00
Ana Angélica Moreira Fernandes Vieira	1	1,00
Lúcio Ferreira Gomes	1	1,00
Maria Estela Bezerra Sampaio	1	1,00
TOTAL	105.460.145	105.460.145,00

FONTE*: Diário Oficial do Estado do Ceará. Disponível em: <http://pesquisa.doe.seplag.ce.gov.br/doepesquisa/sead.do?page=ultimasEdicoes&cmd=11&action=Ultimas> Acessado em 20 de novembro de 2018.*

Podemos observar a relação nominal dos quinze sócios da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE, no quadro 2. A mesma faz parte do relatório da administração: Demonstrações contábeis 2015, publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará em 05 de abril de 2016.

[4] Vivian Nicolle Barbosa de Alcantara é empresaria sócia da empresa de pequeno porte Nbx Grafica e Editora Ltda – EPP. Foi eleita presidente da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE no primeiro semestre de 20016, ocupuou esse cargo até 05 de fevereiro de 2018 quando foi substituida por Eduardo Henrique Cunha Neves sócio da empresa Unipar-Br Consultoria S/S.

Vale ressaltar que o parágrafo único do artigo quatro no Capítulo dois da Lei do Estatuto Social da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE, assegura o direito ao voto para cada sócio. Desta forma os sócios podem aprovar ou não o plano de ações propostas pela Diretoria Executiva. Como essas ações vão fomentar o desenvolvimento econômico do estado do Ceará, fica claro aqui que um grupo de sócios dessa Sociedade Privada de Economia Mista, que ao participar da administração pública de forma indireta, passa a decidir os rumos dos investimentos estatais privilegiando mais o setor empresarial que o pequeno agricultor, no que diz respeito apenas ao desenvolvimento de políticas públicas direcionadas para produção agrícola, no estado do Ceará.

Internamente a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE está organizada em: Assembleia Geral, Conselho Administrativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

Como estamos tratando de uma empresa pública de economia mista o Capítulo IV, Artigo 42° garante participação nos lucros da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE da seguinte forma: 10% para os empregados, 5% para a Diretoria Executiva e 25% será dividido com todos os acionistas. Esse pagamento ocorre anualmente. Os 60% restantes são usados para compor um fundo de reserva e investimentos.

Em conformidade com os dados da ADECE (2012), dentro da estrutura organizacional da Diretoria de Desenvolvimento Setorial existem 17 Câmaras Setoriais e 1 Câmara Temática de Logística. Das 17 Câmaras Setoriais 8 são voltadas para o agronegócio são elas: carnaúba, leite, frutas, flores, camarão, mel, caju e tilápia. As outas 9 são: Câmara Setorial Mineral, Eventos, Eólica, Saúde, Reciclagem, Tecnologia da Informação, Comercio e Serviço, Metalurgia e Eletro-eletrônica e Trigo conforme Figura 3. Em 2016 o número de Câmaras Setoriais aumentou para vinte e cinco, sendo duas, a mais, voltadas para o fomento do agronegócio, uma temática e mais outras quatro.

A Diretoria de Infraestrutura norteada por uma nova perspectiva de desenvolvimento econômico concentra suas ações na logística internacional, infraestrutura, energia renovável, gerenciamento hídrico, incentivos tributários e financeiros e oportunidades de agronegócios competitivos.

Quanto à logística internacional, é importante ressaltar que o Ceará está inserido nas redes de transporte internacional, através das vias aéreas e marítimas, nessa

perspectiva três equipamentos urbanos exercem função vital dentro da complexidade do sistema de objetos proposto por Milton Santos:

> Mas para entender essa situação de vida, a noção de população, tão rica deve ser completada com uma outra noção, a de sistema, já que, como bem nota Braudillard (La Société de Consommation, 1970, p20) poucos objetos são oferecidos sós. Eles também não funcionam isoladamente. (SANTOS 2014, p.71)

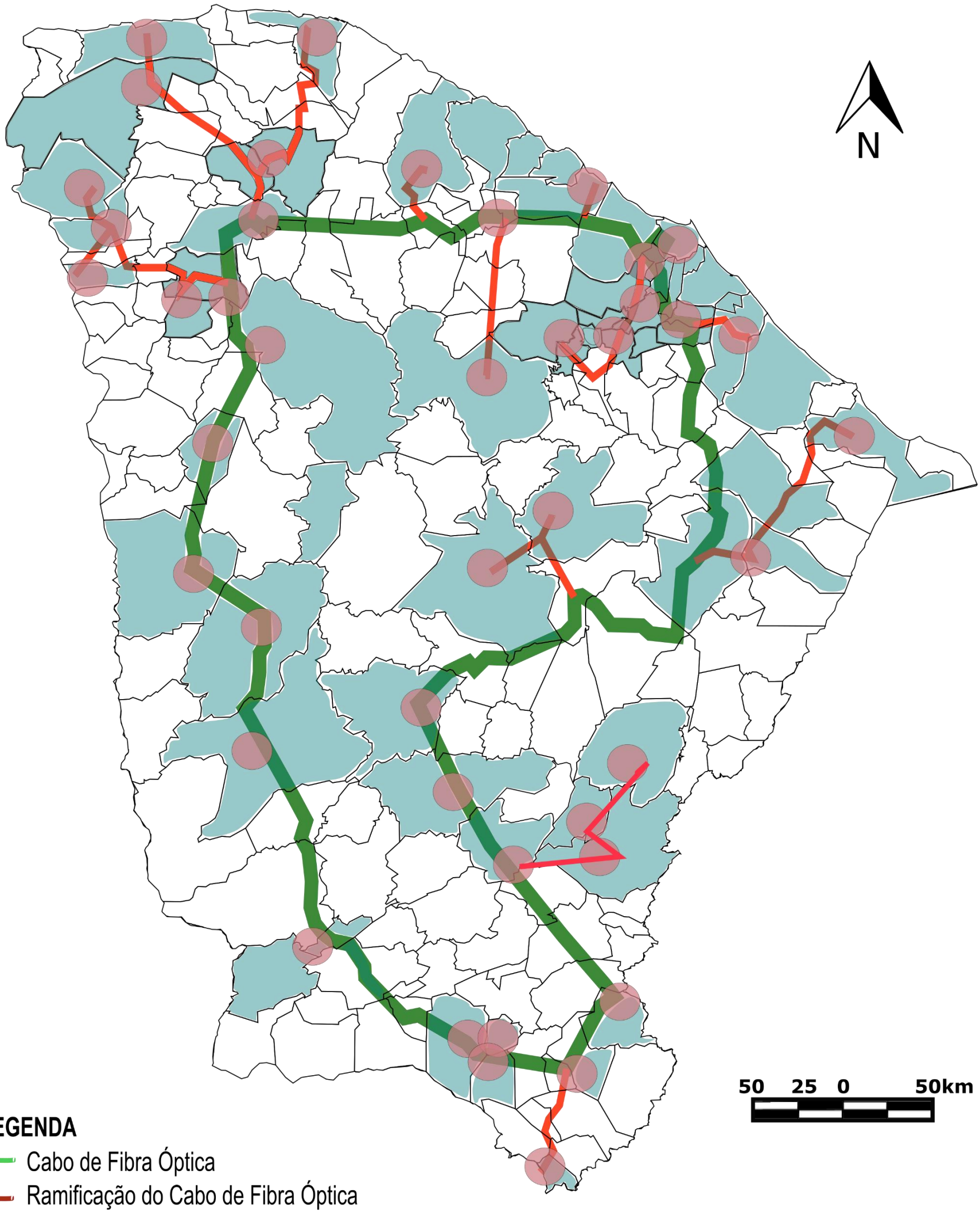
Os três equipamentos são: O Aeroporto Internacional Pinto Martins, o Porto do Pecem e os seis cabos submarinos de fibra óptica que garantem a circulação de informação, (DIAS, 2006; RAFFESTIN 1993), do Ceará para Europa, América Anglosaxônica e Latina.

Figura 2 – Ceará: Câmara Setoriais da ADECE

Fonte*: http://www.adece.ce.gov.br/index.php/downloads/category/10-agronegocios Acessado em 20 de novembro de 2018.*

A construção do Cinturão Digital do Ceará tem uma extensão de 2.400 km garantindo a 82% da população cearense a entrega do sinal de banda larga da internet (Mapa 1).

MAPA N° 01: Cinturão Digital do Ceará 2017



FONTE: Empresa de Comunicação do Estado do Ceará
Mapa Base: Adaptado do IBGE 2015
Datum: SIRGAS 2000/UTM Zona 24 S
Organização: CASTRO, CLF de 2017

De acordo com os dados da Empresa de Tecnologia da Informação do Estado do Ceará – ETICE, na sua página da internet, dos 180 municípios do estado do Ceará 63,33% abrigam a infraestrutura do Cinturão Digital do Ceará – CDC mas, apenas 46,11% estão conectados. Das 180 prefeituras somente 17,22% mantêm conexão, entretanto quando levamos em consideração as Unidades do Estado[5] conectadas ao Cinturão Digital o percentual é de 40,56% do total.

Como podemos observar embora mais da metade dos municípios possuem infraestrutura do Cinturão Digital do Ceará – CDC apenas, 31 dos 180 municípios estão conectados. Há ainda a conexão de fibras apagadas[6] excedentes, estas estão à disposição de empresas privadas que queiram adquirir a concessão de uso para comércio assegurado por pregão eletrônico na forma da Lei 8.666/93.

Com a propaganda da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE, esta obra objetiva fornecer a inclusão digital de alta qualidade a 82% da população cearense. Nesta perspectiva Pereira Junior afirmou:

> Todavia, devemos considerar que um programa de inclusão digital com finalidade de oferecer internet de alta velocidade aos municípios das diversas regiões do Ceará não seria economicamente viável se a proposta não atendesse, igualmente, as exigências de investidores nacionais e internacionais, cada vez mais interessados em introduzir relações espaciais verticais de produção e consumo em lugares de reserva (PEREIRA JUNIOR, 2013 p.103).

No processo de produção do espaço levando em consideração as dinâmicas que envolvem o circuito espacial da produção da banana em Missão Velha no sul do estado do Ceará, o Cinturão Digital do Ceará – CDC constitui-se um dos objetos no sistema de ações (SANTOS, 2014) que está a serviço do Capital, dinamizando o fluxo de informações e reduzindo distâncias. Essa relação espacial vertical de produção e consumo como coloca Pereira Junior (2013) é realidade no Município de Missão Velha – Ceará.

---

[5] Entende-se aqui por Unidades do Estado os equipamentos urbanos, tais como postos de saúde, secretarias, unidades hospitalares, batalhões e companhias de policiamento civil e militar incluído o corpo de bombeiros.

[6] Fibras apagadas é a denominação que se dá a uma estrutura de cabeamentos de rede em fibra que não estão sendo utilizados, mas encontram-se em perfeito estado (configurado e instalado corretamente). Partindo do princípio de que a tecnologia de fibra óptica transmite dados e informações por meio de sinais luminosos, é correto supor que na situação de não uso dos cabos eles estão apagados.

Outro fator, no circuito especial da produção de banana, em Missão Velha no interior do Ceará é o gerenciamento hídrico, uma vez que há concentração de chuvas apenas no primeiro trimestre de cada ano.

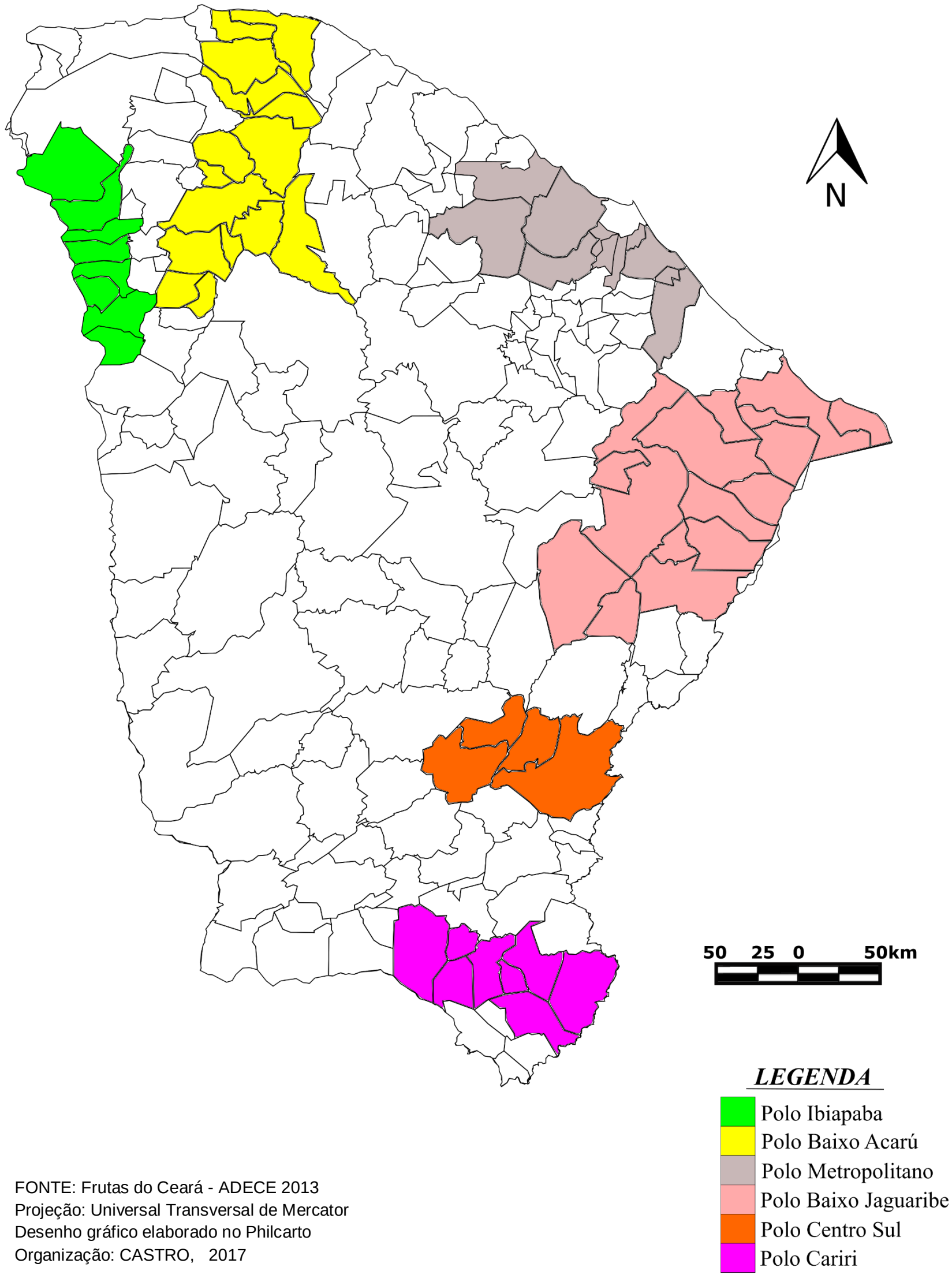
O gerenciamento hídrico no estado do Ceará conta com a estrutura hídrica de 18 bilhões de metros cúbicos, distribuídos em 11 bacias hidrográficas e 500 açudes, o que segundo a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE, garante eficiência econômica na irrigação. O planejamento hídrico do Ceará estende-se até o ano de 2020 e prevê a integração da infraestrutura hídrica, interligando o Canal do Trabalhador ao Açude Castanhão e a transposição do Rio São Francisco.

Segundo dados da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE o objetivo da Gerência Hídrica é em dez anos tornar o Ceará referência na agricultura irrigada colocando o Estado no mapa das exportações de frutas e flores, além de melhorar a estabilidade da renda agrícola nos anos de seca.

O estado do Ceará possui 6 polos de agricultura irrigada ver mapa 2: Polo Ibiapaba, Polo Baixo Acaraú, Polo Metropolitano, Polo Baixo Jaguaribe, Polo Centro Sul e Polo Cariri, onde está localizado o Sítio Barreiras.

Segundo Denise Elias (2002) é a partir da década de 90 que o Ceará amplia a promoção de apoio à irrigação privada. O governo do estado do Ceará desde essa época vem gerenciando os interesses das grandes empresas, fato este comprovado na criação da Secretaria de Agricultura Irrigada – SEAGRI, no ano de 1999 pelo Governador. Um dos programas que merece destaque executadas por esta secretaria foi a criação dos Agropolos como bem coloca Elias (2002). Na época a Secretaria de Agricultura Irrigada – SEAGRI teve como principal objetivo promover a integração entre “os diversos elos do agronegócio”. (ELAIS, 2002, p.321). A criação dos seis Agropolos: Baixo e Médio Jaguaribe, Cariri, Ibiapaba, Baixo Acaraú e Região Metropolitana foi realizada por intermédio do Programa Cearense de Agricultura Irrigada – PROCEAGRI.

MAPA 02 – CEARÁ: POLOS DE AGRICULTURA IRRIGADAS 2017



FONTE: Frutas do Ceará - ADECE 2013
Projeção: Universal Transversal de Mercator
Desenho gráfico elaborado no Philcarto
Organização: CASTRO, 2017

O Polo Ibiapaba composto por 8 municípios: Viçosa, Tianguá, Ubajara, Ibiapina, São Benedito, Carnaubal, Guaraciaba do Norte e Croatá, possui área plantada de 12.000 ha, nas quais são cultivadas hortaliças, flores e frutas. Já o Polo Baixo do Acaraú conta com 15 municípios: Acaraú, Cruz, Bela Cruz, Marco, Morrinhos, Massapê, Santana do Acaraú, Meruoca, Sobral, Forquilha, Groaíras, Cariré, Reriutaba e Varjota, conta com área irrigada de 4.000 ha, flores e frutos são produzidas neste polo. Ao redor da capital do Estado encontra-se o Polo Metropolitano de fruticultura irrigada, com produção de flores, hortaliças e frutas, ocupando aproximadamente 15.000 ha, distribuídos em 11 municípios: São Gonçalo do Amarante, Caucaia, Pentecoste, Maranguape, Maracanaú, Pacatuba, Itaitinga, Eusébio, Aquiraz, Pindoretama e Cascavel.

A leste do estado do Ceará está localizado o Polo Baixo Jaguaribe o qual possui 28.000 ha de área irrigada, espalhadas nos 15 municípios: Aracati, Icapuí, Itaiçaba, Palhano, Jaguaruana, Russas, Quixeré, Ibicuitinga, Morada Nova, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe, Alto Santo, Jaguaretama e Jaguaribara. Este polo produz apenas frutas: Ata[7], banana, figo, graviola, mamão, manga, melão, melancia e uva.

Com apenas 4 municípios Icó, Iguatu, Orós e Quixelô, o Polo Centro Sul é o menor do Estado e produz apenas frutas: banana, goiaba e spondia, em 8.000ha de área irrigada. Já o Polo Cariri possui 6.000ha de área irrigada distribuídas em 8 municípios: Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha, Abaiara, Milagres, Brejo Santo e Mauriti, produzindo hortaliças, flores e frutas.

Dos 87.000ha irrigados 38.000ha são de frutas (entre elas a banana que é produzida pelo Sítio Barreiras Fruticultura LTDA), 8.000ha com hortaliças e flores, 34.000ha arroz, feijão, cana, etc e 7.000ha com capim irrigado.

Sobre a infraestrutura de energia, o Ceará tem 84% da zona rural abastecida com energia elétrica, de acordo com os dados ADECE 2012. A Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF, empresa do grupo Eletrobrás, possui 14 subestações no Ceará e a Companhia Elétrica do Ceará – COELCE, 100 subestações. Juntas totalizam 114 subestações de energia oriundas de hidrelétricas. Há também investimentos em energias renováveis ao longo da faixa litorânea, onde estão instaladas 17 usinas eólicas e o projeto de construção de uma usina de geração de energia maremotriz. (ADECE 2012)

[7] Annona squamosa. No Brasil essa fruta também é conhecida como pinha ou fruta-do-conde ou fruta-pinha.

1.2 – A Política de Desenvolvimento Econômico

O Decreto N° 29.183, de 08 de fevereiro de 2008, que consolida e regulamenta a legislação do Fundo de Investimento Industrial do Ceará – FDI, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) sete dias depois, precisamente no dia 15 do mesmo mês e ano. Dá fundamento legal às políticas de incentivos fiscais no Ceará.

Logo no Capítulo I no Artigo 2° podemos perceber o objetivo pertinente à criação do Fundo de Investimento Industrial do Ceará – FDI. Centrados em atração de investimento, disponibilização de infraestrutura, apoio e treinamento e/ou capacitação de mão-de-obra qualificada.

Art.2º A política industrial do estado do Ceará, compreende:

> I – ações voltadas para atração seletiva de investimentos industriais, visando a formação e o adensamento das cadeias produtivas selecionadas e a formação de aglomerações espaciais;
> II – disponibilidade de infraestrutura necessária para a implantação e pleno desenvolvimento da atividade produtiva;
> III – apoio e indução ao desenvolvimento industrial objetivando:
> a) o fortalecimento da rede de instituições voltadas para o desenvolvimento socioeconômico e a absorção e disseminação de novas tecnologias;
> b) a atração e o fortalecimento de empresas locais de base tecnológica;
> c) a geração e o incremento de cadeias produtivas.
> IV – treinamento e capacitação de mão-de-obra.

Sobre a qualificação de mão-de-obra especializada, isso vem acontecendo com implantação das Escolas Estaduais de Educação Profissionalizantes (EEEP). Cursos de Gestão do Agronegócio, Tecnologia da Informação – TI, Fruticultura, Floricultura, Petróleo & Gás, Mineração Eletromecânica, Edificações, Técnico em Enfermagem e Técnico em Segurança do Trabalho. O Ceará conta com 5 universidades, 54 faculdades, sendo 20 no interior, 17 campi do IFCE e 42 CENTEC´s (ADECE, 2012). Portanto há fomento na qualificação de mão-de-obra especializada,

Os cursos de nível técnico concomitante com o ensino médio, bem como os cursos de tecnólogo e o de nível superior mantidos pelo governo do estado do Ceará evidenciam preferências que atendam as necessidades do mercado. Embora as ideias de Adam Smith não deem mais conta das complexidades dos processos econômicos que transformam o espaço, Kay Hunt nos lembra que Smith já tinha observado que a institucionalização do Estado fora feita para defender os que têm a posse da propriedade dos que não têm propriedade alguma (HUNT, 1989).

Logo para atender ao processo de produção complementar ao circuito produtivo da banana, faz-se necessário que o Estado qualifique a tão necessária mão de obra que moverá as engrenagens do processo de circulação da produção de banana nas escalas local, regional, nacional e global.

Sobre as origens dos recursos financeiros necessários para aplicação do plano de desenvolvimento econômico, sua fundamentação repousa no Capítulo II Artigos 5° e 6° do Decreto N° 29.183, de 08 de fevereiro de 2008, assegurando que: a) o Fundo de Investimento Industrial do Ceará – FDI reterá 3% dos recursos destinados às empresas contempladas com recursos financeiros, b) a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE recebera 1%, o Fundo de Desenvolvimento Tecnológico do Estado do Ceará –FIT recebera 1,5% e o Fundo de Investimento Industrial do Ceará – FDI ficara com 0,5%, c) as Empresas que optam pelo Simples Nacional, Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, fundamentadas na Lei Complementar N° 123/06, não poderão usufruir dos benefícios previstos no Decreto N° 29.183/08, por serem mencionadas no Capítulo III desse decreto.

As políticas de incentivos fiscais do Ceará oferecem no máximo até 75% de isenção de ICMS com prazo do benefício de 5 a 10 anos podendo ser renovado e carência de 36 meses.

Para receber o benefício as empresas têm que apresentar os documentos citados no Capítulo 6°, Artigo 26: Certidão Negativa de Débito Estadual – CNDE da sociedade empresarial e de seus representantes legais, Declaração de Informações Econômico-Fiscal – DIEF, Documento de Arrecadação Estadual – DAE autenticado relativo ao período imediatamente anterior e Quadro Demonstrativo da Produção Física.

Na aquisição de máquinas, equipamentos e peças metálicas para compor o ativo permanente da empresa, adquiridos no exterior ou em outros estados ocorre diferenciamento na tributação do ICMS, além da isenção total de impostos para aquisição no exterior de matéria-prima e insumos, para utilização no processo industrial.

O Estado vem promovendo reestruturação do espaço geográfico voltada para o apoio às grandes empresas tanto na construção da infraestrutura que essas empresas necessitam, como através de uma política de incentivo fiscais. Milton Santos coloca muito bem essa situação quando escreveu:

> Entre as formas de apoio do Estado ao nascimento e o desenvolvimento do circuito moderno, encontramos a proteção concedida a concentração e aos monopólios, financiamento direto ou indireto das grandes firmas

> através da construção de infra-estruturas caras, a formação profissional, a produção das indústrias de base, os subsídios a produção e a exportação e todas as formas de acordo com as firmas dominantes da economia, tais como legislações fiscais discriminatórias, leis de investimentos e plano de desenvolvimento. Tudo isso certamente reduz a capacidade de investimento dos Estados nacionais nos setores que interessam diretamente à população. (SANTOS 2004, p.161-162).

O cálculo dos incentivos fiscais amparados na fundamentação legal do Anexo I do Decreto N° 29.183/08 é aplicado através da fórmula:

$$I_T = P_1 + P_2 + P_3 + P_4 + P_5 + Pe$$

O incentivo fiscal representado na fórmula por I_T não pode ser superior a 75%. Para cada pontuação (representados na fórmula por P_1, P_2, P_3, P_4, P_5 e Pe) há um cálculo diferente.

A geração de capacidade de empregos que uma empresa pode ter é considerada na fórmula através da variável P_1. Para tal cálculo é considerado uma tabela na qual a pontuação máxima permitida será de 25 pontos.

TABELA 01 – PONTUAÇÃO PARA EMPREGOS GERADOS SEGUNDO DECRETO N° 29.183 DE FEVEREIRO DE 2008

Empregos Diretos	Pontos
Acima de 300	25
200 – 299	20
100 – 199	15
050 – 099	10
Até 49	05

FONTE: Anexo I do Decreto N° 29.183/08

Os custos no transporte de mercadorias são considerados na variável P_2 e são calculados através da fórmula:

$$P_2 = \left(\frac{Entradas\ externas + Saidas\ externas}{Entrada\ total + Saida\ total}\right) X100$$

O resultado da fórmula acima pode acumular no máximo 20 pontos para empresa. Para tanto é consultada a tabela Pontuação para custos de transação.

TABELA 02 – PONTUAÇÃO PARA CUSTOS DE TRANSAÇÃO SEGUNDO DECRETO N° 29.183 DE FEVEREIRO DE 2008

Resultado do cálculo	Pontos
Acima de 60	20
51 – 60	15
41 – 50	10
030 – 040	05
Até 29	00

FONTE: Anexo I do Decreto N° 29.183/08

A terceira variável levada em consideração é a distância. Na fórmula é representada por P_3. Seu cálculo está expresso da seguinte maneira:

$$P_3=\left(\frac{\text{Distância}+(\text{PIBCEARÁ}-\text{PIBMUNICIPAL}}{25}\right)$$

A tabela 03 Pontuação para distância, considera a diferença da distância do município onde a empresa possui sua matriz e a capital do estado do Ceará. O resultado deve ser divido por 25, para então poder ser constado os pontos que a empresa terá direito.

TABELA 03 – PONTUAÇÃO PARA DISTÂNCIA SEGUNDO DECRETO N° 29.183 DE FEVEREIRO DE 2008

Resultado do cálculo	Pontos
Acima de 201	40
101 – 199	30
050 – 100	20
Até 49	10

FONTE: Anexo I do Decreto N° 29.183/08

A variável P_4 leva em consideração as atividades relacionadas as responsabilidades: social, cultural e ambiental que a empresa venha a realizar. Para fins de pontuação é consultada a tabela 5. Há um limite de 5 pontos para a variável P_4.

TABELA 04 – PONTUAÇÃO PARA RESPONSABILIDADES: SOCIAL, CULTURAL E AMBIENTAL SEGUNDO DECRETO N° 29.183 DE FEVEREIRO DE 2008

Resultado	Pontos
Educação e Seguraça Alimentar	01
Cultura	01
Esporte	01
Inclusão Digital	01
Gestão Ambiental	02
Adesão ao Programa de Apoio as Pessoas com Deficiência	02
Adesão a Programas Sociais do Governo Municipal, Estadual ou Federal	01

FONTE: Anexo I do Decreto N° 29.183/08

O ponto destinado à cultura será considerado se forem feitos investimentos em aparelhos culturais, investimentos em patrimônio material, investimentos em patrimônio imaterial, tecnologia aplicada à cultura, investimentos fonográficos, investimentos audiovisuais, investimentos musicais, acervos e outros. Já o ponto destinado ao esporte será considerado se houver investimentos no esporte que favoreçam famílias de baixa renda.

A Ilha Digital é constituída de prédio com uma sala que fornecerá serviço de internet para a população da cidade onde a empresa está instalada. O ponto só será contabilizado se a empresa montar e mantiver o serviço.

Para cada 1% do ICMS a recolher investido em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), serão concedidos cinco pontos, valor máximo para a variável P_5, que serão reconhecidos e validados pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE).

Adequabilidade a Base de Produção Regional representada pela variável P_e concede até 30% da soma de P1+ P2 + P3 + P4, para os empreendimentos cujas atividades representem avanços concretos na consolidação de setores econômicos que apresentem relevância estratégica para o desenvolvimento da região onde os referidos empreendimentos pretendem se instalar, definidas a critério do Conselho de Desenvolvimento Industrial do Estado do Ceará – CEDIN.

Por fim se o resultado final de I_T for igual ou menor que 75 pontos a empresa receberá 25% de retorno no ICMS, entretanto se o resultado for superior a 75 pontos será aplicado uma equação final que apontara o percentual de retorno do ICMS.

$$I_T = [25 – (\text{Pontuação obtida} – 75)]\%$$

O prazo do benéfico é estabelecido de acordo com a pontuação obtida se o resultado for maior que 50 pontos será concedido um prazo de 10 anos, se o resultado estiver entre 35 a 49 o prazo será de 8 anos e se a pontuação for menor que 35 será dado um prazo de 5 anos.

Tendo em vista esse conjunto de leis que organizam a concessão de incentivos fiscais para instalação de empresas no estado do Ceará, o agronegócio cearense vem crescendo no Estado.

Partindo do recorte espacial no processo de organização do circuito espacial da produção de banana no sul do Ceará, pode ser observada a presença de duas empresas no município de Missão Velha: o Sítio Paraíso Verde Fruticultura LTDA-ME e o Sítio Barreiras Fruticultura LDTA, ambas ocupam lugar de destaque impulsionando a produção de banana de forma a colocar Missão Velha no mapa do circuito produtivo da banana nas escolas: local, regional e nacional.

Embora o Sítio Paraíso Verde Fruticultura LTDA-ME e o Sítio Barreiras Fruticultura LDTA não optem pela manutenção da Ilha Digital como parte do programa de inclusão do digital ou pela adesão ao Programa de Apoio à Pessoas com Deficiência ou a qualquer outro programa social propostos pelo estado do Ceará fundamentados na Variável P_6 (Pontuação para Responsabilidades: Social, Cultural e Ambiental) Anexo I do Decreto Nº 29.183/08, as duas empresas pontuam por gerar mais de 300 vagas de empregos cada uma atendendo a Variável P_1 (Pontuação para Empregos Gerados), custo de transação Variável P_2 (Pontuação para Custo de Transação) e distância de produção Variável P_3 (Pontuação para Distância).

Ademais o estado do Ceará torna-se um dos principais agentes da reestruturação produtiva do agronegócio (ELIAS, 2013), através não só da instituição de leis e decretos, mas também da construção de novas estradas a exemplo da construção do anel viário de Juazeiro do Norte; a construção da CE 292 (Figura 3) onde se inicia ao lado do aeroporto e vai até as áreas destinadas ao plantio de banana na margem da CE 293, esta por sua vez está sendo duplicada. É interessante notar que o trecho dessa estrada a ser duplicada corta exatamente as terras nas quais há cultivo de banana realizados tanto pelo Sítio Paraíso Verde Fruticultura LTDA-ME como pelo Sítio Barreiras Fruticultura LDTA. Por último,

e não menos importante, a construção do Cinturão das Águas do Ceará – CAC, assunto que abordaremos adiante, já que estamos falando de fruticultura irrigada é de suma importância considerar a gestão hídrica presente no circuito produtivo da banana em Missão Velha, já que o mesmo está localizado no semiárido do Nordeste do Brasil.

No desenvolvimento econômico do estado do Ceará regulamentado pelo Decreto N° 29.183/08 há uma transformação do espaço urbano e rural, através de investimentos na indústria e no agronegócio empresarial.

Como coloca Rossini a agricultura passou a desempenhar papel importante na dinâmica da economia: Embora subordinada gradativamente à indústria: "Essa subordinação que nada mais é do que um processo de submissão ao capital" (ROSSINI 2017, p.135)

Figura 3 – Juazeiro do Norte – CE: Início da CE 292

Foto*: CASTRO, Dezembro de 2017.*

Sobre o tipo de investimento escolhido para cada região do estado do Ceará, essa é uma decisão que não cabe ao Estado, mas sim aos donos do capital e/ou da terra. Nessa perspectiva, Bini é bem oportuno quando escreveu:

> Partindo do pressuposto de que todo dono da terra a ocupa com a cultura que lhe proporciona os maiores retornos financeiros do momento,

> entende-se as condições hegemônicas dos espaços agrários nas regiões enquanto especializações produtivas ao serviço da divisão territorial da produção do capitalismo internacionalizado (BINI 2015, p.40)

O geografo Milton Santos já havia observado que "a intervenção do Estado na economia esta, pode ser feita através de investimentos". (SANTOS 2004, p. 166). Logo se o investimento empresarial será no setor primário ou secundário da economia, essa escolha ficará por conta do empresário, ficando para o estado do Ceará a tarefa de fomentar investimentos financeiros, seja por meio de incentivos fiscais ou da melhoria na infraestrutura, garantindo eficiência energética e hídrica.

1.3 – A irrigação pública como vetor da modernização agrícola

A política econômica de produção agrícola desenvolvida pelo estado do Ceará (ELIAS, 2002) e executada pela Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará – ADECE, vem transformando o sistema de objetos (SANTOS, 2014), com o objetivo de aparelhar o Estado tornando suficientemente independente, do ponto de vista da segurança hídrica. O caminho para alcançar tal objetivo resida na construção do Cinturão das Águas do Ceará – CAC. De acordo com o governo esta medida tem o objetivo de resolver o problema da escassez nas áreas suscetíveis a desertificação, entretanto até agora o que se vê difere da proposta do governo, à medida que as áreas onde o CAC tem obras ocorre a desapropriação e realocamento dos agricultores, visto que a obra está localizada na zona rural, além da proibição de captar água do canal. Neste sentido Elias(2002) de forma oportuna ao considerar as políticas implantadas pelo Governo do Ceará escreveu: "As obras contra as secas, porém, serviam mais como moeda de negociação entre a elite local e o governo federal do que como vetor de mudança das condições socioeconômicas." (ELAIS, 2002, p.294).

O crescimento econômico e a organização do espaço são fenômenos espaciais que acontecem de forma recíproca (ELIAS, 2003). De acordo com o geografo Milton Santos (2005) a ideologia da década de 50 que, tal qual os raios da aurora iluminam as primeiras horas do dia, apontavam os caminhos para o crescimento do Brasil pautadas em uma política econômica que priorizava "os gastos públicos em benefício de grandes empresas" (SANTOS 2005, p.113).

Este raciocínio no desenvolvimento das políticas econômicas nas cidades continua o mesmo. Opta-se por investir em infraestrutura que atenda ao interesse de

algumas empresas em detrimento de políticas econômicas que atendam às demandas sociais (SANTOS, 2005). Elias (2003) afirma que este crescimento das cidades corporativas ocorre com a distribuição dos recursos pelo território, de forma parcial e injusta, favorecendo as grandes empresas.

Sabendo-se que o desenvolvimento da região motiva-se através de interesses exógenos (ELIAS, 2003) através da intencionalidade presente no sistema de ações indissociáveis do sistema de objetos (SANTOS, 2014), materializado na escolha das cidades que produzirão, seja qual for o tipo de mercadoria, para atender ao interesse de outro grupo social em uma localização distante de onde se produz, o circuito produtivo da banana no município de Missão Velha, ocorre em um descompasso técnico (ELIAS, 2003).

A produção de banana através da fruticultura irrigada na zona rural de Missão Velha no estado do Ceará, faz uso da técnica no processo produtivo, já que o solo nesta região é muito arenoso e segundo Borges (2014) faz-se necessário em casos como este a adubagem, calagem e o controle anual da acidez do solo.

Além da técnica aplicada ao cultivo da banana a região conta com o aparelhamento do Estado a favor das grandes empresas. A construção do Cinturão das Águas do Ceará – CAC, a construção de novas estradas, o asfaltamento de estradas carroçáveis bem como as políticas de incentivo fiscal, constituem os sistemas de objetos intencionalizados pelo sistema de ação.

1.4 – O Gerenciamento Hídrico e o Desenvolvimento das Cidades

A sociedade é um conjunto de possibilidades, segundo Kant(1974) é uma pluralidade considerada como unidade. Garantir a sobrevivência é interesse que todas as pessoas possuem em qualquer época histórica, desde o surgimento das grandes civilizações materializando-se no espaço geográfico a água sempre teve papel importante para manutenção da vida. Na Mesopotâmia margeada pelos rios Tigre e Eufrates, no Antigo Egito as margens do rio Nilo, na China, em seu período de formação territorial, cortada pelo rio Amarelo, a água fluvial proporcionou aos seres humanos não só a oportunidade de saciar a sede, mas possibilitou a essas civilizações antigas a utilização desse recurso natural como objeto de consumo aplicado na agricultura, recém desenvolvida.

Hoje, com os avanços científicos, a técnica evoluiu bastante e o Estado teve que promover reestruturação nos seus equipamentos para acompanhar o modelo de desenvolvimento econômico imposto pelo Capital.

Dentro dessa perspectiva o gerenciamento hídrico no estado do Ceará torna-se objeto de medidas políticas que impactam diretamente na produção econômica do Estado e na condição de vida da população inserida no contexto da atividade agrícola. Entretanto antes de falarmos sobre gerenciamento hídrico no estado do Ceará é de suma importância expor alguns conceitos referentes à geopolítica da água.

Foi "a partir da década de 70 que a pressão pelo recurso aumenta e a relação do direito com a água se transforma." (VILLAR; RIBEIRO, 2012, p.360). Os direitos humanos foram construídos de forma gradativa no decorrer de longos anos e a água está relacionada diretamente à saúde que, por sua vez, "envolve elementos biológicos, comportamentais, culturais, econômicas, políticos, sociais e ambientais" (NEVES-SILVA; HELLER, 2016, p.1862).

A revolução técnico-científico-informacional (SANTOS, 2012) atuante no mundo exige a criação de novos direitos, com isso o bem-estar do ser humano passa a ganhar destaque por meio da elaboração de leis e acordos. (VILLAR; RIBEIRO, 2012).

O direito à água, embora não seja mencionado explicitamente, está contido de forma implícita na Carta Internacional de Direitos Humanos, no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, na Convenção dos Direitos da Criança, nas Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos (VILLAR; RIBEIRO, 2012).

Outro conceito importante que deve ser levado em consideração é o de seguridade hídrica proposto no II Foro Mundial Del Agua no ano de 2000. (PENÃ, 2016). Por definição a seguridade hídrica reside em:

> (...) assegurar que el agua dulce, las zonas costeras y los ecossistemas relacionados se encuentren protegidos y mejorados, que se promeuva el desarrollo sostenible y la estabilidad politica, que cada persona tenga acceso a suficiente agua potable y a un costo asequible para permitir una vida saludable y productiva, y que la problación vulnerable esté protegida de los riesgos asociados al agua. (PENÃ, 2016, p.11)[8]

[8] Tradução da citação do trecho do artigo de Humberto Peña entitulado La seguridad hídrica: la definición de un objetivo estratégico, publicado nos anais do II Fórum Mundial da Água no ano de 2000, na ocasião o tema se preocupava com os desafios da seguridade hidrica na América Latina e no Caribe. "garantir que as áreas de água doce, as áreas costeiras e os ecossistemas relacionados sejam protegidos e melhorados, que o desenvolvimento sustentável e a estabilidade política sejam assegurados, que cada pessoa tenha acesso a água potável suficiente a um custo

O Banco Asiático de Desenvolvimento e o Foro da Água Ásia-Pacífico elaboraram cinco dimensões para medir a seguridade hídrica: primeiro a seguridade hídrica a nível dos lugares, segundo voltado para economia, terceiro a nível das cidades, quarto voltado para o meio ambiente e quinto seguridade hídrica e as resistências frente aos desastres relacionados com a água.

Um dos problemas com o manejo da água refere-se às águas localizadas entre fronteiras, nacionais ou internacionais, o que afeta diretamente a soberania. "Logo o manejo de cursos d'água transfronteiriças também pode evocar a soberania interdependente." (RIBEIRO, 2012, p.4).

Dentro dessa perspectiva, no Brasil, a gestão de bacias hidrográficas tem papel importante, sobretudo por causa dos efeitos da degradação ambiental que afetam diretamente a disponibilidade dos recursos hídricos (JACOBI; FRANCALANZA, 2005).

Segundo Jacobi e Francalanza, a água é estabelecida como recurso natural limitado, dotado de valor econômico, por esse motivo passa a ser reconhecido como um bem econômico, embora apenas o uso dos recursos hídricos estejam sujeitos à cobrança, sendo vedado a cobrança da água em si. (JACOBI; FRANCALANZA, 2005).

Dito isso as políticas desenvolvidas pela Agência Nacional de Água – ANA, visam a resolver os problemas da gerência das águas, objetivando soluções para o problema da escassez desse recurso nas regiões em situação crítica.

Considerando que no setor público a governança é a capacidade de conduzir e controlar a sociedade e a economia por meio de ações coletivas objetivando o bem de todos (ZURBRIGGEN, 2014), o governo vem desenvolvendo ações para solucionar o problema da escassez hídrica no maior semiárido habitado do mundo. Dentre as ações desenvolvidas, a que mais tem ganhado notoriedade é a transposição de águas do Rio São Francisco, pois trata-se de uma obra gigantesca que é a construção de canais que vão levar a água do rio para dois estados vizinhos.

A polêmica está posta, pois divide opiniões[9] em relação aos impactos ambientais que uma obra dessa magnitude pode causar às pessoas que residem no local por onde o canal vai passar e aqueles que moram nas proximidades do Rio São Francisco e dependem de todo um ecossistema para garantir a subsistência.

---

acessível para permitir uma vida saudável e produtiva , e que a população vulnerável seja protegida dos riscos associados à água."

[9]Sobre as opiniões indicamos aqui os artigos de SARMENTO, 2006 e AB´SÁBER, 2006. Ambos discutem a transposição da água do Rio São Francisco com pontos de vista divergentes.

O Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC), desenvolvido pelo Governo Federal, vem tentando solucionar o problema da falta de água com a construção de cisternas para captação de água da chuva na zona rural. das cidades localizadas no semiárido brasileiro, considerada a região semiárida mais habitada do mundo.

O rio São Francisco tem uma extensão de 2.170 quilômetros, atravessa quatro domínios morfoclimáticos e fitogeográficos brasileiros (AB´SÁBER, 2006). A transposição de águas do rio São Francisco imposta pelo governo como uma solução para o semiárido brasileiro não demonstra ser a melhor solução para falta de água. Objetivando a solução da escassez hídrica, o Governo Federal vem realizando a obra com a tergiversação[10] (fora do significado jurídico) de melhorar a vida do sertanejo. Entretanto o questionamento correto é: Para quem realmente a água da transposição do rio São Francisco vai servir? De forma oportuna Gonçalves e Oliveira afirma que:

> Neste sentido, o discurso do desenvolvimento com base no uso das águas do rio São Francisco, apesar de ter como pano de fundo a resolução do acesso à água, produção agrícola irrigada, está voltado, essencialmente, para fim de atendimento do mercado externo à região nordestina. João Suassuna (2001), tem se destacado em suas abordagens sobre o rio São Francisco e sobre o projeto de transposição. Segundo o autor, são várias questões que esbarram nos interesses privados, como por exemplo: a outorga dos recursos hídricos nas áreas a serem abastecidas, as desapropriações e indenizações, a gestão e manutenção da infraestrutura (canais, tubulações, etc), a gestão da água, entre outras (Gonçalves:Oliveira, 2009 p.114).

É de suma importância considerar que a Região Nordeste apresenta alto potencial para evaporação de água, por causa da incidência de raios solares e altas temperaturas. (MARENGO, 2008).

1.5 – Segurança Hídrica e Economia no Estado do Ceará

De acordo com o levantamento feito pela Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará, a população que reside nos 23 municípios localizados na Bacia do

[10] De acordo com o dicionário online da língua portuguesa, tergiversar é utilizar vários pretextos, subterfúgios, desculpas; fazer rodeios; evitar afirmações claras. Já dentro do léxico jurídico trata-se de crime contra a administração da Justiça, consistente em o advogado, ou procurador judicial, defender na mesma causa, sucessivamente, partes contrárias. Quando a defesa é simultânea, o crime recebe o nomen iuris patrocínio infiel. Mas como colocado não se aplica aqui o sentido jurídico dessa palavra, cabendo a mesma apenas o significado de subterfúgio e seus sinônimos.

Salgado é de aproximadamente 914.000 habitantes ocupando uma área total de 13.000 Km^2. Formada por 15% de terras sedimentares possui quase 1.800 poços cadastrados e dispõe de número superior a 250 fontes.

A capacidade de armazenamento de água da Bacia do Salgado é de 488,1 ha/m^3, sendo que o volume real armazenado até julho de 2016 é de 63,31 ha/m^3 o que representa 12,97% da capacidade. É de chamar atenção o caso do açude Manoel Balbino no município de Juazeiro do Norte, que segundos dados COGERH/FUCEME, 2016, encontra-se com 6,2% da sua capacidade de armazenamento (ver gráfico nº 01 Ceará: Capacidade de Armazenamento do Açude Manoel Balbino 2004 – 2016). Essa situação se agrava mais devido ao fato do município de Juazeiro do Norte receber grandes romarias três vezes ao ano. Essa situação faz com que a população de 249.939 habitantes segundo censo do IBGE de 2010, chegue a dobrar nesse período.

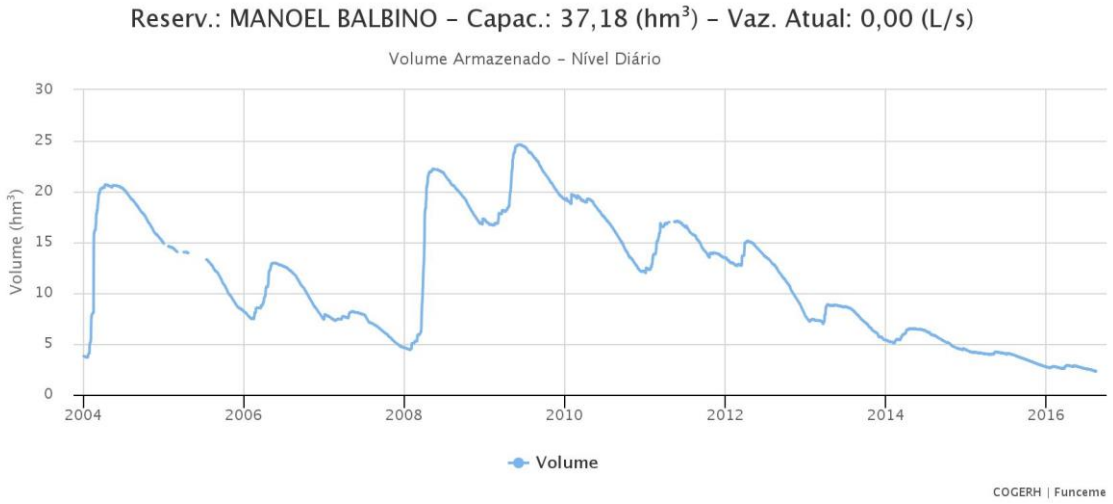


Gráfico 01 – Ceará: Capacidade de Armazenamento do Açude Manoel Balbino 2004 – 2016

FONTE: COGERH/FUCEME, julho de 2018.
Disponível em: http://www.hidro.ce.gov.br/reservatorios/volume/nivel-diario

Como os índices pluviométricos na Bacia do Salgado localizado no sul do estado do Ceará não satisfazem à demanda do ciclo vegetativo do plantio de banana, no município de Missão Velha a solução para este problema está no uso da água subterrânea. Nessa perspectiva o estado do Ceará investe na demanda hídrica para os polos de agricultura irrigada. Os investimentos na tentativa de gerar atrativos para investidores vão além dos incentivos fiscais e passam pela reestruturação do estado do Ceará. Nesse

capítulo destacamos as obras: no sul do Ceará que afetam diretamente o circuito produtivos da banana em Missão Velha:(1) construção do anel viário em Juazeiro do Norte que, através da (2) construção da CE 292 será ligado (3) ao trecho que está sendo duplicado da CE 293 (Figura 4), essa rodovia passa ao lado das áreas dedicadas ao cultivo de banana no município de Missão Velha e a (4) construção do Cinturão das Águas do Ceará – CAC, obra cujo trecho 1 cortará as zonas rurais dos municípios entre eles Missão Velha responsável pela produção de banana, objeto de análise desta pesquisa.

Como mencionado anteriormente a propaganda da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE assegura que a construção do Cinturão das Águas do Ceará – CAC trará estabilidade hídrica para o Estado.

Figura 4 – Missão Velha – CE: Obras de duplicação da CE 293

Foto*: CASTRO, Dezembro de 2017*

As empresas que investem no setor agrícola fazem uso dos equipamentos construídos pelo Estado para movimentar o circuito produtivo. Thomaz Junior afirma que no atual período a demanda por água ou a disputa por ela se impõe de forma marcante no Brasil, Gonçalves e Oliveira (2009) partilham da mesma ideia ao colocar a água como

mercadoria com forte poder estratégico no processo de acumulação do capital e embora as empresas invistam parte do seu capital na construção de estruturas próprias elas fazem uso de forma privilegiada dos investimentos estatais (THOMAZ JUNIOR, 2010).

A importância de considerar o acesso e/ou controle da água no estado do Ceará que servirá não só a irrigação da fruticultura da banana em Missão Velha mais aos Polos de Fruticultura Irrigada do Ceará, reside no simples fato de grupos econômicos estarem investindo de forma direta ou consorciada na construção de barragens e hidrelétricas, a exemplo do observado por Thomaz Junior (2010) na área que ele chama de Polígono do Agrohidronegócio, formado pelo "Oeste de São Paulo, Leste do Mato Grosso do Sul, Noroeste do Paraná, Triângulo Mineiro e Sul-Sudeste de Goiás" (THOMAZ JUNIOR, 2010 p.95).

O gráfico nº 02 mostra o volume de precipitação nos últimos 10 anos na Bacia do Salgado e como pode ser observado o desvio padrão evidencia para uma queda abaixo do índice normal estipulado pela Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos, que é de 879,4mm na região da Bacia do Salgado (FUNCEME, 2016). Desde os últimos quatro anos que chove abaixo do índice normal, lembrando que a população residente nessa bacia é de aproximadamente 914.000 habitantes distribuídos em 23 municípios que ocupam uma área total de 13.000 Km^2.

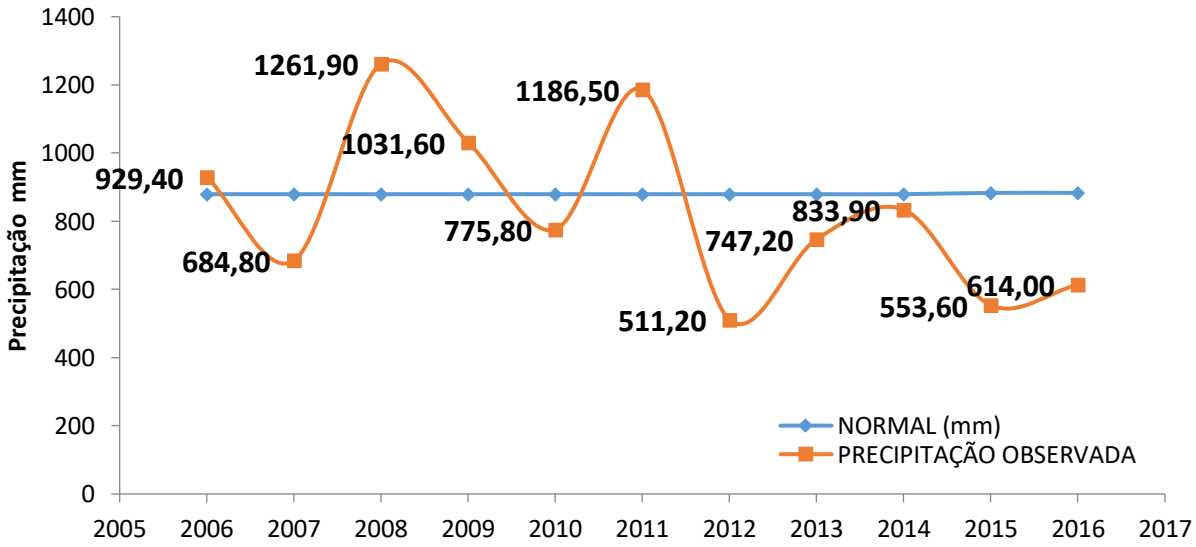


Gráfico 02 – Ceará: Precipitações Anuais aa Bacia do Salgado 2006 – 20016

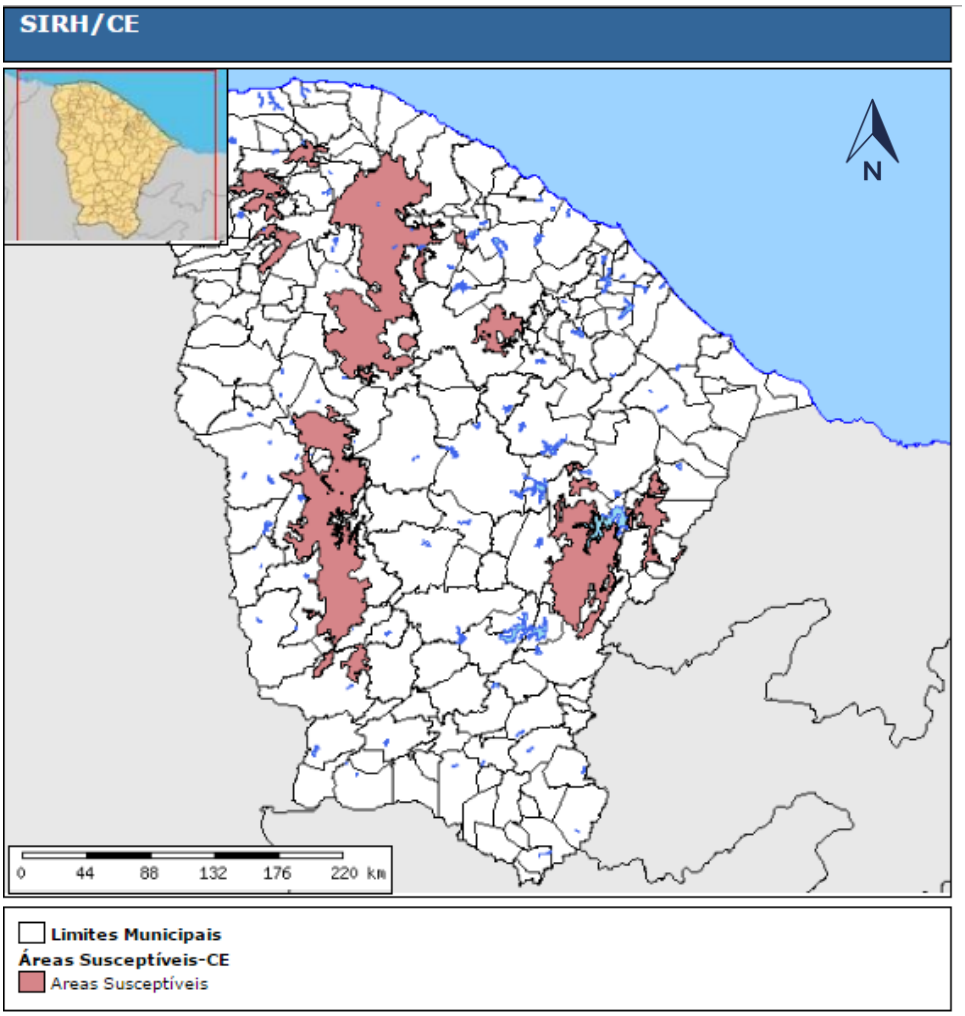
FONTE: COGERH/FUNCEME, julho de 2018.
Disponível em: http://www.hidro.ce.gov.br/app/pagina/show/176

Em conformidade com os dados do Comitê da Bacia Hidrográfica do Salgado o uso dos recursos hídricos dessa bacia é destinado ao abastecimento humano, através de poços, açudes, fontes e cisternas. Nas diversas formas de utilização da água destacamos o lazer proporcionados por clubes e bares que fornecem banhos de piscina e/ou bica. A água também é utilizada pelas indústrias de alimentos, calçados, ourivesaria, couros e extração mineral, além da recepção de esgotos domésticos e industriais.

O uso da água na agricultura com a irrigação de frutas, capim, cana de açúcar e cultura de subsistência é preocupante, principalmente com as práticas de cultivo por causa do uso de fertilizantes e agrotóxicos bem como das queimadas. Os dois primeiros contaminam o lençol freático e o último degrada o solo favorecendo o acentuamento na evaporação ao invés da infiltração das águas pluviais.

O Cinturão das Águas do Ceará é fruto de um planejamento da gestão hídrica do Estado, de iniciativa da Secretaria de Recursos Hídricos, objetivando resolver o problema da escassez de água nas regiões susceptíveis à desertificação conforme aponta a mapa nº 03.

Mapa 03 – Ceará: Áreas Susceptíveis à Desertificação 2018



FONTE: Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará, 2018
Disponível em <*http://atlas.srh.ce.gov.br/* >

De acordo com Brito (2016) o anúncio no ano de 2013 do investimento do Governo Federal realizado pela Presidenta Dilma com contrapartida do estado do Ceará, que tinha na época como Governador Cid Gomes[11], marcava o início das ações do Estado para construção das obras que tinham previsão de término em 2015. Deixemos que Brito de forma clara exponha essa situação:

> As obras do CAC foram iniciadas no segundo semestre de 2013, após a Presidenta Dilma Rousseff e o Governador do Ceará, Cid Gomes,

[11] Para não confundir os irmãos Ciro e Cid (já que ambos foram governadores do estado do Ceará), optou-se por mencionar em nota de roda-pé algumas informações sobre o governador que deu inicio as obras do CAC. Cid Ferreira Gomes graduou-se em Engenharia Civil na Universidade Federal do Ceará (UFC), em Fortaleza foi Depurado Estadual na Assembelia Legislativa do Ceará (1990-a995), Prefeiro de Sobral por dois mandatos (1997-2000) e (2001-2004), Governador do Ceará também por dois mandatos (2007-2010) e (2011-2015) e eleito Senador em 2018.

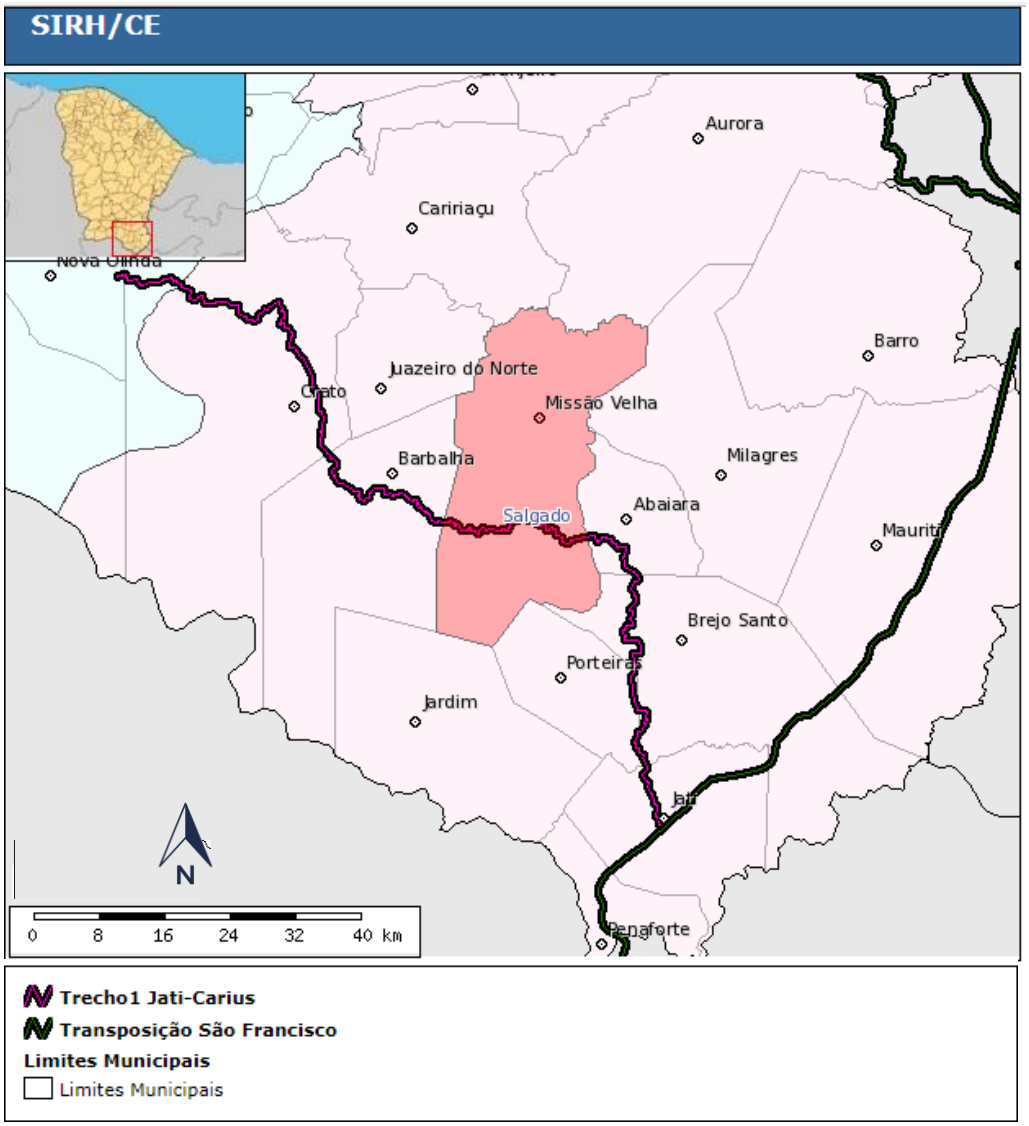
> anunciarem, na capital cearense, em um evento que reuniu ministros do governo, deputados, senadores e o corpo técnico da SRH, em julho de 2013. O trecho 1 do CAC teve, nessa ocasião, o valor estimado em R$ 1,5 bilhões, dos quais R$ 1,1 bilhão são recursos do PAC e R$ 393,4 milhões investidos pelo estado do Ceará. As obras iniciaram com a construção de uma barragem na cidade de Jati/CE, concomitante à construção de canais, túneis e sifões, que conduzirão as águas advindas do Rio São Francisco, alimentando a Barragem e percorrendo até o rio Cariús, no município de Nova Olinda (perfaz-se um total de 151 km). As obras, em atraso, tinham previsão de término para o final de 2015 (BRITO, 2016 p.234).

Em face aos dados expostos o governo do estado do Ceará vem desenvolvendo estratégias para solucionar o problema da escassez de água, principalmente nas regiões susceptíveis à desertificação. Aliados a um plano de desenvolvimento econômico do estado do Ceará, elaborado pela Agência de Desenvolvimento do Ceará – ADECE, através da Diretoria de Infraestrutura prioriza o setor secundário da economia. Para alcançar esse objetivo, a autonomia hídrica do Estado torna-se meta importante a ser alcançada, com a captação de águas do Eixo Norte do canal de Transposição do Rio São Francisco, viabilizado através da construção do Cinturão das Águas do Ceará – CAC. Nesse sentido concordamos com Brito:

> O CAC – Cinturão das Águas do Ceará se insere nesse contexto, pois consiste em uma grande obra hídrica com previsão de término de quarenta anos. O expoente investimento pretende alterar a geografia das águas do Ceará, utilizando-se de tática antiga de legitimação, calcada no discurso da seca, onde as características ambientais de aridez e escassez de água são colocadas em relevo. As obras se iniciaram no segundo semestre de 2013, com habitual pouco diálogo com as populações que serão atingidas (BRITO, 2016 p.85).

Para o Estado tanto quanto para o grupo de empresário do setor do agronegócio a água é enxergada como produto estratégico para acumulação de capital (GONÇALVES:OLIVIERA, 2009). As obras de transposição das águas do Rio São Francisco, sob a responsabilidade do Governo Federal e o Cinturão das Águas do Ceará – CAC, obra que dispõe de recursos Estaduais e Federais através do Ministério da Integração torna-se a solução apontada pelo Governo do Estado para sanar o problema da escassez de água e tentar criar atrativos para empresários que queiram investir na indústria e no agronegócio.

Mapa 04 – Trechos 1 e 2 Do Cinturão das Águas do Ceará 2018



FONTE: Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará, 2018
Disponível em <*http://atlas.srh.ce.gov.br/*>

Segundo dados da Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará o Trecho 1 Jati-Cariús terá início com a tomada de água na Barragem Jati, no município de Jati no estado do Ceará, onde haverá a captação das vazões transportadas pelo Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco, Eixo Norte.

A extensão total do Trecho 1 Jati-Cariús será de 145,3 quilômetros, terminando na travessia do rio Cariús, com vazão máxima de 30m^3/s. Os municípios atingidos serão Jati, Porteiras, Brejo Santo, Abaiara, Missão Velha, Barbalha, Crato e Nova Olinda. Os estudos de viabilidade técnico-econômica, ambiental e ante projeto do referido trecho,

custaram R$ 3.110.452,07 para uma obra que orçada em nove bilhões. A origem do recurso vem do Ministério da Integração e do Governo do Estado.

TABELA 05 – TRECHOS DO CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ – CAC 2018

NOME	DISTÂNCIA	VAZÃO
Trecho 1 Jati-Cariús	145,3 Km	30 m^3/s
Trecho 2 Cariús-Jaguaribe/Potí	380 Km	30 m^3/s
Trecho 3 Jaguaribe/Potí-Acaraú	137 Km	20 m^3/s
Ramal 1	53 Km	5 m^3/s
Ramal 2	20 Km	10 m^3/s
Ramal Leste	304 Km	8 m^3/s
Ramal Oeste	182 Km	15 m^3/s
Ramal Litoral Acaraú-Curú	141 Km	6 m^3/s
Ramal Litoral Curú-CIPP	43 Km	6 m^3/s

FONTE: Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará, 2018. Disponível em <http://atlas.srh.ce.gov.br/arquivos/documentos/Aprenset_Cinturao_das_Aguas.pdf>

Apenas o Canal do Trabalhador e o Eixão das Águas estão concluídos. O Trecho 1 Jati-Cariús está em construção, os trechos dois e três e os ramais 1, 2, Leste, Oeste, Litoral Acaraú-Curú e Litoral Curú – Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP não iniciaram as obras ainda. O detalhamento do Trecho1 contém as comunidades rurais de cada município (Jati, Brejo Santo, Porteiras, Abaiara, Missão Velha, Barbalha, Crato e Nova Olinda) que recebera as obras Cinturão das Águas do Ceará – CAC.

Jati: Esse é o ponto inicial da obra com a construção da barragem no Sítio Bela Vista, seguindo a noroeste da barragem o canal terá uma extensão de 9,28km e passará pelos sítios: Madalena, Portal do Santana, Beleza, Pacol, Baixa Funda, Queimadas, e Vajoto, limitando-se à fronteira com Brejo Santo.

Brejo Santo: Será o segundo município a conter 24,722km do canal que percorrerá as comunidades: Sítio Baixio dos Bastos, Sítio Picara, Sítio Boqueirão e Sítio Bati.

Porteiras: com 7,902km o canal corta esse município no sentido Norte-Noroeste passando pelas comunidades: Sítio Picara, Sítio Boqueirão e Sítio Muquém, finalizando no limite municipal com Abaiara.

Abaiara: O trecho municipal de Abaiara tem uma extensão do canal de 10,580km que passa pelas comunidades: Sítio Curral Velho, Sítio Escondido, Sítio Olho D'água de Pedra e Sítio Modubim, no sentido norte-oeste.

Missão Velha: O trecho 1 Jatí-Cariús do Cinturão das Águas do Ceará corta o município de Missão Velha a uma extensão de exatamente 26,012km, com seu início no limite municipal entre Abaiara e Missão Velha, transportará água através de gravidade no sentido leste/oeste chegando até o limite municipal Missão Velha e Barbalha.

Durante o percurso de transposição de águas[12] elas margearão as áreas dos: Sítio Pau Darco, Ladeira Vermelha, Sítio Boqueirão de Cima, Sítio Coité, Sítio Duas Passagens, Sítio Cantagalo, Sítio Tabuleiro, Sítio Barreiras e Sítio Pindor. As empresas que se destacam na produção de banana em Missão Velha estão localizadas exatamente no Sítio Barreiras, Tabuleiro e no Distrito de Missão Nova, com isso temos o favorecimento na escolha das terras em favor das empresas produtoras de banana.

Barbalha: O canal nesse município tem extensão de 24,602km passando pelas comunidades: Sítio Crioulo, Sítio Batoque, Sítio Lagoinha, Sítio Cabeceiras, Sítio Formiga, Sítio Sanguim, Sítio Taquari, Sítio Barro Vermelho e Sítio Baixio dos Cordas, no sentido leste-noroeste, finalizando no limite municipal com Crato.

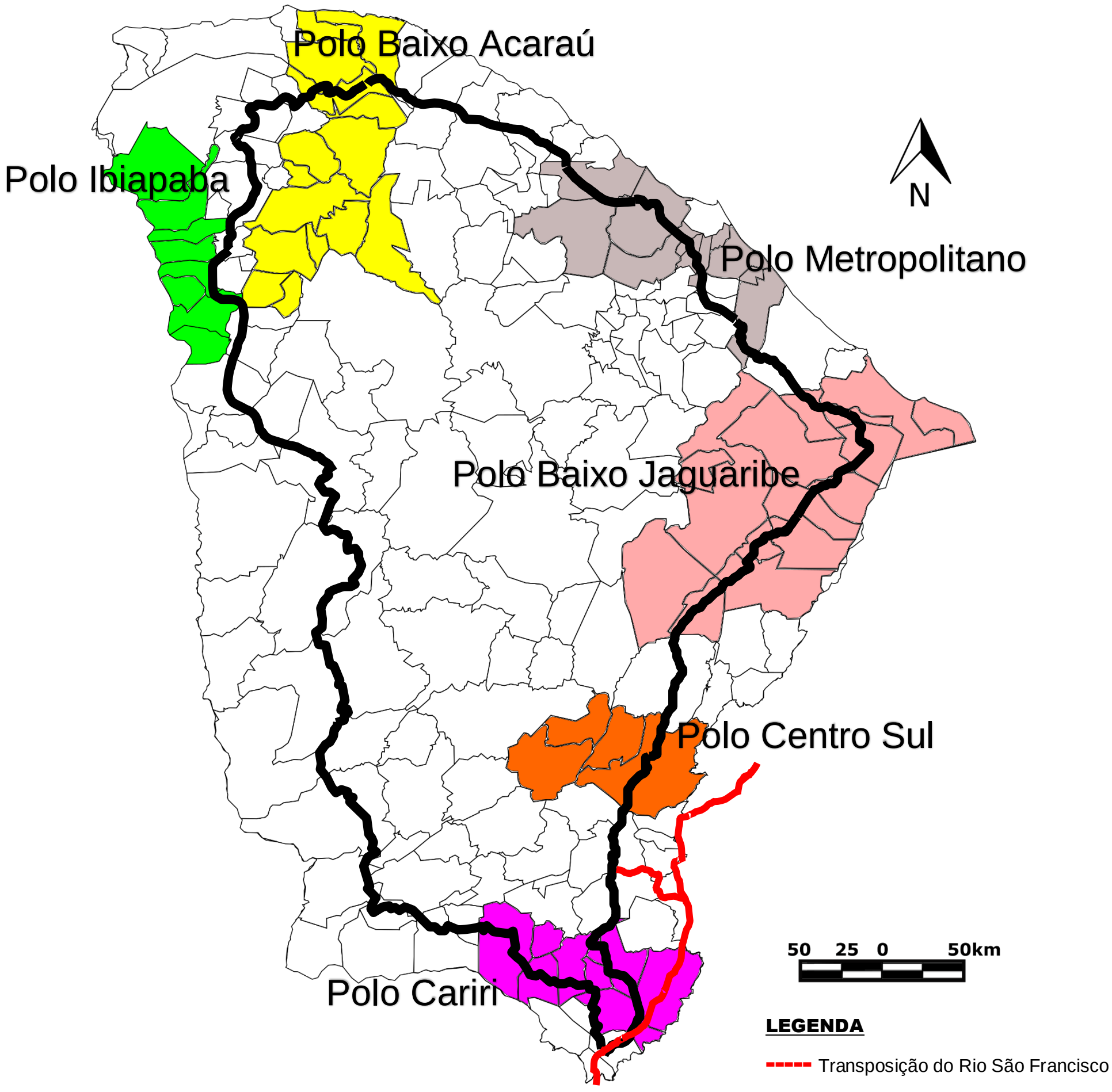
Crato: Nesse trecho do canal ele corta o município no sentido sudeste-noroeste possuindo uma extensão de 49,662km e passa pelas comunidades: Sítio Baixio dos Coitis, Sítio Baixio do Muquem, Sítio Monte Alegre, Sítio Lagoinha, Sítio Quebra, Sítio Saco, Vila Ponta da Serra, Vila Catingueira, Vila Vitória, Sítio Taboca e Sítio Caiçara.

Nova Olinda: Finalizando o Trecho 1 Jatí-Cariús essa parte tem apenas 0,997km e não chega a cortar nenhuma comunidade, já que ultrapassa apenas novecentos e noventa e sete metros do limite municipal entre Crato e Nova Olinda.

Algumas comunidades que há tempo residem em suas localidades municipais e são afetadas pela construção do Cinturão das Águas do Ceará tornam-se vítimas do processo de modernização que o Estado vem promovendo, este por sua vez atendendo aos interesses do capital (SANTOS, 2012). Um fator importante a ser destacado é a transformação que impacta na condição de vida dessas pessoas, causando impacto socioambiental, a exemplo do que acontece na comunidade Sítio Oitis, zona rural do Crato.

[12] Vale ressaltar que a água será captada do Eixo Norte do Canal de Transposição do Rio São Francisco.

MAPA 05 – CEARÁ: Polos de Agricultura Irrigada e Cinturão das Águas do Ceará (CAC) – 2017



FONTE: Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará
Projeção Universal Transversal de Mercator
Desenho gráfico elaborado no Philcarto
Organização: CASTRO, 2017

Como bem coloca Nobre (2017) a comunidade Baixio dos Oitis é formada por agricultores que trabalham em terras arrendadas, cujo cultivo principal é milho, feijão fava e macaxeira, além disso eles também produzem cajá e diversos tipos de hortaliças. O que é produzido por eles é comercializado entre os sítios vizinhos, num percurso feito de bicicleta e carroça puxada por animais.

A condição de vida no Baixio dos Oitis se repete nas comunidades Sítio Chapada, Sítio Muquém e Sítio Palmeiras. Juntas essas comunidades totalizam 308 famílias (NOBRE, 2017). Para essas famílias as obras do Cinturão das Águas do Ceará – CAC trará efeitos negativos, pois as mesmas terão de ser realocadas para dar lugar ao processo de modernização imposto pelos interesses do Capital.

O Estado afirma que as famílias serão reassentadas em terras remanescentes próximas de onde residem, mas deixemos que Nobre de forma clara exponha os fatos reais:

> O EIA/RIMA do CAC, no âmbito da pesquisa socioeconômica, ressalta que a maior parte das famílias que serão desalojadas pode ser reassentada em áreas remanescentes da própria propriedade, não é o que ocorre com Mundim e com outros moradores. Sem uma política de reinserção ambiental os danos ecológicos e os conflitos sociais podem ampliar devido a mudança ambiental e a disputa por território. O EIA/RIMA revela que a maior parte do traçado do Trecho 1 intercepta áreas de chapada e em menor proporção em solos de encosta, ambos com pouca exploração agrícola e baixo potencial agrícola e escassez de recursos hídricos (NOBRE, 2017 p.169).

Como tentativa de resolver os problemas foi criado o Fórum Popular das Águas do Cariri, formado por lideranças comunitárias, representantes do Centro Acadêmico Livre de Geografia, professores do curso de Geografia da Universidade Regional do Cariri – URCA, alunos e pesquisadores que fazem parte do Grupo de Estudos Agrários do Departamento de Geografia da URCA e professores da Universidade Federal do Cariri – UFCA. Diversas reuniões com os responsáveis pela construção do Cinturão das Águas do Ceará – CAC, já foram realizadas, além de manifestações e audiências públicas nas comunidades e na Câmara Municipal dos Vereadores do Crato, mas até agora nada foi decidido.

A construção do Cinturão das Águas do Ceará constitui-se no apoio do estado do Ceará às empresas privadas através de obras caras a exemplo do que já tinha observado pelo geógrafo Milton Santos (2012). Assim como as comunidades relacionadas por Nobre (2017) no município do Crato as outras comunidades nos demais municípios que

receberão as obras do Trecho1 Jatí-Cariús do Cinturão das Águas do Ceará – CAC, estão fadadas a sofrer forte impacto socioambiental.

Até o momento foi exposta a forma como o governo do estado do Ceará vem priorizando o setor empresarial, quando desenvolve políticas econômicas que viabilizam aporte financeiro (com incentivos fiscais), melhoria na infraestrutura do Estado facilitando a circulação de mercadorias e informação, além de tentar garantir a seguridade hídrica para o estado do Ceará com a construção do Cinturão das Águas do Ceará.

O conjunto de ações supracitados são importantes para compreender as dinâmicas socioeconômicas do circuito espacial produtivo da banana em Missão Velha. Foi a partir desse modelo de governança que duas empresas, especializadas no cultivo de banana, resolveram se instalar no interior do estado do Ceará, como resultado Missão Velha passou a fazer parte dos dez municípios que mais produz banana no atual mercado nacional.

O próximo capitulo além de verificar o processo de expansão da monocultura da banana substituindo a policultura de milho, feijão e amendoim constitui-se em uma tentativa de esquadrinhar as etapas do circuito espacial produtivo da banana em Missão Velha.

Capitulo II

O CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO DA FRUTICULTURA IRRIGADA DA BANANA NO MUNICÍPIO DE MISSÃO VELHA

2.1 – Circuito Espacial da produção de banana

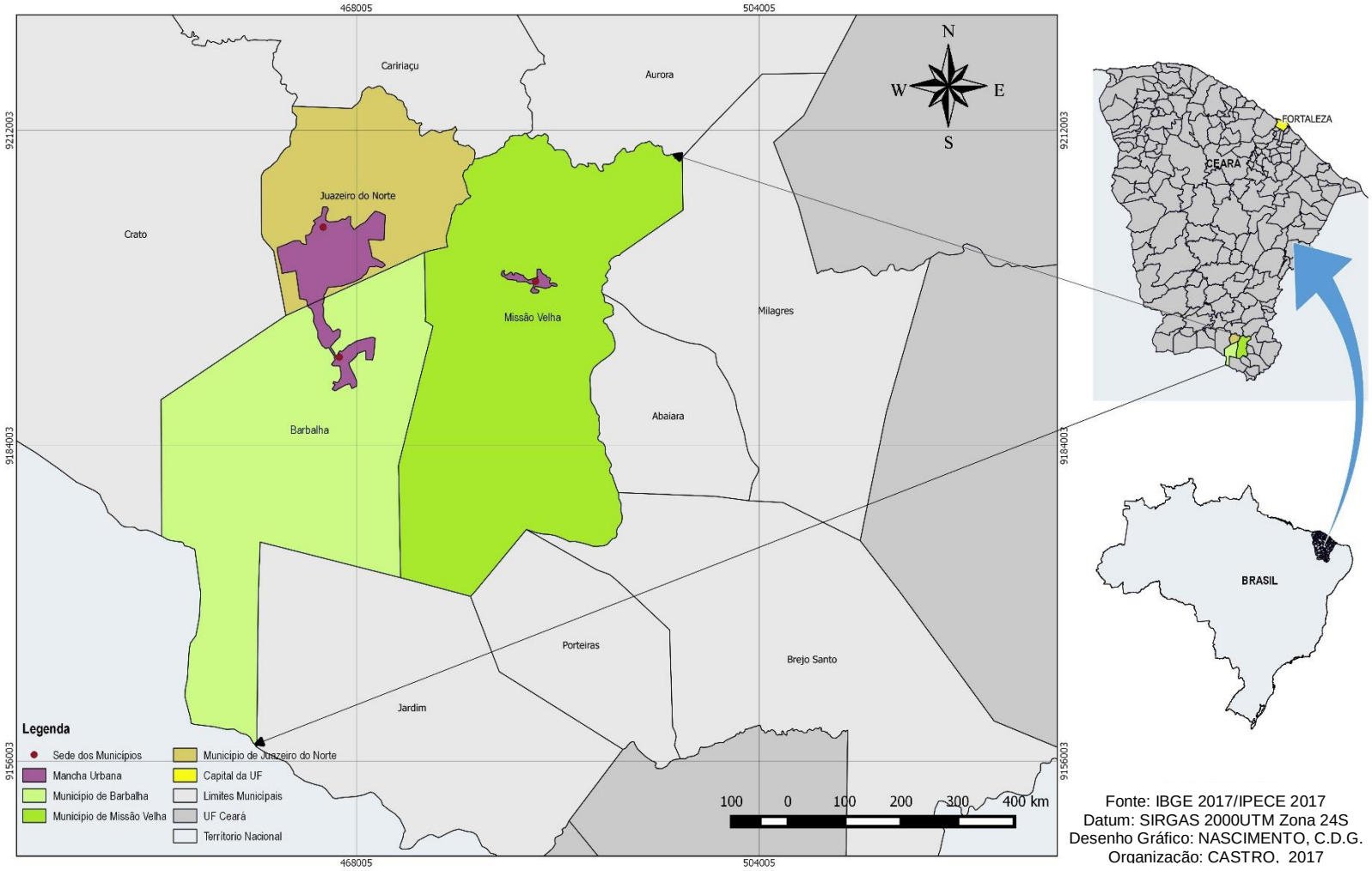
Em conformidade com o que escreveu o geografo Milton Santos sobre os circuitos espaciais da produção podemos afirmar que o mundo está se organizando em subespaços articulados obedecendo a uma lógica global que prioriza a acumulação de capital (SANTOS, 2012).

A partir dessa ideia para considerar as articulações existentes no circuito espacial da produção de banana em Missão Velha, temos que entender todos os momentos da produção. A exemplo disso Santos (2012) propõe que: sejam observados: a origem dos insumos; qualificação e origem da mão de obra; quantidade e qualidade dos armazéns destinados a estocagem; quantidade, qualidade e diversidade das vias de transporte; existência ou não do monopólio de compra, bem como a taxação de impostos e tipo de consumo. Embora Milton Santos considere como exemplo o circuito espacial da cana-de-açúcar ele deixa claro que o método pode ser aplicado em qualquer outro tipo de produção nesse caso, na produção de banana em Missão Velha – Ceará.

De acordo com os dados do IBGE 2010 o município de Missão Velha apresenta área de 645,7 km^2 e um total de 34.274 habitantes, sendo que 55% encontram-se na área rural. Missão Velha é uma das oito cidades que compõem o Polo Cariri de Agricultura Irrigada. O trabalho de campo proporcionou a apreensão de conhecimentos além dos dados do IBGE, como a informação que nos foi passada pelo senhor Antônio da Costa ao falar dos plantios de milho, feijão e amendoim nas terras arrendadas em que sua família produzia. Hoje não se produz mais esses gêneros alimentícios mas, unicamente, banana.

A substituição tanto do produto da lavoura quanto no modo de produção é reflexo da inserção da zona rural de Missão Velha no circuito espacial de produção da banana. Antes de considerarmos as etapas desse circuito se faz importante verificar a quantidade produzida dos gêneros alimentícios: milho, feijão e amendoim, para saber até que ponto essas culturas foram substituídas e como esse fenômeno afetou a condição de vida dos agricultores.

MAPA 06: CEARÁ: LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DOS MUNICÍPIOS DE BARBALHA, MISSÃO VELHA E JUAZEIRO DO NORTE 2017



Fonte: IBGE 2017/IPECE 2017
Datum: SIRGAS 2000UTM Zona 24S
Desenho Gráfico: NASCIMENTO, C.D.G.
Organização: CASTRO, 2017

Tabela 6 – Missão Velha – CE: Produção de milho, feijão e amendoim entre 2006 e 2015, em toneladas

Gênero Alimentício	2006	2015	Variação da Produção entre 2006 – 2015 (%)
Milho	12.960	2.864	- 77,90 %
Amendoim	264	64	- 75,76 %
Feijão	1.238	996	- 19,55 %
Total	14.462	3.924	- 72,87 %

Fonte: IBGE Produção Agrícola Municipal
Organização: CASTRO, 2018

A tabela 6 mostra a variação da produção dos gêneros alimentícios: milho, feijão e amendoim entre os períodos de 2006 e 2015. Os dados foram coletados no site do IBGE referentes à Produção Agrícola Municipal. Como pode ser observado a maior queda na produção ocorreu na produção de milho resultando na variação de 77,9%. Embora a produção de amendoim apresente quantidades pequenas em relação ao milho e feijão sua queda totaliza 75,76%e o feijão 19,55%. Juntos esses gêneros alimentícios apresentam uma variação negativa de 72,87%.

Para melhor entender como a substituição da policultura do milho, amendoim e feijão pela monocultura da banana tomou volume no município de Missão Velha o gráfico 3 ilustra de forma clara esse fenômeno.

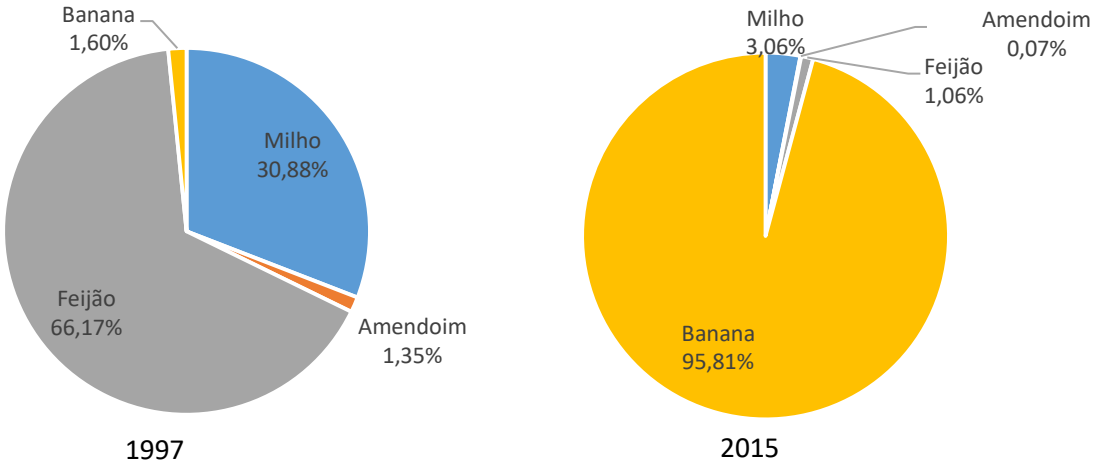


Gráfico 3: Missão Velha – CE Comparativo da produção de Bananas 1997 e 2015

Fonte: IBGE Produção Agrícola Municipal
Organização: CASTRO, 2018

No recorte temporal consideramos para esse caso o ano de 1997 porque foi nesse ano que as terras do Sítio Barreiras foram compradas pelo empresário Sebastião Regis que pretendia iniciar o plantio de banana e dessa forma daria início ao circuito espacial produtivo da banana em Missão Velha.

A produção de banana em 1997 era de apenas 160 toneladas o que equivalia a 1,6%, do total do município, muito próximo da produção de milho que era de 1,35%. Os dois gêneros alimentícios produzidos em Missão Velha eram feijão e milho com 6.600 e 3.080 toneladas respectivamente, ocupando os maiores percentuais, feijão 66,17% e milho30,88%.

No ano de 2006 após a segunda empresa produtora de banana se estabelecer em Missão Velha a produção de banana passou a ocupar 41,65% da produção ficando atrás da produção de milho que na época representava 52,29%. Como pode ser observado no gráfico 3 em 2015 a produção de banana chegou ao total de 95,81% o que equivale 89.760 toneladas.

No circuito espacial produtivo da banana em Missão Velha duas empresas ocupam posição de destaque sendo elas: Sítio Barreiras Fruticultura LTDA e Sítio Paraíso Verde Fruticultura LTDA – ME.

2.2 – As Empresas Especializadas na Produção de Banana

2.2.1 – A Formação da empresa Sítio Barreiras

Em 1996 o empresário Sebastião Regis de Albuquerque Neto estava procurando terras para comprar, foi quando encontrou na fazenda do senhor José Wilson Santana uma boa oportunidade de negócio. A fazenda está localizada dentro dos limites municipais de Missão Velha, sendo cortada por um rio, possui solo fértil, temperatura média anual de 28°C, tornando-se ambiente propício as atividades agrícolas.

Quando o empresário Sebastião Regis de Albuquerque Neto comprou as terras que hoje formam o Sítio Barreiras a principal atividade agrícola, em 1997, constituía-se do plantio de milho, feijão, amendoim e cana-de-açúcar, essa última cultura refere-se a um “ciclo econômico”, que foi muito importante para a região e na cidade vizinha,

Barbalha, funcionava uma usina[13] de cana-de-açúcar. O fato é que o empresário promoveu a transformação de agricultura familiar pela monocultura da banana, através do empreendimento do Sítio Barreiras Fruticultura LTDA.

Com o objetivo de melhor entender as interações que há no estudo das regiões produtivas um recorte histórico é fundamental (SANTOS, 2012). A partir dessa perspectiva pode-se afirmar que as políticas desenvolvidas pelo governo de Cid Gomes, no estado do Ceará, nos dois mandatos (2006 – 2010 e 2011 – 2015) priorizaram a melhoria na infraestrutura do estado, melhorando as principais rodovias, asfaltando novos trechos, interligando municípios, melhorando o sistema de transportes que aliados a Ferrovia Transnordestina vão facilitar o fluxo de mercadorias para Fortaleza. Como afirma Milton Santos esse "desenvolvimento de estradas vicinais tem sido planejado e executado em muitos países" (SANTOS, 2003, p.191). Santos alerta para os malefícios causados pela introdução de novas maneiras de produzir, pelo fato da destruição da condição de vida que nesses locais já existiam. Nesse sentido Harvey (2005) afirma que o Estado vem gerenciando os interesses das grandes empresas.

No período técnico-científico-informacional (SANTOS, 2014) a circulação de mercadorias, dinheiro, pessoas e informação é fator essencial da acumulação, provocando uma nova relação entre as distâncias dos lugares (ELIAS, 2003), possibilitando a configuração de uma rede de comercialização que é possível de ser identificada e representada geocartograficamente.

Em uma entrevista com o senhor Rivanildo, gerente de vendas da Unidade de Distribuição do Sítio Barreiras Fruticultura LTDA, localizada na cidade de Barbalha, pode –se observar que a produção da monocultura da banana teve seu início em 1996 na zona rural de Missão Velha. O primeiro cliente do Sítio Barreiras foi a rede de lojas do

[13] A Usina Manuel Costa Filho foi desativada no ano de 2004. Dos 64 engenhos instalados em Barbalha restam apenas 4. De acordo com materia publicada pelo jornal Diário do Nordeste em 21 de julho de 2014, em de 2009 o governo do estado do Ceará instalou no Instituto Centro de Ensino Tecnológico (Centec) a Fábrica-escola de cana-de-açúcar, como tentativa de retomar o crescimento das atividades economicas desse setor. Segundo matéria publicana no jornal Diário do Nordeste em 06 de abril de 2014, no ano de 2013 o governo do estado do Ceará através da ADECE arrematou em um leilão judicial a referida usina pela quantia de R$ 15,4 milhões. Um ano apos a aquisição da usina de cana-de-açúcar a ADECE conseguiu negociar com empresarios de diversos estados (entre eles proprietários japoneses) investimentos em novas tecenologias para o seguimento sucroalcooleiro. Até o dezembor de 2017 a Usina Manuel Costa Filho continua aguardando substitiuição dos equipamentos. Em outra materia publicada no jornal Diário do Nordeste no dia 18 de novembro de 2017 reafirma a aquisição da usina pelo Estado, mas ressalta que os 65 hectares de terras entorno da mesma estão servindo para o cultivo de Banana. As inquietações sobre os rumos dos investimentos que o estado do Ceará fez e/ou continuara fazendo no setor sucroalcooleiro por não fazer parte do objeto dessa pesquisa não serão considerados, entretanto reconhecemos a importância das contribuições que a pesquisa com este recorte espacial possui.

Mercadinhos São Luiz, localizado em Juazeiro do Norte, Crato e toda a região metropolitana de Fortaleza. Além de abastecer os Mercadinhos São Luiz o Sítio Barreiras Fruticultura LTDA também abastece as principais redes de supermercados da região do Cariri: Assai Atacadista, Hiper Bom Preço, Max Atacado e Atacadão Carrefour.

Em uma consulta na internet é possível encontrar todas as empresas vinculadas ao senhor Sebastião Regis de Albuquerque Neto, bem como os seus sócios que juntos formam o conjunto de empresas do Sítio Barreiras Fruticultura LTDA, conforme o quadro nº 4. Os sócios do empresário Sebastiao Regis De Albuquerque Neto são Fabio Regis de Albuquerque, Katia Regis de Albuquerque, Vitoria Augusta Travassos Dezza, Ana Patrícia Carneiro Leão Regis de Albuquerque, Lucas Carneiro Leão Regis de Albuquerque, juntos o capital social do grupo Sítio Barreiras totaliza R$ 10.600.560,00 (dez milhões seiscentos mil e quinhentos e sessenta reais)

Oficialmente a instituição das pessoas jurídicas das onze empresas que formam o grupo do Sitio Barreiras levou um período de nove anos, tendo início em 17 de maio de 2005 com a abertura da razão social Sitio Barreiras Fruticultura LTDA inscrito no CNPJ 07.408.612/0001-67 até chegar na empresa de número 11 São Luiz Comércio de Frutas LTDA inscrito no CNPJ 21.409.872/0001-88, cuja razão social fora aberta em 14 de novembro de 2014. O quadro 2 – Empresas que compõem o grupo SB Frutas apresenta todos os detalhes dessas empresas, que exercem papel importante para circulação dos próprios produtos, investimentos e força de trabalho.

QUADRO 4 – EMPRESAS QUE COMPÕEM O GRUPO SB FRUTICULTURA LTDA 2018

Nº	RAZÃO SOCIAL	NOME FANTAZIA CNPJ	DATA DE ABERTURA	ENDEREÇO	ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL	CAPITAL SOCIAL R$
01	Sítio Barreiras Fruticultura LTDA	Sítio Barreiras 07.408.612/0001-67	17 /05/2005	Fazenda Sitio Barreiras, S/N, Zona Rural, Missão Velha, CE, CEP 63200-000, Brasil	Cultivo de banana CNAE nº 0133402	2.150.560,00
02	Ponto Novo Fruticultura LTDA	Sítio Barreiras 07.465.275/0001-40	22 /06/2005	Perímetro Irrigado, S/N, Zona Rural, Zona Rural, Ponto Novo, BA, CEP 44755-000, Brasil	Cultivo de banana CNAE nº 0133402	700.000,00
03	Sitio da Serra Fruticultura LTDA. – ME	Sitio Barreiras Belém 08.901.876/0001-10	20/6/2007	Sítio Da Serra, S/N, Cx post 29, Zona Rural, Barbalha, CE, CEP 63180-000, Brasil	Cultivo de banana CNAE nº 0133402	100.00,00
04	Bela Vista Fruticultura LTDA	Bela Vista 10.957.038/0001-00	2/7/2009	Sítio Juazeiro De Missão Nova, S/N, Zona Rural, Missão Velha, CE, CEP 63200-000, Brasil	Cultivo de banana CNAE nº 0133402	300.00,00
05	Imobiliária Sebastiao Regis LTDA – EPP	12.134.602/0001-10	21/6/2010	Faz Sitio Barreiras, S/N, Sala 08, Zona Rural, Missão Velha, CE, CEP 63200-000, Brasil	Aluguel de imóveis próprios - CNAE 6810202	150.000,00
06	SB Distribuidora de Frutas LTDA	SB Distribuidora de Frutas 15.132.490/0001-57	2/3/2012	R Doutor Altino Teixeira (Pto S Pirajá), 1676, Térreo Galpão 01, Porto Seco Pirajá, Salvador, BA, CEP 41233-010, Brasil	Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos - CNAE 4633801	200.000,00
07	Sitio da Serra Comercio de Frutas LTDA	16.500.796/0001-81	17/7/2012	Psg Santana (Cj Pau D'Arco), 61, Coqueiro, Ananindeua, PA, CEP 67113-800, Brasil	Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos - CNAE 4633801	250.000,00
08	SB Distribuidora de Frutas LTDA	Sitio Barreiras 16.661.520/0001-85	8/8/2012	Av Deputado Leão Sampaio, 5230, Bulandeira, Barbalha, CE, CEP 63180-000, Brasil	Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos - CNAE 4633801	100.000,00
09	Cajuapara Fruticultura LTDA	Cajuapara Fruticultura LTDA 20.395.342/0001-65	5/6/2014	Dt Parte Do Lote 83 Da Gleba 16 Distrito De Cajuapara, S/N:, Distrito De Cajuapara, Itinga Do Maranhão, MA, CEP 65939-000, Brasil	Cultivo de banana - CNAE 0133402	5.000.000,00
10	Doces Sitio Barreiras Industria e Comercio LTDA	Doces Sitio Barreiras 21.348.659/0001-03	5/11/2014	St Perimetro Irrigado Lote 59, S/N, Zona Rural, Zona Rural, Ponto Novo, BA, CEP 44755-000, Brasil	Fabricação de conservas de frutas - CNAE 1031700	50.000,00

continua

11	São Luis Comercio de Frutas LTDA	Sitio Barreiras 21.409.872/0001-88	14/11/2014	Av Engenheiro Emiliano Macieira, S/N, BR 135; Km: 2;, Vila Itamar, São Luis, MA, CEP 65090-000, Brasil	Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos - CNAE 4633801	2.000.000,00

FONTE: <*http://www.consultasocio.com/q/sa/sebastiao-regis-de-albuquerque-neto*> *Acessado em 16 de julho de 2018.*

Organização: CASTRO, 2018.

O quadro nº 4(Empresas que Compõem o Grupo SB Fruticultura LTDA 2016) relaciona as onze empresas que formam o grupo do Sítio Barreiras Fruticultura LTDA. Com o objetivo de maximizar os lucros o Sítio Barreiras, desde junho de 2005 (ano em que inaugurou a segunda empresa[14]) vem abrindo filiais em diversas cidades e em diferentes Estados.

Das onze empresas, cinco estão cadastradas com CNAE 0133402, significando que sua única atividade é cultivo de bananas. Apenas uma empresa tem como atividade principal o aluguel de terras (a Imobiliária Sebastião Regis existe para legalizar o aluguel de terras que serão destinadas ao cultivo de banana na busca do aumento na capacidade de produção de bananas). Quatro empresas cuidam apenas da distribuição da produção, por isso possuem inscrição no CNAE 4633801, ou seja, sua atividade principal é a comercialização atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos. Dessa forma, as unidades de distribuição do Sítio Barreias vendem não só as bananas que produzem, mas também comercializam outros tipos de produção relacionados no CNAE 4633801[15].

O beneficiamento da banana é realizado apenas pela empresa Doces Sítio Barreiras Indústria e Comércio LTDA localizada na Zona Rural da cidade de Ponto Novo na Bahia.

As empresas estão espalhadas nos estados do Ceará (que abriga cinco empresas), Bahia (com três empresas), Maranhão (com duas empresas) e Pará (que possui apenas uma empresa).

O processo de expansão do Sítio Barreais Fruticultura LTDA é a tentativa de se manter inserido no circuito espacial da produção de banana de forma competitiva. É de suma importância ressaltar que a competitividade está além da instalação de filiais. Sobre esse tema Castillo (2010) coloca que a competitividade é o resultado da articulação entre formas materiais e normas. Sendo a primeira constituída pela "[...]acessibilidade, infraestruturas produtivas, de circulação, comunicação, energia elétrica, abastecimento de água[...]" (CASTILLO, 2010, p.19) resultados do sistema de objetos e sistema de ações (SANTOS, 2014) e a segunda os benefícios propiciados pelo Estado através de leis de

[14] Vale ressaltar que a aquisição das terras do Sítio Barreiras ocorreu no ano de 1996 e o plantio iniciou no ano seguinte, mas a constituição da primeira empresa ocorreu apenas em maio de 2005.

[15] Na pesquisa de campo, quando visitamos a Unidade de Distribuição do Sítio Barreiras, localizada na Av Deputado Leão Sampaio, 5230, Bulandeira, Barbalha – CE, o gerente dessa unidade informou que se algum cliente fizer o pedido de qualquer fruta que eles não produzam, a empresa compra a produção agricola e venda ao cliente. Como exempo o gerente falou que esse procedimento já aconteceu com morangos, uvas e mamão, na opotunidade eles compraram dos produtores localizados em Petrolina – Pernambuco.

incentivos fiscais, linhas de créditos por parte dos sistemas bancários, etc. Logo, qualquer empresa que consiga articular as formas materiais e as normas pode se colocar de forma competitiva no circuito espacial da produção não somente da banana, mas de qualquer mercadoria.

2.2.2 – A Formação da empresa Sítio Paraíso Verde

No ano de 2009 um empresário do setor calçadista resolveu diversificar seus investimentos. Em matéria publicada no jornal Diário do Nordeste em 18 de novembro de 2017 João Landim falou: "Como meus pais eram agricultores e sempre gostei, resolvi apostar. Mas não via nada que fosse viável. Conversando com amigos, indicaram a banana como negócio" (DIÁRIO DO NORDESTE, 2017). A partir de então o senhor João Landim em sociedade com Edimar Landim compraram alguns hectares de terras no Sitio Missão Nova, zona rural da cidade de Missão Velha e deram início ao cultivo de banana.

De acordo com os dados do site "consultasocio.com" no dia 17 de abril de 2009 foi aberta a firma Sítio Paraíso Verde Fruticultura LTDA-ME que na época contava apenas com 60 funcionários. O senhor João Landim fala que no início teve dificuldades para vender as bananas produzidas por sua empresa, chegando a visitar os supermercados da região do cariri oferecendo o produto.

> Teve supermercados que fomos 20 vezes oferecer. A gente não tinha essa credibilidade, mas, aos poucos, fomos conseguindo, a quantidade aumentando. Hoje estamos vendendo 80% para supermercados. Alguns vieram visitar e começaram a comprar. (DIÁRIO DO NORDESTE, 18 de novembro de 2017)

Assim como o Sítio Barreiras, o Sítio Paraíso Verde também ampliou sua área de produção com o intuito de maximizar os lucros, portanto no ano de 2012 a empresa dos sócios João Landim e Edimar Landim ampliaram a área de plantio adquirindo mais hectares, sendo o último deles nos arredores da Usina Manoel Costa Filho, até a presente data desativada. Em entrevista ao jornal impresso Diário do Nordeste, matéria publicada em 18 de novembro de 2017 o empresário João Landim disse que comprou as terras ao redor da usina porque estavam penhoradas pelo Banco Industrial e Comercial.

Entretanto diferente do Sítio Barreiras que optou por abrir filias em outras cidades em vários estados, o Sítio Paraíso Verde resolveu apenas ampliar as áreas de plantio na zona rural entre os limites municipais de Missão Velha e Barbalha.

QUADRO 5 – EMPRESA SÍTIO PARAÍSO VERDE FRUTICULTURA LTDA-ME

RAZÃO SOCIAL	Sitio Paraíso Verde Fruticultura LTDA - ME
NOME FANTAZIA **CNPJ**	Sitio Paraíso Verde 10.772.915/0001-79
SÓCIOS	Joao Landim Da Cruz Edimar Landim Da Cruz
DATA DE ABERTURA	17 /04/2009
ENDEREÇO	Rod CE 096 Km 30, S/N, Entra. Distrito De Missão Nova, Zona Rural, Missão Velha, CE, CEP 63200-000, Brasil
ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL	Cultivo de banana CNAE nº 0133402
CAPITAL SOCIAL (R$)	85.000,00

Fonte: <http://www.consultasocio.com/q/sa/joao-landim-da-cruz.> Acessado em 20 de novembro de 2018.
Organização: CASTRO, 2018

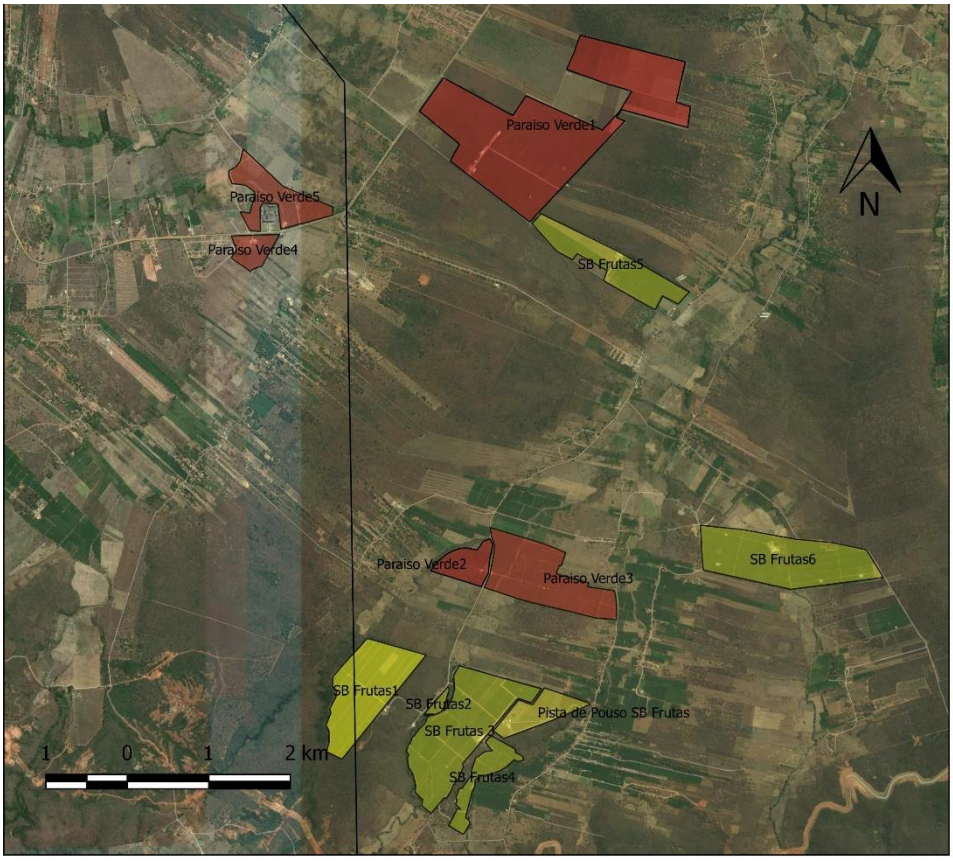
Como pode ser observado o quadro 5 traz os dados da empresa Sítio Paraíso Verde Fruticultura LTDA-ME, com capital social declarado no valor de oitenta e cinco mil reais, sediada no município de Missão Velha desde 17 de abril de 2009, data considerada a partir da abertura de firma. O Sítio Paraíso Verde possui, atualmente, 5 unidades de produção localizadas nos limites municipais entre Missão Velha e Barbalha, entretanto, embora não se encontre nenhuma unidade de distribuição registrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ ligada ao Sítio Paraíso Verde Fruticultura LTDA-ME, o empresário João Landim afirmou em entrevista concedida ao jornal impresso Diário do Nordeste publicado em 18 de novembro de 2017 que a empresa conta com quatro núcleos de distribuição localizados em: Teresina (PI), Fortaleza (CE), Salvador (BA) e São Luís (MA).

2.2.3 – Ocupação espacial das empresas: Sítio Barreiras e Sítio Paraíso Verde

Tendo como base a definição do espaço a partir do conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações (SANTOS, 2014), pode-se considerar que na zona rural de Missão Velha o espaço toma forma através da produção de banana impulsionada pela expressão material das relações econômicas nas quais o estado do Ceará torna-se o gerente a serviço dos interesses do capital.

Como já mencionado, reforçamos aqui as ações do governo do estado do Ceará na tentativa de gerar atrativos para que empresários optem por investir no agronegócio da fruticultura irrigada. Elias (2003) afirma que o Estado assume a função de ampliar os recursos necessário à expansão do sistema de objetos de sistemas de ações, fundamentais na organização do espaço.

MAPA 07: Missão Velha – CE. Unidades de Cultivo de Bananas das empresas Sítio Barreiras e Sítio Paraíso Verde em dezembro de 2018



Legenda

Unidades de Cultivo do Sítio Paraiso Verde

Unidades de Cultivo do Sítio Barreiras

Fonte: Google Satellite. Dezembro de 2017
Datum: SIRGAS 2000UTM Zona 24S
Organização: CASTRO, 2018

Tendo como base a compreensão da participação do Estado como agente facilitador do processo produtivo a serviço do capital (SANTOS, 2014), destacamos algumas ações que Elias (2003) relaciona: construção de obras de infraestrutura, criação de empresas e instituições de pesquisa, coordenação de políticas econômicas, financiamento da produção agrícola e incentivos fiscais.

Em especial a produção de banana nos limites municipais entre Missão Velha e Barbalha é favorecida com a construção da CE 292, a duplicação da CE 293 e a construção do Cinturão das Águas do Ceará – CAC. Essas três ações aliadas à Lei do Fundo de Desenvolvimento da Industria – FDI imprimem ao território de Missão Velha novas forma de produção, o mapa 07 traz visualização desse processo.

O trabalho de campo possibilitou identificar as Unidades de Cultivo das duas empresas que se destacam na produção de banana na zona rural do município de Missão Velha. A área ocupada pelo Sítio Barreiras Fruticultura LTDA para produção de banana em Missão Velha identificada no mapa, elaborado no programa QGIS, foram nomeadas no mapa como: SB Frutas 1, 2, 3, 4 e 5, mais uma pista de pouso. O Sítio Paraíso Verde Fruticultura LTDA-ME possui também cinco unidades de produção de banana identificadas no mapa como Paraíso Verde 1, 2, 3, 4 e 5.

Tabela 7: Áreas de plantio das empresas produtoras de bananas

Identificação da área	Perímetro (km)	Área (ha)
SB Frutas 01	4,21	88,8
SB Frutas 02	1,26	3,93
SB Frutas 03	5,76	120
SB Frutas 04	3,72	27,1
SB Frutas 05	4,89	63,2
SB Frutas 06	5,26	116
Pista de pouso do SB	2,82	31,82
Paraíso Verde 01	11,8	292
Paraíso Verde 02	2,17	24,6
Paraíso Verde 03	4,89	91,3
Paraíso Verde 04	1,7	17,3
Paraíso Verde 05	4,53	48,6

Fonte: Analise do trabalho de campo
Organização e elaboração: CASTRO, 2018

Somadas as áreas destinadas a produção de banana do Sítio Barreiras chega-se ao total aproximado de 419,03 ha com um perímetro de 25,1 km, ao passo que o Sítio Paraíso Verde possui aproximadamente 425,2 ha em um perímetro de 20,56 km, de forma que se for levado em consideração a produção dessas empresas apenas no Ceará pode-se afirmar que o Sítio Paraíso Verde possui potencial de produção um pouco maior do que a do seu concorrente.

Todavia, vale salientar que foi a iniciativa do Sítio Barreiras a responsável pela inserção desse tipo de produção nos limites municipais entre Missão Velha e Barbalha. Outrossim, o Sítio Barreiras possui filiais espalhadas pelo Norte e Nordeste do país.

Tanto o Sítio Barreais Fruticultura LTDA quanto o Sítio Paraíso Verde estão inseridos no circuito espacial produtivo da banana de forma competitiva, já que a construção do Cinturão das Águas do Ceará – CAC, aliado a implementação da CE 292 e a duplicação da CE 293 são três obras que estão em construção atualmente e enquadram-se na articulação de algumas frações do espaço, como bem coloca Castillo (2010): formas materiais.

Ademais, há a circulação de informação propiciada pela construção do Cinturão Digital, a institucionalização da ADECE e os incentivos fiscais propiciados pela Lei do FDI, essas duas últimas constituem as normas mencionadas por Castillo (2010).

2.3 – A Produção de banana e a Origem dos Insumos

Para dar conta da origem dos insumos sob a perspectiva do circuito espacial da produção de banana em Missão Velha é de suma importância considerar o conceito sobre circulação, dessa forma ter-se-á o embasamento teórico que dará conta dos processos envoltos na produção e comercialização da banana em Missão Velha, tendo como ponto de partida os insumos e sua origem.

A circulação de investimentos, força de trabalho, meios de produção, publicidade, produtos industriais e lucros são considerados por Corrêa componentes do ciclo de reprodução do capital e do espaço. Para o autor “as redes geográficas (...) são as formas com que as interações espaciais se verificam” (CORRÊA, 2006, p.295).

As melhorias na rede hídrica como a construção de novas barragens, adutoras, o Canal do Trabalhador o Açude Castanhão e a Transposição do Rio São Francisco fazem parte das estratégias do agronegócio cearense, desenvolvidos pela ADECE – Agência de

Desenvolvimento do Estado do Ceará. A Ferrovia Transnordestina e a transposição do Rio São Francisco são consideradas por Pequeno e Elias (2014) como macrovetores da reestruturação econômica do território cearense.

Outra obra importante que visa a melhoria da circulação de informação é a construção do Cinturão Digital. Raffestin afirma que a circulação é visível, já que se trata do transporte de mercadorias, pessoas e capitais. Dessa maneira a circulação passa a ser a imagem do poder e "um dos trunfos do poder é hoje informacional, e a informática é um dos meios." (RAFFESTIN, 1993, p.203) Com o desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2014) a informática vem desempenhar papel fundamental na troca de informações, a substituição do telégrafo pelo telefone e o surgimento da internet dinamizaram o mercado financeiro e as relações comerciais (DIAS, 2006).

Até aqui podemos observar que a circulação é um fator muito importante dentro do conceito de redes. Blanco afirma que a circulação exerce importância na análise do mundo na atualidade. Na perspectiva de Jorge Blanco, quando falamos em circulação estamos pensando em "transporte de mercadorias, pessoas, capitais e principalmente informações" (BLANCO, 2015, p.15), contudo Raffestin faz distinção entre circulação e comunicação, na qual a informação faz parte apenas da comunicação, (RAFFESTIN, 1993). Podemos afirmar que a circulação exerce papel importante na estruturação do território, "formando um todo infinitamente fluido, infinitamente ramificado" (ARROYO, 2015, p.38).

Para Jorge Blanco, pensar o território significa levar em consideração a análise da circulação e, esta por sua vez, o desenho que se faz da rede. Ele afirma que as redes técnicas possuem diversas escalas articuladas e aponta dois conceitos para compreensão do território: lógica real e lógica reticular. No primeiro trata-se do espaço dos lugares, no segundo do espaço dos fluxos[16]. A fluidez é um conceito importante para ajudar a entender as redes e deve garantir a circulação eficiente e rápida dos fluxos, Blanco (2015). Em razão disso é correto afirmar que a fluidez pode ser entendida como uma qualidade do território de permitir a ação dos fluxos. Esse por sua vez a cada momento crescente estrutura o território a partir de uma base material (ARROYO, 2015).

Com esta perspectiva as configurações que as redes desenham nesse contexto inserem o centro de produção e distribuição da fruticultura irrigada do Sítio Barreiras

[16] O termo reticular é a tradução em português para a palavra *réticule* que vem do francês no qual o diminutivo é *résou* cuja tradução é rede.

LTDA no comércio globalizado, bem como na Região Produtiva do Agronegócio proposta por Elias (2005; 2011).

2.4 – Ceará: O Fluxo de Insumos do Sítio Barreiras Fruticultura LTDA

Os insumos biológicos, assim como os minerais e químicos usados pelas Unidades de Produção tanto do Sitio Barreias Fruticulturas LTDA quanto pelo Sítio Paraíso Verde Fruticultura LTDA-ME, localizadas em Missão Velha, no sul do Ceará, são adquiridas de diversos fornecedores: do Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil.

Os principais insumos comprados em grandes quantidades, nesse caso, toneladas, são: nitrato de cálcio, cloreto de potássio branco, ureia e sulfato de zinco.

TABELA 8 – FORNECEDORES DE INSUMOS. 1º TRIMESTRE DE 2017

FORNECEDOR	PRODUTO	QTDE	R$/Kg
OUROFERTIL NORDESTE LTDA	nitrato de cálcio fertirrigação	15000,00 kg	1,32
	ureia	15000,00 kg	1,32
	sulfato de zinco	3000,00 kg	2,80
	nitrato de cálcio fertirrigação	14000,00 kg	1,42
	ureia	14000,00 kg	1,34
	cloreto de potássio branco	14000,00 kg	1,40
	ureia	14000,00 kg	1,27
	cloreto de potássio branco	30000,00 kg	1,18
	nitrato de cálcio	16500,00 kg	1,24
	ácido bórico	375,00 kg	3,08
	sulfato de manganês	4275,00 kg	4,30
	ureia	2775,00 kg	1,29
	cloreto de potássio branco	3000,00 kg	1,30
SQM VITAS BRASIL AGROINDÚSTRIA IND. E COM. LTDA	cloreto de potássio branco	30000,00 kg	1,35
	cloreto de potássio branco	30000,00 kg	1,16
	cloreto de potássio branco	30000,00 kg	1,38
A&B AGRONEGÓCIOS LTDA	sulfato de zinco	2325,00 kg	2,85

FONTE: <http://www.sitiobarreiras.com.br/site/resultado.php> Acessado em 01 de maio de 2017.
Organização: CASTRO, 2017.

A tabela (Fornecedores de Insumo 1° Trimestre de 2017) acima relaciona os fornecedores de cada um dos insumos agrícolas comprados para as Unidades de Produção

do Sitio Barreias Fruticulturas LTDA. As compras ocorreram no período de 18 de janeiro até 14 de março de 2017. Essas informações estão disponíveis no site da referida empresa, já por não possuir site na internet o Sítio Paraíso Verde Fruticulturas LTDA-ME não disponibiliza as quantidades compradas para suas unidades de produção. Entretanto no trabalho de campo o gerente de produção do Sítio Paraíso Verde informou que eles compram também dos mesmos fornecedores. Quanto aos pequenos produtores eles realizam a compra de insumos junto às pequenas lojas de produtos agrícolas localizadas em Barbalha e/ou Juazeiro do Norte.

Com o intuito de compreender as dinâmicas que envolvem o funcionamento do fluxo de insumos no processo produtivo da banana desenvolvidos pelas Unidades de Produção do Sítio Barreiras Fruticultura LTDA, especificamente localizadas no município de Missão Velha – Ceará, optou-se pelo uso do conceito de circuito espacial produtivo (SANTOS, 2012a).

Ademais, dentro da perspectiva da circulação, considerar o funcionamento da cidade tal qual uma máquina viva (SANTOS, 2004), não perdendo de vista as relações externas da cidade tanto com sua região de influência quanto outras regiões que não o são, torna-se fator a ser observado.

Como afirma Santos (2012b) cada vez que a economia cresce complicam-se as relações entre as variáveis e esse fenômeno não acontece apenas localmente. Por consequência as escalas espaciais vão se ampliando. Logo, as funções locais tendem a ser reguladas a partir de interesses econômicos localizados à distância da sociedade local, para atender às necessidades alheias ao local de produção.

O circuito espacial da produção de banana em Missão Velha que vem acontecendo desde 2004 através da substituição da policultura do feijão, milho e amendoim pela monocultura da banana impulsionada pela iniciativa das empresas Sítio Barreiras e Sítio Paraíso Verde. Esse acontecimento resulta no aumento de economia e sobre esse fenômeno Milton Santos coloca que:

> É na medida em que a economia se complica que as relações entre variáveis se dão, não apenas localmente, mas a escalas espaciais cada vez mais amplas. O mais pequeno lugar, na mais distante fração do território, tem hoje, relações diretas ou indiretas com outros lugares de ordens. Desse modo, o papel regulador das funções locais tende a escapar, parcialmente ou no todo, menos ou mais, ao que ainda se poderia chamar de sociedade local, para cair nas mãos de centros de decisão longínquos e estranhos às finalidades próprias da sociedade local (SANTOS, p.25, 2012b).

As relações comerciais mantidas entre as empresas fornecedoras de insumos e as Unidades de Produção do Sítio Barreiras Fruticultura LTDA e Sítio Paraíso Verde Fruticultura LTDA-ME, localizadas em Missão Velha – Ceará, não estão limitadas apenas à área de influência regional próxima de Missão Velha mas também, como pode ser observado no quadro 6 (Endereços dos Fornecedores de Insumos) as relações comerciais consolidam-se além da área de influência regional.

QUADRO 6 – BRASIL: Endereços dos Fornecedores de Insumos 2017

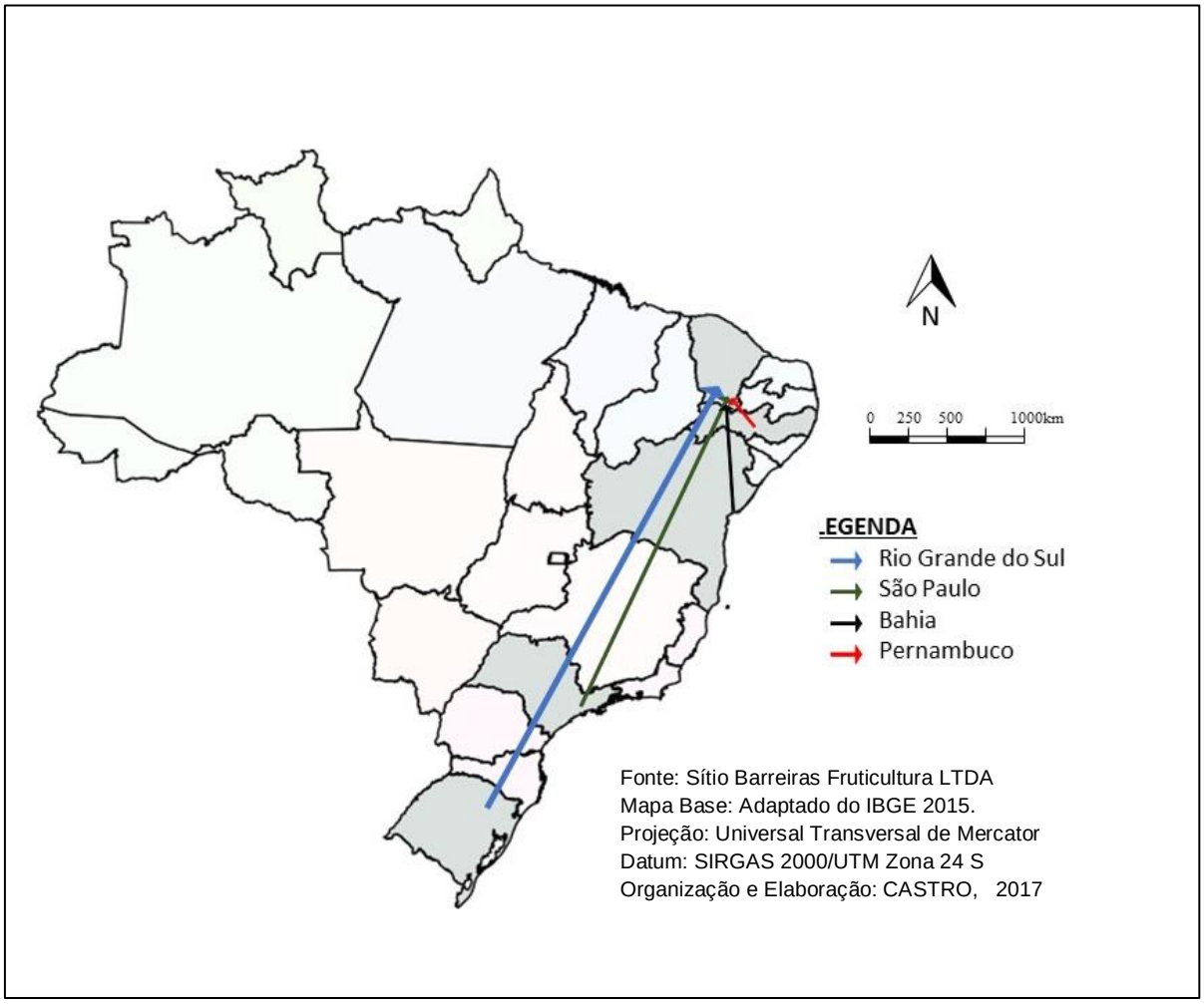
RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO	CNPJ	CNAE	CAPITAL SOCIAL
Central de Adubos Comércio e Representações LTDA	Lot Sao Jorge Da Independência, Lote 7, Quadra A Galpão 1 E 2, Tancredo Neves, Juazeiro, BA, CEP 48907-390, Brasil	11.977.831/0001-34	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo - CNAE 4683400	R$ 200.000,00
Indústria Química Anastácio S A	R Joao Tibirica, 1262, Vila Anastácio, São Paulo, SP, CEP 05077-000, Brasil	60.874.724/0001-96	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente - CNAE 2029100	R$ 2.519.382,12
Ourofertil Nordeste LTDA	Av Presidente Vargas, 1480, Centro, Nova Prata, RS, CEP 95320-000, Brasil	09.608.037/0006-86	FABRICAÇÃO DE ADUBOS E FERTILIZANTES, EXCETO ORGANO-MINERAIS – CNAE 2013402	R$ 3.672.740,00
A&B Agronegócios LTDA	Av Coronel Antonio Honorato Viana, 495, Gercino Coelho, Petrolina, PE, CEP 56308-000, Brasil	22.008.475/0001-67	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente - CNAE 4789099	R$ 100.000,00
Sqm Vitas Brasil Agroindústria, Importação e Exportação LTDA	V Candeias Km 01, Sn, Lote 4, Cia Norte, Candeias, BA, CEP 43805-190, Brasil	12.057.737/0001-20	FABRICAÇÃO DE ADUBOS E FERTILIZANTES, EXCETO ORGANO-MINERAIS – CNAE 2013402	R$ 14.241.519,00

FOTNE: <http://www.empresascnpj.com/s/empresa/central-de-adubos-comercio-e-representacoes-ltda-nome-fantasia-central-de-adubos/11977831000134> Acessado em 01 de maio de 2017.
Organização: CASTRO, 2017

As cidades de Candeias e Juazeiro no estado da Bahia, Nova Prata no Rio Grande Sul, Petrolina em Pernambuco e São Paulo participam da fruticultura irrigada em Missão

Velha a partir do momento em que as empresas: Central de Adubos Comércio e Representações LTDA, Indústria Química Anastácio SA, Ourofertil Nordeste LTDA, A&B Agronegócios LTDA e SQM Vitas Brasil Agroindústria, Importação e Exportação LTDA localizadas nas cidades citadas fornecem insumos para o cultivo da banana, praticado pelo Sítio Barreiras Fruticultura LTDA e Sítio Paraíso Verde Fruticultura LTDA-ME.

MAPA 08: Fluxograma da Origem dos Insumos para as Unidades de Produção das empresas Sítio Barreiras e Sítio Paraíso Verde em 2017



A partir da teoria do circuito espacial produtivo Milton Santos (2012a) elenca uma série de categorias que devem ser observadas, entre elas está a origem dos insumos.

No circuito espacial produtivo da banana em Missão Velha a origem dos insumos para as duas grandes empresas produtoras de banana tem sua origem em quatro estados brasileiros. O mais próximo é a cidade de Petrolina – PE onde a empresa A&B Agronegócios LTDA está localizada à distância de 375km em uma rota que passa por Salgueiro – PE, entretanto uma segunda rota pode ser traçada passando por Ouricuri – PE o que aumentaria 15km. A empresa Central de Adubos Comércio e Representações LTDA por estar localiza em Juazeiro – BA possui distância semelhante à empresa A&B Agronegócios LTDA, já que Juazeiro da Bahia e Petrolina têm como divisor territorial o rio São Francisco com pouco menos de um quilometro de distância.

A distância de Missão Velha – CE para Candeias – BA, cidade onde se localiza a empresa SQM Vitas Brasil Agroindústria, Importação e Exportação LTDA é de 698km (menor trajeto). No entanto se a empresa optar pela rota que passa por Juazeiro da Bahia e Petrolina (cidades que abrigam unidades de produção do grupo de empresas do Sítio Barreiras Fruticultura LTDA) a distância seria de 867km.

O menor trajeto que a empresa Indústria Química Anastácio SA, localizada em São Paulo – SP, percorre para entregar os insumos produzidos na cidade de Missão Velha é de 2.530km.

O maior percurso é o da empresa Ourofertil Nordeste LTDA que está localizada na cidade de Nova Prata – Rio Grande do Sul que para entregar os insumos produzidos na cidade de Missão Velha é necessário percorrer a distância de 3.502km.

Tanto o Sítio Barreiras Fruticultura LTDA quanto o Sítio Paraiso Verde Fruticultura LTDA – ME, abrem editais de compra de insumos em suas páginas na internet. As empresas (A&B Agronegócios LTDA, Central de Adubos Comércio e Representações LTDA, SQM Vitas Brasil Agroindústria, Importação e Exportação LTDA, Indústria Química Anastácio AS e Ourofertil Nordeste LTDA) foram escolhidas como fornecedoras por apresentarem melhores preços, mesmo estando muito distante de Missão Velha.

2.5 – A Produção de Banana no Município de Missão Velha – Ceará no Contexto Nacional

Diante do levantamento da Produção Agrícola Municipal e Estadual, baseado nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística acerca da Lavoura Permanente

da banana, informação que foi organizada em tabelas e gráficos, abrangendo o período de 2009 a 2015, além da comparação entre os anos de 2006 e 2015, podemos afirmar que o município de Missão Velha no estado do Ceará está inserido no circuito nacional da produção de banana.

Para dar conta das dinâmicas socioespaciais partiremos da concepção do espaço como resultado do arranjo, no sentido de organização de forma indissociável dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações (SANTOS, 2104).

No processo produtivo Santos (2012c) afirma que produzir é o mesmo que produzir espaço. Quanto à análise das dinâmicas socioespaciais envoltas no processo produtivo da banana em Missão Velha – CE, pode-se afirmar que elas ocorrem motivadas por interesses alheios à sociedade local. Isso acontece porque as relações entre as variáveis se complicam à medida em que a economia se torna complexa (SANTOS, 2012b).

Destarte, a produção que ocorre localmente resulta dos interesses econômicos, cujos centros de decisões estão localizados distantes de Missão Velha.

Vale ressaltar que as atividades econômicas no decorrer da evolução do ser humano, enquanto agente produtor de espaço, resultam na construção do espaço, entretanto Santos (2012c) nos lembra que a construção do espaço não ocorre unicamente através de atividades econômicas, mas, devem ser inseridas nessa análise a "expectativa de valorização de áreas atualmente não ocupadas ou consideradas sem valor" (SANTOS, 2012c, p.210).

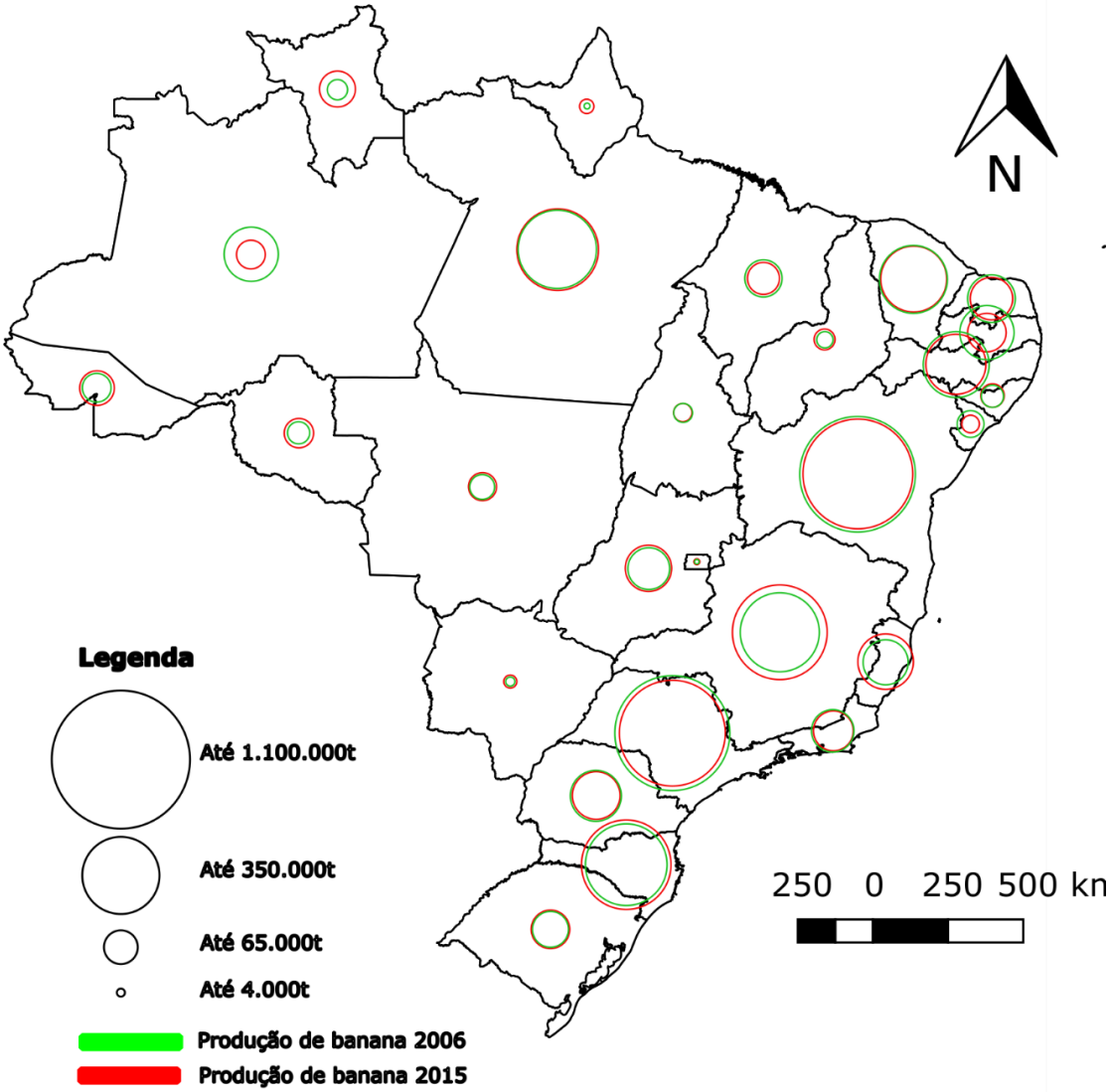
Diante dessa perspectiva o Estado surge como elemento chave para valorização das áreas que não estão ocupadas ou consideradas sem valor. Como gerente a serviço dos interesses do Capital o governo em suas escalas: municipal, estadual e federal vem aplicando políticas que privilegiam os interesses dos empresários ao invés de priorizar as demandas sociais.

O mapa nº 09 (Brasil – Comparativo da Produção de Banana dos Estados entre 2006 e 2015 em toneladas) foi elaborado com os dados do IBGE, sobre a Produção Agrícola Municipal de 2006 e 2015, com finalidade de observar a evolução da produção de banana entre esses dois períodos. Para elaboração do desenho gráfico fora utilizado o software Magrit®[17], sobrepondo os dados estatísticos da produção de banana medida em

[17] O banco de dados sobre as quantidades produzidas de banana fora baixado do site do SIDRA em formato CSV. Para usar os dados no MAGRIT® foi necessário transformar o arquivo CSV em Data[DBF], esse

toneladas referente aos anos de 2006 e 2015 em duas camadas sobre o arquivo shape do Brasil.

Mapa Nº 09: Brasil – Comparativo da Produção em Toneladas, de Bananas dos Estados entre 2006 e 2015



Fonte: PAM/IBGE 2006 e 2015
Desenho Gráfico feito Software MAGRIT®
Elaboração e Organização: CASTRO, 2018

procedimento foi feito com o auxílio do software QGIS que proporcionou a criação de um arquivo shape file especifico para produção de banana das Unidades da Federação do Brasil.

De acordo com os dados da Produção Agrícola Municipal de 2006 o Estado com maior potencial produtivo de banana era a Bahia que contabilizava 1.182.941 toneladas, o Estado de São Paulo ocupava a segunda posição com 1.175.765 toneladas, seguidos por Santa Catarina, Minas Gerais e Pará com produções de 596.636, 554.039 e 551.786 toneladas, respectivamente. O estado do Ceará ocupava nessa época a sétima posição no ranking de produção com 408.026 toneladas de banana.

A média nacional era de 257.636 toneladas, com exceção do Distrito Federal que produzia apenas 2.232 toneladas de banana, o Estado que menos produzia era o Amapá contabilizando um total de 3.250 toneladas. O estado do Ceará em 2006 tinha uma produção acima da média nacional. A produção total do país era exatamente 6.956.179 toneladas.

Em 2015 a quantidade de 6.849.227 toneladas, representando uma queda aproximada de 1,5% quando comparado ao total produzido no ano de 2006. Os Estados da Bahia e São Paulo destacam-se em primeiro e segundo lugar com produções de 1.072.085 e 998.038 de toneladas de banana. Minas Gerais com produção de 795.900 toneladas ultrapassa Santa Catarina que produziu 710.183, Pará e Ceará também permaneceram nas mesmas posições com produção de 595.527 e 385.028 toneladas, respectivamente.

A média de produção em 2015 era de 253.675 toneladas, da mesma forma como contabilizado em 2006 o Distrito Federal ocupa a última posição com produção de 3.658 toneladas antecedido desta vez por Mato Grosso do Sul com produção de 15.577 toneladas, embora o Amapá tenha conseguido aumentar sua produção para 18.850 ele antecede apenas o Estado do Mato Grosso do Sul.

TABELA 9 – REGIÃO NORDESTE: COMPARATIVO DA PRODUÇÃO EM TONELADAS DE BANANAS ENTRE 2006 E 2015

Região Nordeste	Banana(t)		Variação da produção 2006-2015 (%)
	2006	2015	
Maranhão	124969	91027	-27,16%
Piauí	25149	40274	60,14%
Ceará	408026	385028	-5,64%
Rio Grande do Norte	202872	159335	-21,46%
Paraíba	264638	134606	-49,14%
Pernambuco	388875	324125	-16,65%
Alagoas	43852	50941	16,17%
Sergipe	64885	29337	-54,79%
Bahia	1182941	1072085	-9,37%
TOTAL	2706207	2286758	-15,50%

Fonte: PAM 2015/ IBGE
Elaboração e Organização: CASTRO, 2017

A produção de banana na Região Nordeste organizada na tabela 9 (Região Nordeste: Comparativo da Produção em Toneladas de Banana Entre 2006 E 2015) mostra o quanto foi produzido nos estados nos anos de 2006 e 2015. Como pode ser observado, apenas, os estados de Alagoas e Piauí apresentaram crescimento na produção de banana respectivamente nos valores de 16,17% e 60,14%. Já os outros estados sofreram queda na produção de banana, contabilizando os seguintes valores: Maranhão -27,16%, Ceará -5,64%, Rio Grande do Norte -21,46%, Paraíba -49,14%, Pernambuco -16,65%, Sergipe -54,74% e Bahia 9,37%.

O Ceará apresente o menor índice de queda na produção de banana entre os estados da Região Nordeste, o município de Missão Velha obteve um crescimento na produção acima de 80%, de acordo com os dados do IBGE[18] Missão Velha ocupara em 2006 a 13ª posição no ranking de produção do Estado, com produção de 10.325t, nesse mesmo período Itapajé com produção de 38.688t ocupava primeira posição no ranking estadual. Em 2015 Missão Velha passa a ocupar primeiro lugar no ranking de produção

[18] Dados do IBGE sobre a Lavoura Permanente no município de Missão Velha – CE disponíveis no link: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/missao-velha/pesquisa/15/11863?ano=2015&tipo=ranking.

de bananas contabilizando 89.760t. Esse crescimento representa aumento de 769,35% no período de 2006 a 2015.

Entretanto a Região Nordeste produziu em 2006 2.706.207 em 2015 a produção foi de 2.286.758 toneladas o que representou queda de 15,50% na produção. Outros municípios que merecem destaque na Região Nordeste, além de Missão Velha - CE são: Wenceslau Guimarães e Bom Jesus da Lapa ambos com produção acima de 115.000t (cento e quinze mil toneladas) de bananas no ano de 2015 e localizados no Estado da Bahia.

TABELA 10 – REGIÃO CENTRO-OESTE: COMPARATIVO DA PRODUÇÃO EM TONELADAS DE BANANAS ENTRE 2006 E 2015

Região Centro-Oeste	Banana(t)		Variação da produção 2006-2015 (%)
	2006	2015	
Mato Grosso do Sul	8475	15577	83,80%
Mato Grosso	55470	70046	26,28%
Goiás	155943	195051	25,08%
Distrito Federal	2232	3658	63,89%
TOTAL	224120	284332	26,91%

Fonte: PAM 2015/ IBGE
Elaboração e Organização: CASTRO, 2017

No Centro-Oeste os dados da produção agrícola estadual da Lavoura Permanente de banana, evidenciam aumento na produção, quando comparamos os anos de 2006 e 2015. Mato Grosso do Sul apresenta o aumento de 83,80%, o maior da Região Centro-Oeste, Mato Grosso 26,28%, Goiás 25,08% e Distrito Federal 63,89%. Embora esses aumentos estejam entre 25,08% e 83,80%, os valores da produção de banana de 2015 para cada Estado não chega a ultrapassar a metade da produção do estado do Ceará no ano de 2015. A soma das toneladas de bananas colhidas na Região Centro-Oeste chega ao total aproximado de três quartos do valor da colheita da banana cearense.

Em 2006 a Região Centro-Oeste produziu 224.120 toneladas de bananas com uma média de produção no valor de 55.530 toneladas para 3 estados mais o Distrito Federal de Brasília, em 2006 a média nacional é de 257.636 toneladas. A produção

máxima de bananas, realizada pelo Estado de Goiás, foi de 155.943 toneladas em 2015 a produção desse Estado foi de 195.051 toneladas.

Quase uma década depois a produção total da Região Centro-Oeste contabilizou 284.332 toneladas, o que representa aumento de 26,91% da produção, com uma média de 71.083 e máxima pertencente a Goiás no total de 195.051 toneladas de banana.

TABELA 11 – REGIÃO SUDESTE: COMPARATIVO DA PRODUÇÃO EM TONELADAS DE BANANAS ENTRE 2006 E 2015

Região Sudeste	Banana(t)		Variação da produção 2006-2015 (%)
	2006	2015	
Minas Gerais	554039	795900	43,65%
Espirito Santo	180026	277512	54,15%
Rio de Janeiro	163670	140876	-13,93%
São Paulo	1175768	998038	-15,12%
TOTAL	2073503	2212316	6,69%

Fonte: PAM 2015/ IBGE
Elaboração e Organização: CASTRO, 2017

Na Região Sudeste a produção de banana apresenta valores altos apenas nos estados de São Paulo e Minas Gerais. Quando comparados 2006 e 2015 fica evidente o aumento na produção de banana apenas para os Estados de Minas Gerais e Espirito Santo que contabilizaram 43,65% e 54,15% respectivamente.

Os municípios que merecem destaque na produção de banana no período de 2015 são: Cajatí e Sete Barras com mais de 125.000t (cento e vinte e cinco mil toneladas), ambos pertencentes ao Estado de São Paulo, porém esse Estado apresentou queda na produção para o período de 2006 e 2015 de 15,12%. O maior crescimento na produção de banana está no Espirito Santo com 54,15%, quanto ao Rio de Janeiro sua produção contabilizando queda de 13,93% na produção de banana.

A Região Sudeste em 2006 produziu 2.073.50388 toneladas de bananas com média de produção no valor de 518.375 toneladas para os 4 estados, o dobro da média nacional para o mesmo ano. São Paulo foi o estado que mais produziu banana em 2006, um total de 1.175.768 toneladas. Quase uma década depois a produção total da Região foi de 2.212.316 toneladas, representando aumento de 6,69% na produção de banana. A média de produção na Região Sudeste, em 2015 foi 553.081 toneladas, o Estado de São

Paulo continuou a ocupar a primeira posição com uma produção equivalente a quase um milhão de toneladas de bananas.

TABELA 12 – REGIÃO SUL: COMPARATIVO DA PRODUÇÃO EM TONELADAS DE BANANAS ENTRE 2006 E 2015

Região Sul	Banana(t)		Variação da produção 2006-2015 (%)
	2006	2015	
Paraná	231757	203551	-12,17%
Santa Catarina	596636	710183	19,03%
Rio Grande do Sul	118174	134298	13,64%
TOTAL	946567	1048032	10,72%

Fonte: PAM 2015/ IBGE
Elaboração e Organização: CASTRO, 2017

A tabela 12 (Região Sul: Comparativo da Produção em Toneladas de Banana Entre 2006 e 2015) apresenta os valores da produção de banana na Região Sul. Os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul conseguiram aumentar sua produção de 2006 para 2015 em 19,03% e 13,64% respectivamente. Já o Paraná apresentou queda de 12,17% na produção de banana.

Dois municípios do Estado de Santa Catarina merecem destaque: Luís Alves com produção de banana acima de 127.000t (cento e vinte e sete mil toneladas) e Corupá com produção acima de 152.000t (cento e cinquenta e duas mil toneladas), essas produções quando somadas ultrapassam a média nacional de 2015 que é de 253.675 toneladas.

Em 2006 a produção de banana da Região Sul do Brasil foi de 946.567 toneladas, a máxima ficou com o Estado de Santa Catarina com 596.636, já a média da produção para essa região foi de 351.522 toneladas. No ano de 2015 a média aumentou para 349.344 toneladas e a máxima da produção de banana ficando ainda com Santa Catarina. O total da produção da Região Sul foi de 1.049.032 toneladas, equivalendo a um aumento de 10,72%.

TABELA 13 – REGIÃO NORTE: COMPARATIVO DA PRODUÇÃO EM TONELADAS DE BANANAS ENTRE 2006 E 2015

Região Norte	Banana(t)		Variação da produção 2006-2015 (%)
	2006	2015	
Rodônia	46119	77293	67,59%
Acre	75589	106268	40,59%
Amapá	3250	18850	480,00%
Amazonas	262166	73444	-71,99%
Roraima	36454	115521	216,90%
Pará	551786	595527	7,93%
Tocantins	32418	30876	-4,76%
TOTAL	1007782	1017779	0,99%

Fonte: PAM 2015/ IBGE
Elaboração e Organização: CASTRO, 2017

Os dados sobre a Lavoura Permanente da banana na Região Norte apontam para o menor crescimento na produção do Brasil equivalendo ao percentual de 0,99% no período de 2006 e 2015. Entretanto os Estados do Amapá e Roraima apresentaram crescimento de 480% e 216,90% respectivamente, contudo trata-se de um aumento na produção não impactante quando comparado aos Estados do Brasil com maior capacidade de produção. Já em Tocantins sofreu queda de 4,76%, assim com Amazonas diminui sua produção de banana em 71,99% no mesmo período.

Houve aumento de 67,59% em Rondônia, 40,59% no Acre e 7,93% no Pará. No geral a Região Norte obteve produção de banana de 1.017.779 toneladas no ano de 2015, valor que equivale a produção de São Paulo ou Bahia. A media de produção da Região Norte para o ano de 2015 foi de 145.397 toneladas, pouco mais da metade da média nacional que foi de 253.675 para o mesmo período.

É importante ressaltar que em 2015 na Região Norte com a exceção do Estado do Pará os demais estados apresentam produção não muito significativa, quando comparados aos demais estados brasileiros.

TABELA 14 – BRASIL: OS 10 MUNICÍPIOS COM MAIOR INCIDÊNCIA DE PRODUÇÃO EM TONELADAS DE BANANAS EM 2015

Município	Quantidade Produzida (t)	Área colhida (ha)	Rendimento médio da produção (kg/ha)	Valor da produção (Mil Reais)
Bom Jesus da Lapa - BA	171.000	8.500	20.118	234.270
Corupá - SC	152.014	5.312	28.617	59.474
Luiz Alves - SC	127.100	4.100	31.000	69.905
Cajati - SP	126.000	4.500	28.000	107.100
Sete Barras - SP	126.000	4.200	30.000	88.200
Wenceslau Guimarães - BA	115.900	6.100	19.000	93.879
Jaíba - MG	112.120	5.206	21.537	116.100
Missão Velha - CE	89.760	2.815	31.886	78.928
Novo Repartimento - PA	84.500	6.500	13.000	95.485
Jacupiranga - SP	75.000	3.000	25.000	63.750

Fonte: PAM 2015/ IBGE
Elaboração e Organização: CASTRO, 2017

Finalmente a tabela 14 compara os municípios produtores de banana no ano de 2015, através dos dados do IBGE – Produção Agrícola Municipal 2015. Depois de uma exaustiva busca, averiguando a produção municipal de banana de cada Estado, foi possível elaborar uma tabela com dez municípios que mais produzem banana no Brasil. Em primeiro lugar temos Bom Jesus da Lapa localizado na Bahia com uma produção de 171.000t (cento e setenta e uma mil toneladas), na segunda posição vem Corupá no Estado de Santa Catarina que produz 152.014t (cento e cinquenta e duas mil e quatorze toneladas), em terceiro lugar na região sul do país, Luiz Alves localizado em Santa Catarina com uma produção de 127.100t (cento e vinte e sete mil e cem toneladas), na quarta posição Cajatí localizada no Estado de São Paulo e sua produção é também de 126.000t (cento e vinte e seis mil toneladas), no quinto lugar também com produção de 126.000t (cento e vinte e seis mil toneladas), Sete Barras que fica em São Paulo, , em sexta posição temos Wenceslau Guimarães que apresenta produção de 115.900t (cento e quinze mil e novecentas toneladas), em sétima posição Jaíba em Minas Gerais com uma produção de 112.120t (cento e doze mil e cento e vinte toneladas), a oitava posição está ocupada pelo município de Missão Velha no estado do Ceará com uma produção de

89.760t (oitenta e nove mil, setecentos e sessenta toneladas), o nono lugar ficou com o município de Novo Repartimento localizado no Pará 84.500 (oitenta e quatro mil e quinhentas toneladas) e por último ocupando a décima posição o município de Jacupiranga localizado no Estado de São Paulo, cuja produção contabiliza 75.000t (setenta e cinco mil toneladas). O gráfico nº 3 mostra a produção de banana desses dez municípios.

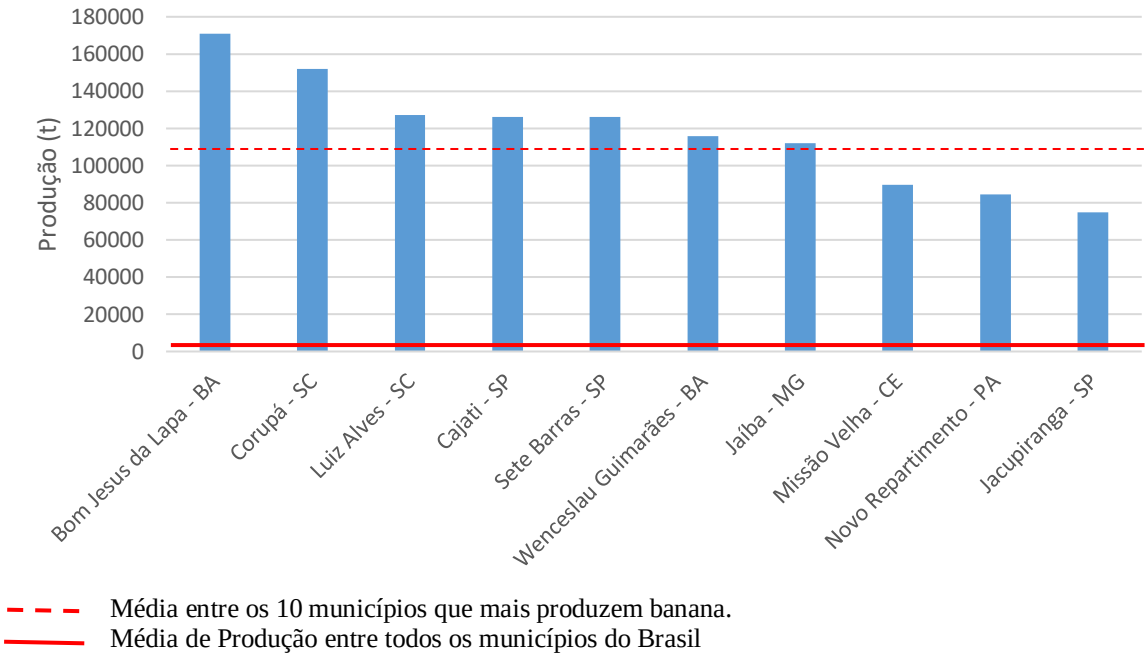


GRÁFICO 4 – BRASIL: OS 10 MUNICÍPIOS COM MAIOR PRODUÇÃO EM TONELADAS DE BANANAS EM 2015

Fonte: PAM/IBGE. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ce/missao-velha/pesquisa/15/11882?ano=2015&localidade1=421000&localidade2=290390> Acessado em 20 de abril de 2018.
Elaboração e Organização: CASTRO, 2018

Ao considerar a produção dos dez municípios que mais produzem banana no Brasil, organizados no gráfico nº 4 (Brasil: Os 10 Municípios Com Maior de Produção em Toneladas de Banana em 2015), encontramos a média de 117.939t (cento e dezessete mil novecentos e trinta e nove toneladas) mas ao adicionarmos todos os municípios do Brasil a média cai para apenas 2.115t (duas mil cento e quinze toneladas).

De acordo com os dados da Produção Agrícola Municipal de 2015 entre os 3.238 (dois mil duzentos e trinta e oito) municípios produtores de banana dispersos nas 27 Unidades da Federação Missão Velha está entre os dez que mais produz banana ocupando a posição número oito.

Outra forma de organizar os dados sobre a Produção Agrícola Municipal de banana no ano de 2015 é levando em consideração o rendimento médio dessa produção. Nesse caso ocorre uma mudança nas posições dos sete municípios e Missão Velha passa a ocupar a primeira posição no ranking, seguidos por Luís Alves – SC, Sete Barras – SP, Corupá – SC, Cajatí – SP, Jacupiranga – SP, Jaíba – MG, Bom Jesus da Lapa – BA, Wenceslau Guimarães – BA, e por último Novo Repartimento – PA. O gráfico 5 (Brasil: Rendimento Médio dos 10 Municípios Produtores de Banana em 2015) evidencia essa situação.

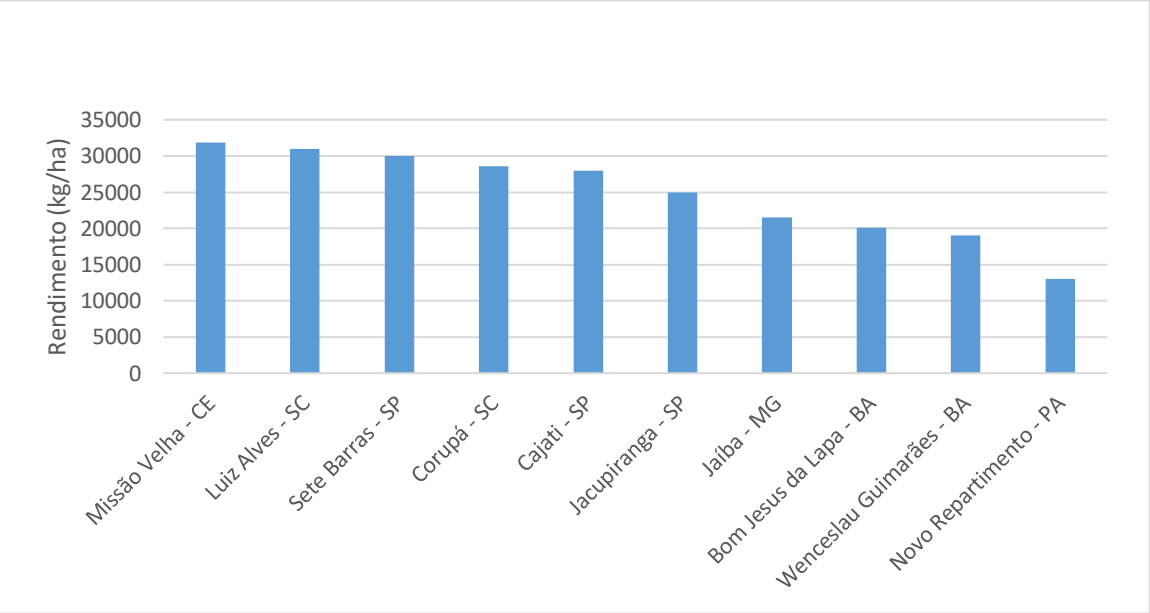


GRÁFICO 5 – BRASIL: RENDIMENTO MÉDIO DOS 10 MUNICÍPIOS PRODUTORES DE BANANAS EM 2015

Fonte: PAM/IBGE. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ce/missao-velha/pesquisa/15/11882?ano=2015&localidade1=421000&localidade2=290390> Acessado em 20 de abril de 2018.
Elaboração e Organização: CASTRO, 2018

Considerando os dez municípios que mais produzem banana podemos afirmar que o Estado de São Paulo se destaca por apresentar três municípios produtores de banana, em segundo lugar Bahia e Santa Catarina cada um desses Estados com dois municípios produtores, e dividindo o terceiro lugar Ceará e Pará que apresentam um município produtor entre os dez destacados nos gráficos 4 e 5.

Foi no contexto da neoliberalização econômica iniciada a partir da década de 90 que se pode falar de agronegócio no Brasil, protagonizada pelas grandes empressas. (CASTILLO et al, 2016). As problematizações que as regiões do agronegócio, as novas relações campo-cidade e a reestruturação urbana possuem, foram debatidas por pesquisadores contemporâneos (Ricardo Castillo, Denise Elias, Dimas Peixinho, Eve-Anne Bühler, Renato Pequeno e Samuel Frederico) na oportunidade do XI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, ocorrido em 2015. O significado do termo agronegócio não poderia ter sido expresso de forma melhor.

> [...]. O termo sugere que o setor agropecuário passa a ser controlado mais diretamete pelas corporações industriais ou comerciais nacionais ou transnacionais, mas sempre com a decisiva participação do Estado através, sobretudo, de politicas setoriais e financeiras. (CATILLO et al 2016, p.267)

No município de Missão Velha – Ceará a relação campo-cidade e reestruturação urbana toma destaque a partir do circuito da produção da banana, decorrente da regionalização do agronegócio globalizado. Os processos sociais urbanos podem ser reproduzidos no campo através dos sistemas de ações e sistemas de objetos (SANTOS, 2014), tais como comércio de serviços especializados, armazenamento, processamento de mateiras primas agrícolas, finanças de logísticas, adminsitração e contabilidade agrícolas e assistência técnica (CASTILLO et al, 2016).

Através do banco de dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA foi possível realizar um comparativo na lavoura permanente da banana acessando os dados da Produção Agrícola Municipal das regiões, estados e municípios do Brasil.

Tal procedimento possibilitou acompanhamento no crescimento da produção da banana nos últimos três quartos de década,e em especial num período de 2009 a 2015. O que abordaremos a seguir é resultado de pesquisa comparativa da lavoura permanente da banana com base na Produção Agrícola Municipal do país, organizada em forma de tabela.

Sob essa perspectiva é possível afirmar que o circuito espacial da produção de banana, colocou o município de Missão Velha entre os que mais produzem banana no território nacional. Dentro desse processo produtivo duas empresas tomam destaque na produção de banana, as Unidades de Produção pertecentes ao Síto Paraíso Verde Fruticultura LTDA-ME e Sítio Barreiras Fruticultura LTDA.

Iniciaremos com a tabela que mostra a Produção Agrícola Municipal –Lavoura Permanente no Municipio de Missão Velha no período de 2009 a 2015.

TABELA 15 – CEARÁ: PRODUÇÃO DE BANANA EM MISSÃO VELHA 2009 a 2015

Banana/cacho	Ano						
	2009	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**
Quantidade produzida (t)	11.780	11.780	9.604	8.565	9.315	12.686	89.760
Valor da produção (R$ 1.000,00)*	10.125	10.125	5.840	5.874	8.050	11.024	78.928
Área destinada a colheita (ha)	310	310	305	435	475	515	2.815
Área colhida (ha)	310	310	305	435	475	515	2.815
Rendimento médio (Kg/ha)	38.000	38.000	31.488	19.690	19.611	24.633	31.866

*Os valores representados na linha Valor da produção devem ser multiplicados por R$ 1.000,00.

Fonte: PAM/IBGE 2009 a 2015. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/ 2308401/pesquisa/15/2015> Acessado em 20 de abril de 2018.
Organização: CASTRO, de 2018.

Como pode ser observado as quantidades produzidas nos anos de 2009 e 2010 são as mesmas. Nos anos de 2011 e 2012 ocorre uma queda na produção, seguido de retomada no aumento da produção de banana nos dois anos seguintes. Mas em 2015 ocorre aumento muito significativo na produção. Esse aumento coincide com a expansão das áreas de cultivo de banana das empresas, Sítio Paraiso Verde Fruticultura LTDA-ME e Sítio Barreiras Fruticultura LDTA.

Quando colocado em percentual pode-se expressar de forma mais evidente o impacto deste aumento na produção da banana no Município de Missão Velha. Há um crescimento no cultivo de banana de 7,69% do ano de 2009 para 2014. Por haver queda na produção nos anos de 2011, 2012 e 2013 o aumento que houve em 2015 quando comparado aos três anos pretéritos contabilizam respectivamente 834,61%, 947,86% e 863,61%. É a partir de 2014 que ocorre a retomada do crescimento da produção de banana em Missão Velha, mesmo assim o percentual de crescimento entre 2014 e 2015 foi muito grande totalizando 607,55%.

Esse crescimento na produção implica diretamente na ampliação da área destinada ao plantio de banana, bem como da área colhida. Tanto em 2009 quanto em 2010 a área destinada a plantio era de 310ha. Esse valor quando comparado aos 2.815ha de área de 2015 representa aumento de noves vezes o tamanho da área em 2009.

Para não cairmos no erro de afirmar que o rendimento médio da produção de banana observado na última linha da tabela 11 diminuiu, é importante ressaltar que esse resultado é dado pela relação de divisão entre a quantidade produzida de banana expressa em toneladas (t) e área colhida expressa em hectares (ha). Logo, se o aumento da quantidade produzida acompanha o aumento da área colhida, o valor do rendimento médio o acompanhará, não implicando numa queda da produção de banana no município de Missão Velha.

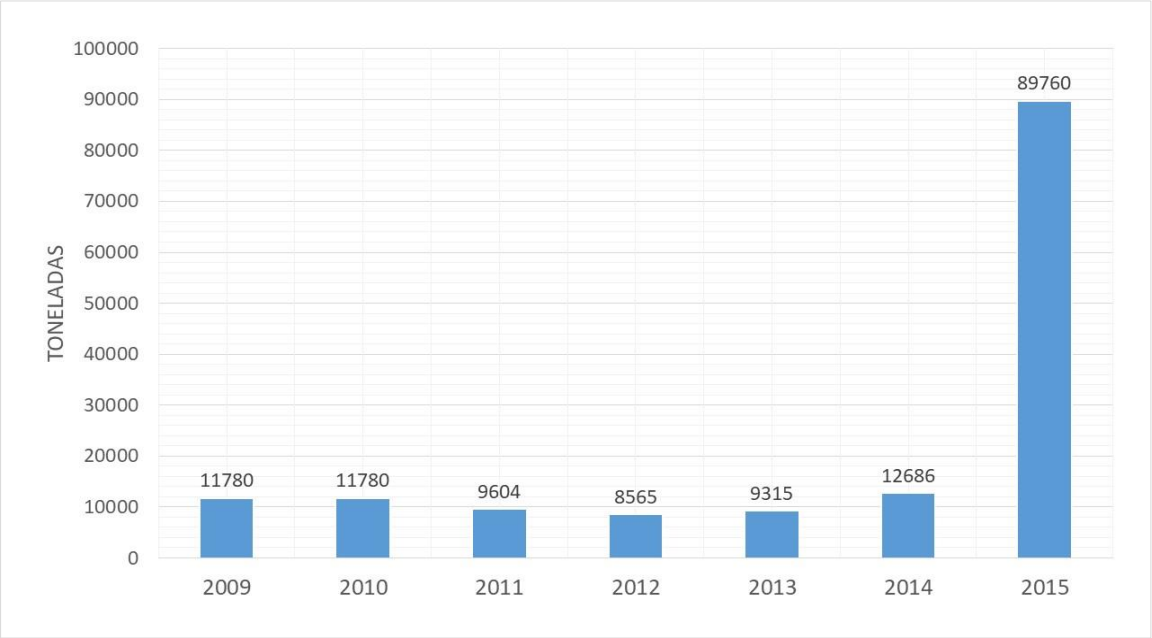


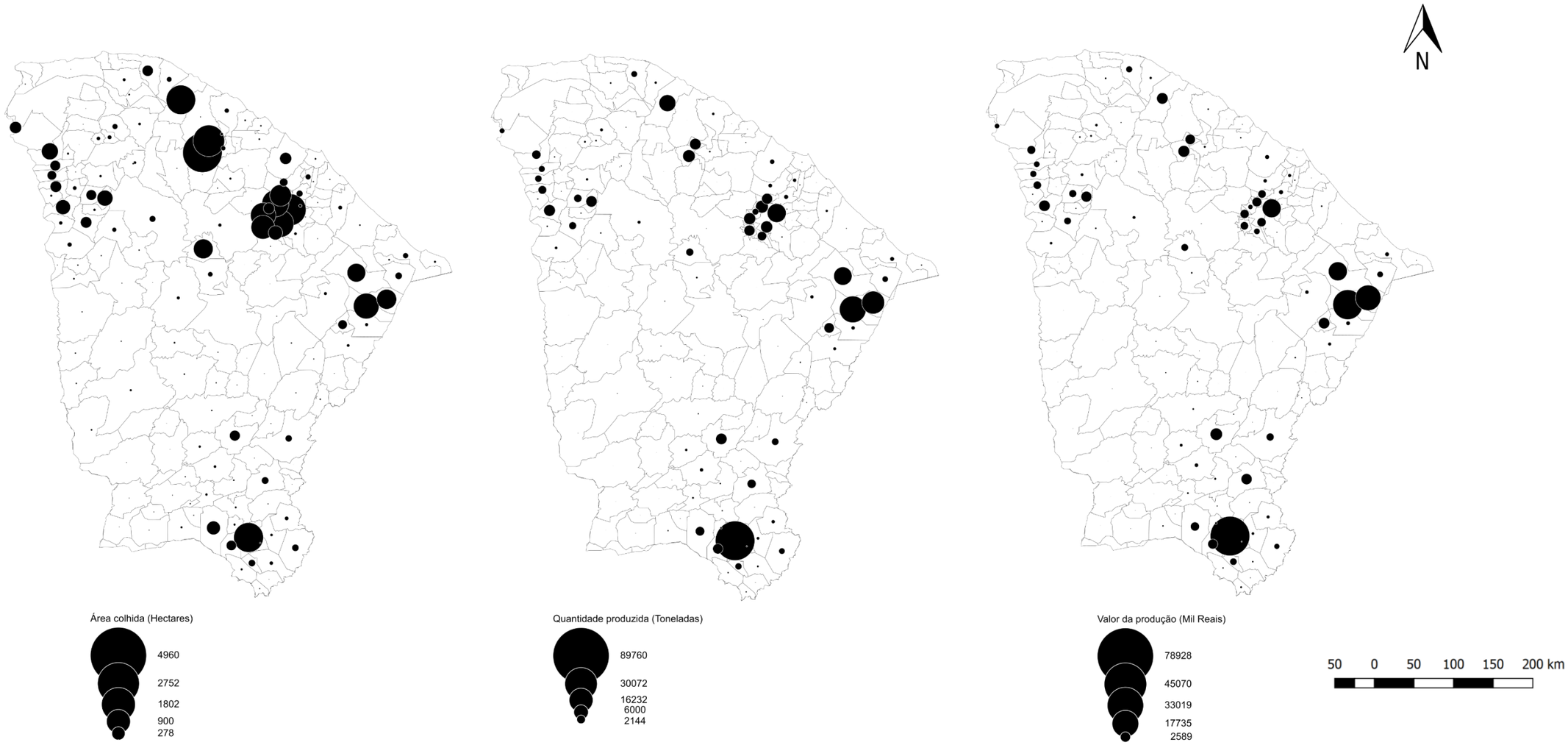
GRÁFICO 6 – CEARÁ: PRODUÇÃO DE BANANAS EM MISSÃO VELHA 2009 a 2015

Fonte: PAM/IBGE 2009 a 2015.
. Organização: CASTRO, 2018.

O gráfico 6 representa em percentual a quantidade, em toneladas, produzida de bananas no decorrer dos anos de 2009 até 2015 no município de Missão Velha – CE. Tendo como partida o ano de 2009 a produção para o período de seis anos equivaleu a 7,67%, resultado que se repetiu no ano seguinte. Em 2011 e 2012 ocorreu uma queda na produção de banana representada no gráfico pelos percentuais de 6,26% e 5,58% respectivamente. No ano de 2013 a produção de banana em Missão Velha começa a

retomar seu crescimento, mas nada significativo até então. A tendência de alta se confirma no ano seguinte com o percentual de 8,27%, contudo é no ano de 2015 que a produção de banana em Missão Velha toma volume ao ponto de representar 58,48% da produção para o período observado de seis anos (2009 -2015).

MAPA 10: Ceará: Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção de Bananas em 2015



Fonte: PAM/IBGE 2015
Projeção: Universal Transversal de Mercator
Desenho gráfico: elaborado no Philcarto
Organização: CASTRO, 2018

Para elaboração do conjunto dos três mapas do estado do Ceará referentes a área colhida, quantidade produzida e valor da produção de bananas – respectivamente – foi utilizado o software QGIS. Serviu como base os dados da Produção Agrícola Municipal de 2015 disponíveis no site do IBGE. Os círculos proporcionais foram escolhidos com intuito de melhor forma de representação desse fenômeno espacial.

O conjunto de mapas nº 10 deixa claro que no estado do Ceará o município de Missão Velha embora apresente uma área destinada a produção de banana dentro da média dos outros municípios, os maiores índices de quantidade produzida de banana medidas em toneladas e valor da produção, considerado em mil reais, são os maiores.

2.5.1 – O aumento das áreas destinadas ao plantio de banana em Missão Velha – Ceará

Quando a modernização alcançou as atividades agrícolas um dos reflexos foi a substituição da policultura pela monocultura, Denise Elias afirma que:

> A modernização dos sistemas de objetos da atividade agrícola, a maciça substituição de várias culturas agrícolas pela cana e pela laranja e a formação de importantes complexos agroindustriais realmente propiciaram notável crescimento econômico à região de Ribeirão Preto com profundas transformações dos elementos sociais de sua estrutura agrária (ELAIS, 2003, p.263)

Embora Elias esteja se referindo aos fenômenos socioespaciais da região de Ribeirão Preto – SP, sua análise se encontra atualizada e se reproduz em outras partes do país, assim como em Missão Velha no circuito espacial produtivo da banana. Outro fator também observado por Denise Elias é o aumento do trabalhador agrícola não rural, caracterizado por morar no perímetro urbano do município e trabalhar na zona rural do mesmo ou da cidade vizinha, realidade encontrada também no circuito espacial produtivo da banana em Missão Velha – CE, assunto que aprofundaremos no próximo capitulo.

Como reflexo da influência da maciça substituição da policultura do feijão, milho e amendoim pela monocultura da banana, praticada pelas empresas Sítio Paraíso Verde Fruticultura LTDA-ME e Sítio Barreiras Fruticultura LTDA, os trabalhadores agrícolas e/ou donos de terras na zona rural de Missão Velha – CE começaram a plantar banana, fato que resultou no aumento das áreas de plantio, detalhadas na tabela nº 20.

Tabela 16: Missão Velha – CE: Área de plantio dos produtores autônomos de bananas identificados através das imagens de satélite e trabalho de campo – 2017

IDENTIFICAÇÃO	PERÍMETRO (km)	ÁREA (ha)
Produtor Autônomo 1	1,00	2,41
Produtor Autônomo 2	2,47	14,20
Produtor Autônomo 3	1,68	8,00
Produtor Autônomo 4	2,41	14,50
Produtor Autônomo 5	1,90	17,00
Produtor Autônomo 6	1,43	4,67
Produtor Autônomo 7	1,21	8,65
Produtor Autônomo 8	1,37	5,37
Produtor Autônomo 9	1,55	7,31
Produtor Autônomo 10	1,13	4,66
Produtor Autônomo 11	1,76	17,70
Produtor Autônomo 12	1,13	3,61
Produtor Autônomo 13	0,97	3,27
Produtor Autônomo 14	0,41	0,82
Produtor Autônomo 15	1,00	1,77
Produtor Autônomo 16	1,38	1,39
Produtor Autônomo 17	0,85	2,55
Produtor Autônomo 18	2,90	16,90
Produtor Autônomo 19	3,52	13,60
Produtor Autônomo 20	0,44	0,66
Produtor Autônomo 21	1,12	1,77
Produtor Autônomo 22	3,81	8,50
Produtor Autônomo 23	0,88	3,64
Produtor Autônomo 24	0,34	0,52
Produtor Autônomo 25	0,37	0,56
Produtor Autônomo 26	0,83	2,74
Produtor Autônomo 27	1,77	12,00
Produtor Autônomo 28	0,76	1,46
Produtor Autônomo 29	1,26	3,44
Produtor Autônomo 30	0,81	2,46
Produtor Autônomo 31	0,62	1,14
Produtor Autônomo 32	0,60	0,89
Produtor Autônomo 33	0,97	1,11
Produtor Autônomo 34	1,68	2,10
Produtor Autônomo 35	0,56	1,64
Produtor Autônomo 36	0,97	4,63
Produtor Autônomo 37	0,70	0,82
Produtor Autônomo 38	0,61	1,23
Produtor Autônomo 39	0,68	1,58
Produtor Autônomo 40	0,56	0,98
Produtor Autônomo 41	0,88	2,15

continua

continuação

Produtor Autônomo 42	1,68	13,50
Produtor Autônomo 43	2,47	16,00
Produtor Autônomo 44	0,77	3,48
Produtor Autônomo 45	0,66	2,56
Produtor Autônomo 46	1,52	13,60
Produtor Autônomo 47	1,68	12,00
Produtor Autônomo 48	0,96	3,10
Produtor Autônomo 49	1,65	9,79
Produtor Autônomo 50	1,10	6,54
Produtor Autônomo 51	1,21	7,20
Produtor Autônomo 52	2,52	8,31
Produtor Autônomo 53	3,70	19,90
Produtor Autônomo 54	0,82	2,93
Produtor Autônomo 55	0,94	3,32
Produtor Autônomo 56	1,45	2,74
Produtor Autônomo 57	1,25	2,95
Produtor Autônomo 58	1,34	6,53
Produtor Autônomo 59	1,39	9,97
TOTAL	78,40	348,82

Fonte: Trabalho de campo
Elaboração e Organização: CASTRO, 2018

Para elaboração da tabela 20 foi de muita importância o sensoriamento remoto através das imagens de satélite disponíveis no Google Earth© do ano de 2017. Com essas imagens foi possível identificar as áreas destinadas ao plantio de banana realizados por produtores autônomos[19].

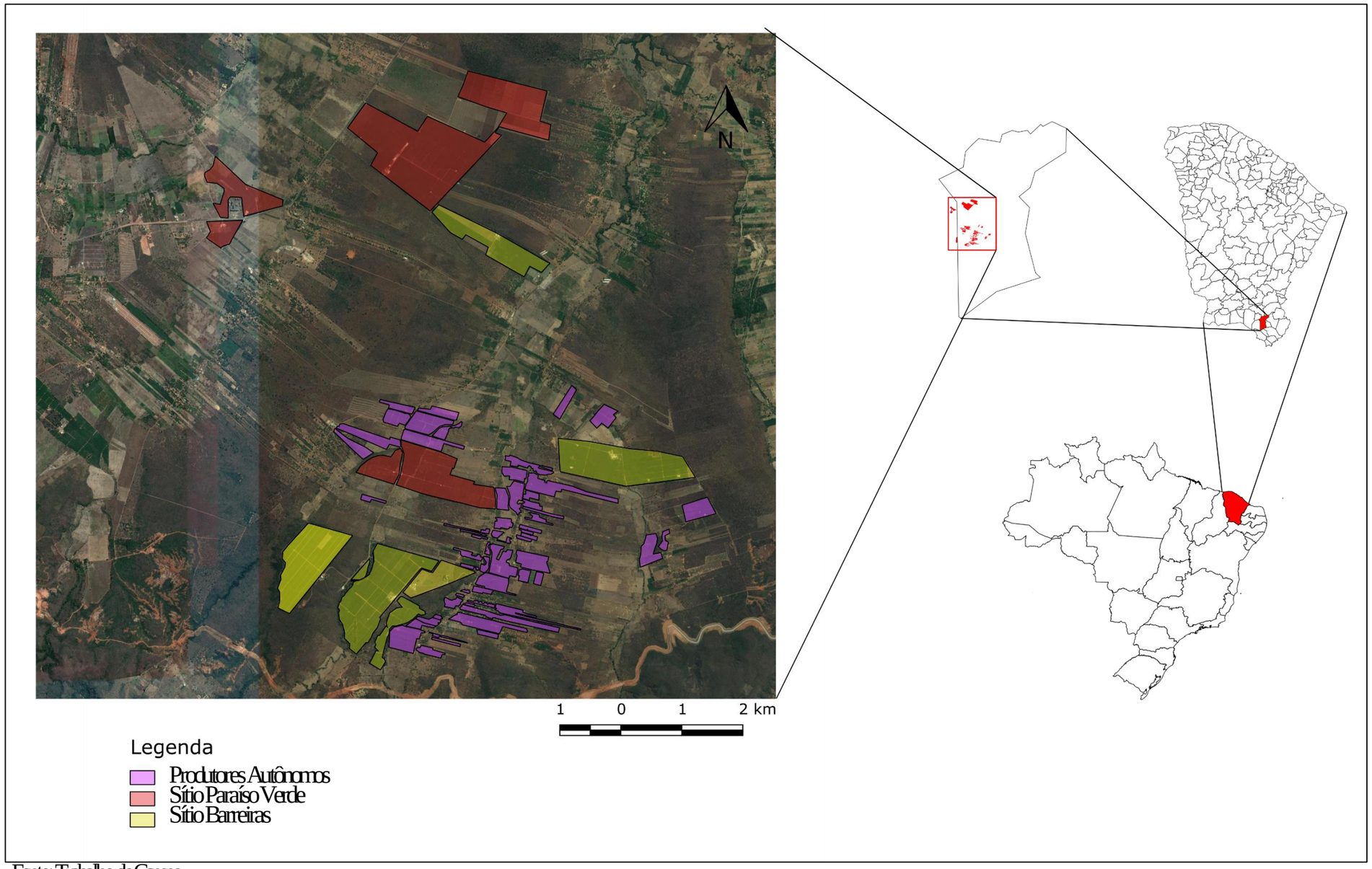
No total foram identificadas 59 áreas que realizam o cultivo de banana. Entre essas terras o maior perímetro encontrado foi de aproximadamente 3,81km e o menor foi 340 metros. Quando somamos todos os perímetros de áreas destinadas ao plantio de banana, por produtores independentes, chega-se ao total de 78,4km com uma média de 1,33km.

Ao levar em consideração as áreas, medidas em hectare, a maior área totaliza aproximadamente 19,9ha e a menor 0,52ha, quando somadas todas as áreas chega-se ao total aproximado de 348,82ha com uma média de 5,91ha.

[19] Entende-se por produtores autônomos os proprietários de terras que não exercem as atividades do agricultor, tais como: advogados, médicos, engenheiros, contadores e gerentes de rede de supermercados. Eles contratam pessoas que aprenderam a técnica do cultivo de banana por já terem sido funcionários de uma das duas empresas pioneiras na produção de Banana em Missão Velha – CE e produzem exclusivamente banana nas áreas de plantio.

As relações trabalhistas entre os proprietários de terras e os agricultores que vendem sua força de trabalho (por terem aprendido as técnicas do plantio de banana) serão consideradas no capítulo três dessa pesquisa.

MAPA 11 – Missão Velha – CE: Áreas de Plantio de Bananas Segundo Categorias de Atividade em 2017



Fonte: Trabalho de Campo
Projeção: Universal Transversal de Mercator e Imagens de Satélite do Google.cn Satellite
Organização: CASTRO, 2018

O trabalho de campo tornou possível o reconhecimento fornecido pelas imagens de satélite disponíveis na zona rural de Missão Velha – CE. Assim, foi possível reconhecer as áreas destinadas ao plantio de banana não pertencentes as empresas: Sítio Barreiras Fruticultura LTDA e Sítio Paraíso Verde Fruticultura LTDA-ME.

Esse novo modo de produção teve início a partir do investimento de dois empresários: sendo o primeiro Sebastião Regis ao instalar na zona rural de Missão Velha sua empresa Sítio Barreiras Fruticultura LTDA no início do ano 2005, todavia a comparação das terras que pertencem ao Sítio Barreiras fora realizada no ano de 1997 e as imagens de satélite mostram que no ano 2000 eles já cultivavam banana em toda a propriedade. O segundo empresário foi João Landim que no ano de 2009 abriu firma da empresa Sítio Paraíso Verde Fruticultura LTDA-ME.

A pesquisa de campo foi de fundamental importância para entender as dinâmicas socioespaciais na zona rural de Missão Velha, pois pôde-se perceber que os ex-funcionários das empresas produtoras de banana, ao aprender as técnicas de produção de banana, repassavam a vizinhos e, na maioria dos casos, vendiam sua força de trabalho para proprietários de pequenos lotes de terra interessados em investir na produção e comercialização de banana.

A comparação das imagens de satélite no período de 2006 e 2015 permitiu a visualização do aumento das áreas destinadas ao plantio de banana na zona rural do município de Missão Velha -CE, Santos(2012b) de forma eloquente coloca que:

> Com a difusão dos transportes e das comunicações, cria-se a possibilidade da especialização produtiva. Regiões se especializam, não mais precisando produzir tudo para subsistência, pois com os meios rápidos e eficientes de transporte, podem buscar em qualquer outro ponto do país e mesmo do planeta aquilo de que necessitam. (SANTOS, 2012b, p.57)

Como podemos observar o geógrafo Milton Santos afirma que a especialização da produção surge a partir do avanço nas comunicações e transportes. No estado do Ceará a construção do Cinturão Digital possibilitou o avanço nas comunicações que junto a construção de novas estradas e a reforma de rodovias fez com que as redes de transportes melhorassem.

Contudo, considerando o espaço geográfico como resultado da articulação indissociável entre sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2014), devem ser inseridas na análise da melhoria das rodovias, o avanço tecnológico que possibilitou a melhoria de veículos mais rápidos. Para o estudo de caso dessa pesquisa a inserção dos

caminhões com baú refrigerado, em 2005, possibilitaram o transporte de banana para distâncias mais longas, sem que houvessem prejuízos ocasionados pelo possível amadurecimento da fruta durante o transporte.

Esses avanços oportunizaram à Missão Velha – CE papel de destaque no circuito espacial produtivo, no cenário nacional, chegando a ocupar posição entre os dez municípios que mais produzem banana.

Com objetivo de captar o panorama completo do processo de transição da substituição da policultura de feijão, milho e amendoim pela monocultura da banana em Missão Velha, localizada no sul do estado do Ceará, trataremos no próximo capitulo de fazer levantamento da capacidade de produção desses três gêneros alimentícios, comparando a produção antes e depois do início da produção de banana nesse município.

A condição de vida e as relações trabalhista do trabalhador do campo, inseridos no circuito espacial produtivo da banana em Missão Velha, além do tipo de consumo gerado por esse modo de produção são preocupações importantes a serem consideradas no próximo capítulo.

Capítulo III

PRODUÇÃO, TRABALHO E DESIGUALDADE SÓCIOESPACIAL

3.1 – Da produção pretérita à monocultura da Banana em Missão Velha

No Brasil, antes que o processo de modernização do setor agrícola alcançasse as regiões distantes dos grandes centros de produção o que se tinha era uma produção local voltada para atender as demandas locais que estavam diretamente relacionadas à dependência da renda ou salário existente nesses subespaços (ELIAS, 2003).

Considerando o recorte temporal entre 2006 e 2015 para comparar o avanço da produção de bananas em Missão Velha – CE torna-se de grande relevância averiguar a produção pretérita ao plantio de banana nessa região. Partiu-se do princípio de que a produção de milho, amendoim, feijão, cana-de-açúcar e mandioca estava voltada para atender à demanda de subespaços. Já a produção de bananas está inserida dentro do circuito espacial produtivo, atendendo aos interesses econômicos distantes das unidades de produção localizadas em Missão Velha no interior do estado do Ceará.

TABELA 17 – MISSÃO VELHA – CE: COMPARATIVO DA PRODUÇÃO DE MILHO, AMENDOIM, FEIJÃO, CANA-DE-AÇÚCAR, MANDIOCA E BANANA ENTRE 2006 E 2015 (EM TONELADAS)

Produto Agrícola	2006 Produção(t)	2015 Produção(t)	Variação da Produção entre 2006 e 2015
Milho	12960	2864	-77,90%
Amendoim	264	64	-75,76%
Feijão	1238	996	-19,55%
Cana-de-açúcar	48000	6440	-86,58%
Mandioca	2000	1730	-13,50%
Banana	10325	89760	+769,35%
Total	76793	103869	+35,25%

Fonte: PAM 2006 e 2015/ IBGE
Elaboração e Organização: CASTRO, 2018

A tabela 17 foi elaborada a partir dos dados da Produção Agrícola Municipal de 2006 e 2015 com objetivo de possibilitar a comparação da produção entre esses dois períodos.

No ano de 2006 a produção de milho contabilizava 12.906 toneladas, nove anos depois essa produção caiu 77,90%. Acompanharam essa queda os gêneros alimentícios:

amendoim (264t), feijão(1.238t) e mandioca(2.000t) com perdas percentuais de 75,76%, 19,55% e 13,50% respectivamente. Com a desativação no ano de 2004 da Usina de cana-de-açúcar Manoel Costa Filho, localizada no limite municipal entre Barbalha e Missão Velha, a produção de cana-de-açúcar em Missão Velha – CE até o ano de 2006 era apenas para produzir rapadura e açúcar nos engenhos localizados em Barbalha. Essa produção sofreu a maior queda com a diminuição de 86,58%.

Entretanto, a produção de banana, no período de 2006 a 2015, teve aumento de 10.325 para 89.760 toneladas o que representa uma variação positiva de 769,35%. A exemplo do que observou Elias (2003) na região de Ribeirão Preto as transformações na produção estão diretamente ligadas ao consumo produtivo.

Em Missão Velha a substituição da policultura do amendoim, feijão, mandioca e cana-de-açúcar pela monocultura da banana reflete mudança no tipo de produção que a região do Cariri mantinha. Isso acontece por causa da rápida propagação das condições materiais responsáveis pela distribuição da produção (ELIAS, 2003).

Dessa forma a cidade A, localizada longe dos grandes centros de produção (cidade B), pode consumir qualquer tipo de produto desde que esse produto se enquadre na capacidade de absorção que a cidade A possui, estando essa diretamente ligada a produção de renda e salário.

Logo a inserção de áreas consideradas sem uso dentro do circuito espacial produtivo passa a ser fator de analise para compreensão dos fenômenos que transformam o espaço. Para alcançar esse objetivo as ações do Estado são de primordial importância para criar os mecanismos necessários com o intuito de fomentar o desenvolvimento econômico, favorecendo os interesses do capital. (SANTOS, 2012).

Como já mencionado nessa pesquisa, o Município de Missão Velha – CE, apresenta todas as características para que a cidade que está inserida no circuito espacial produtivo, através da produção de banana, se destaque. Num primeiro momento a iniciativa da empresa Sítio Barreiras Fruticultura LDTA (constituída em 2004), seguida pela instalação da segunda empresa no ano de 2009 Sítio Paraíso Verde Fruticultura LTDA-ME forma os motores que impulsionaram a produção de banana em Missão Velha – Ceará. Ao mesmo tempo ex-funcionários e pequenos produtores resolvem também investir nesse tipo de produção.

Aliada à iniciativa dessas empresas, surgem ações do Estado através da Agência de Desenvolvimento do estado do Ceará, tais como, a construção de novas estradas e reformas de outras, a construção do Cinturão Digital e do Cinturão das Águas do Ceará.

Todas essas obras foram intensificadas com o objetivo de facilitar o fluxo de mercadorias e informação.

TABELA 18 – MISSÃO VELHA – CE: PRODUÇÃO DE MILHO, AMENDOIM, FEIJÃO, CANA-DE-AÇÚCAR E MANDIOCA DE 2006 A 2015 (EM TONELADAS)

Ano / Produto	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Milho	12960	3750	5184	11785	2101	11222	3247	2372	8070	2864
Amendoim	264	29	180	181	26	174	74	30	65	64
Feijão	1238	829	904	1836	405	2067	557	411	1650	996
Cana-de-açúcar	48000	33000	32000	33600	36550	30450	17600	17520	17600	6440
Mandioca	2000	1900	330	279	1176	1643	219	1169	1816	1730
TOTAL	64462	39508	38598	47681	40258	45556	21697	21502	29201	12094

Fonte: PAM 2006 até 2015/ IBGE
Elaboração e Organização: CASTRO, 2018

A tabela 18 organizada com os dados do IBGE da Produção Agrícola Municipal de Missão Velha – CE, evidencia a diminuição da plantação de milho, amendoim, feijão, cana-de-açúcar e mandioca no período de 2006 até 2015. Quando considerada a análise das tabelas 20 e 21 pode-se afirmar que se trata do processo de substituição da policultura pela monocultura.

A Tabela 19 (Missão Velha – CE: Produção de Banana de 2006 a 2015 em Toneladas) mostra o comportamento da produção de banana em Missão Velha além de facilitar a comparação da substituição da policultura pela monocultura da banana.

TABELA 19 – MISSÃO VELHA – CE: PRODUÇÃO DE BANANA DE 2006 A 2015 (EM TONELADAS)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Banana	10.325	10.000	10.850	11.780	11.780	9.604	8.565	9.315	12.686	89.760

Fonte: PAM 2006 a 2015/ IBGE
Elaboração e Organização: CASTRO, 2018

Dentro desse processo de mudança no que se produz na agricultura está presente a inserção de novas atividades induzidas por forças externas, dessa forma o município de Missão Velha – que antes era considerado pelas forças produtivas do Capital sem valor –

adquire uma nova funcionalidade, dentro do circuito espacial produtivo da banana. Lobato Corrêa indica duas possibilidades que justificam a refuncionalização das cidades pequenas sendo a primeira a "perda, relativa ou absoluta de centralidades" (CORRÊA, 2006, p.264), situação não condizente com o município de Missão Velha – CE, porém ao continuar sua análise Lobato Corrêa diz que:

> A segunda possibilidade diz respeito à transformação do pequeno núcleo a partir de novas atividades induzidas de forma ou criadas internamente, que conferem uma *espacialização produtiva* [Grifo do autor] ao núcleo preexistente, inserindo-o diferentemente na rede urbana, introduzindo nela uma mais complexa divisão territorial do trabalho (CORRÊA, 2006, p.267).

Como podemos observar Lobato Corrêa ao levantar a segunda possibilidade está falando de cidades que antes não despertariam interesses dos empresários no país, mas no momento em que essas áreas são inseridas como resultado da inserção de novas atividades econômicas essas cidades se destacam dentro do circuito espacial produtivo.

Esse segundo fator observado por Lobato Corrêa descreve as transformações espaciais que o município de Missão Velha no interior do estado do Ceará vem passando.

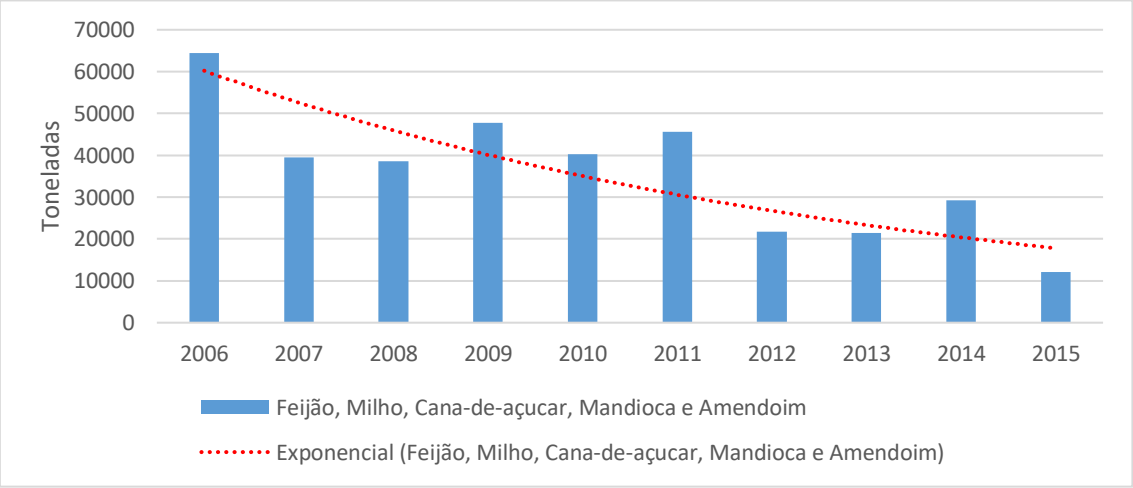


Gráfico 7 – MISSÃO VELHA – CE: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE MILHO, AMENDOIM, FEIJÃO, CANA-DE-AÇÚCAR E MANDIOCA DE 2006 ATÉ 2015

Fonte: PAM 2006 até 2015/ IBGE
Elaboração e Organização: CASTRO, 2018

O gráfico 7 mostra a evolução da produção da policultura de milho, feijão, cana-de-açúcar e mandioca produzida no município de Missão Velha – CE no período de 2006

a 2015. Foi organizado a partir da soma das produções em toneladas (com dados disponíveis no IBGE). É visível a queda da produção desses gêneros alimentícios.

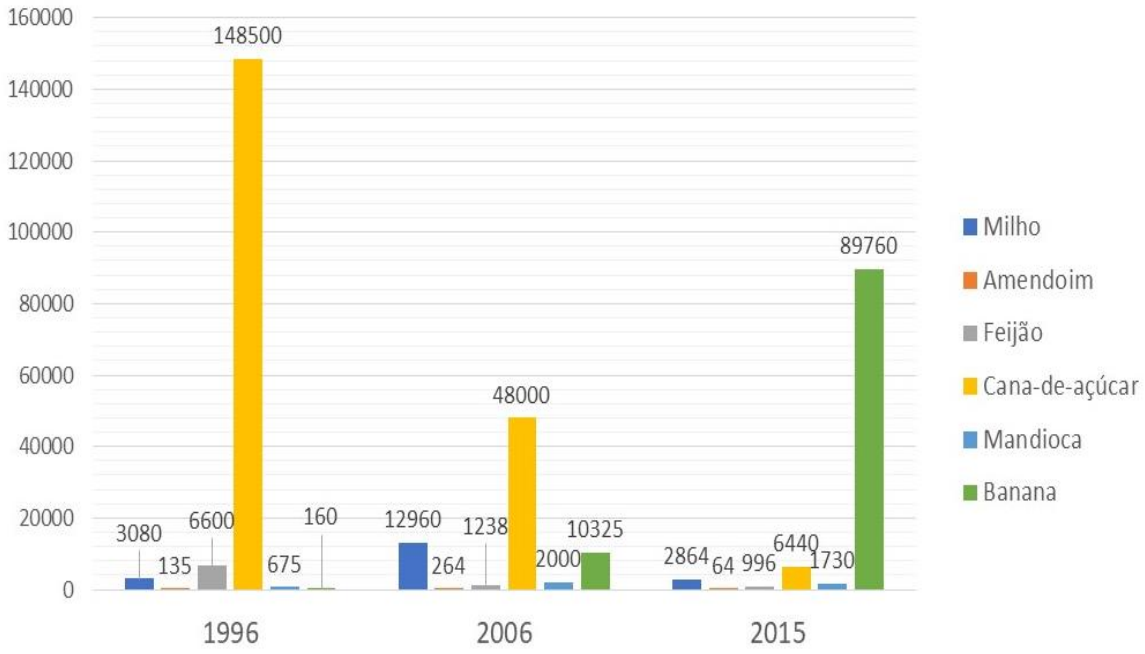


GRÁFICO Nº 8 – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DA MONOCULTURA E POLICULTURA NOS ANOS DE 1996, 2006 E 2015

Fonte: PAM/ IBGE 1996, 2006 e 2015
Elaboração e Organização: CASTRO, 2018

No ano de 1996 o plantio de cana-de-açúcar representava 93% do que se plantava na zona rural do município de Missão Velha, o milho ocupava 2%, amendoim 0,08%, feijão 4%, mandioca 1% e a banana apenas 0,10%.

A produção do ano de 2006 quando comparado ao de 1996 (gráfico 8) mostra que o plantio de cana-de-açúcar que representava 93% cai para 64% do que era plantado na zona rural de Missão Velha, o milho que ocupava 2% subiu para 17%, a produção de amendoim que era em 1996 0,08% aumentou para 0,35%, o feijão que representava uma produção de 4% sofreu queda de 2%, a mandioca que contabilizava 1% aumentou para 3% e a banana que era apenas 0,10% em 1996 teve aumento significativo totalizando 14%

Quando observado a produção do ano de 2015, comparando com os dados de 1996 pode-se afirmar que o plantio de cana-de-açúcar representava 93% do que se plantava na zona rural do município de Missão Velha, foi substituído pela produção de banana que contabilizava em 2006 14% subindo e em 2015 para 88%. O milho ocupava em 1996 2% em 2006 era 17% recuou para 3% em 2015, a produção de amendoim que era em 1996 0,08% e em 2006 0,35% diminuiu para 0,06% em 2015 percentual inferior ao contabilizado em 1996, o feijão que em 1996 era 4% em 2006 2% caiu mais da metade contabilizando 0,98% em 2015, a mandioca que era em 1996 1% em 2006 3% caiu para 2% em 2015.

Em substituição ao que se produzia foi colocado o plantio de banana. O conjunto dos dados que formam gráficos nº 8 (Evolução da Produção da Monocultura e Policultura nos Anos de 1996, 2006 e 2015) evidenciam oscilação entre 1% a 4% nos plantios de mandioca e feijão, já o milho apresentou pico de 17% em 2006 retrocedendo 14% em 2015. O amendoim oscilou apenas entre 0,08% e 0,35%. Quanto à cana-de-açúcar, podemos afirma que houve substituição da monocultura da cana-de-açúcar pela monocultura da banana.

Essa mudança está diretamente relacionada a projetos políticos econômicos desenvolvidos pelo estado do Ceará para atender a interesses econômicos do agronegócio.

Todo esse processo de substituição da policultura pela monocultura ocorreu ao mesmo tempo em que acontece a modernização no sistema de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2014). A partir dessa perspectiva Elias (2003) afirma que a média em que ocorre a concentração da produção agroindustrial em substituição da produção agrícola "com o predomínio da exploração empresarial (...) o resultado é a intensificação das relações capitalistas de produção" (ELIAS, 2003 p.263).

Com a chegada das duas empresas produtoras de banana (Sítio Barreiras Fruticultura LTDA em 2004 e Sítio Paraíso Verde Fruticultura LTDA-ME em 2009) iniciam-se as concentrações fundiárias de grandes áreas destinadas ao plantio de banana. A intervenção do Estado através de suas políticas de incentivo fiscal e reestruturação produtiva voltadas para atender aos interesses não somente dessas empresas mas, como afirma Santos (2014), o Estado prioriza os interesses do capital ao invés das demandas sociais.

3.2 – A evolução do conceito de trabalho

Heidemann (2004) ao falar sobre a crise e crítica da sociedade do trabalho no 3º Fórum social Mundial que aconteceu em Porto Alegre – RS em 2003 lembra que a palavra trabalho tem sua origem no latim tripalium, que originalmente era a palavra empregada para designar o instrumento usado pelos romanos para torturar escravos. A derivação desse verbo em latim (tripaliare) traduz para trabalhar e era aplicado ao carrasco.

No início do processo de transição do feudalismo para capitalismo a proibição de coletar lenha, frutas, caçar e pescar na floresta, tendo sido estas proclamadas como propriedades do Rei, sob pena de morte, obrigou os camponeses a venderem a própria força de trabalho em troca de alimentos suficientes apenas para subsistência.

Dessa forma não se tinha mais a liberdade de retirar da natureza os elementos necessários para subsistência. O sentimento de tortura, por ser forçado a vender a força de trabalho, sob pena de morte por desobediência ao tentar sobreviver de forma alternativa, fora dos padrões estabelecidos pelo decreto do Rei, sob a perspectiva diacrônica levaram o verbo tripalium a ser traduzido como trabalho.

De acordo com Foucault (2007) durante a Idade Clássica a linguagem foi considerada como discurso, como uma "análise espontânea da representação". Essa forma de analisar o signo das palavras justifica a origem do significado da palavra trabalho.

Entretanto, com o rompimento desse método de análise uma nova forma de organizar o pensamento toma corpo. Como resultado há uma mudança configurada em novos interesses culturais, além da redistribuição de opiniões e juízos. O ápice desses acontecimentos reside nas novas formas do discurso científico (FOUCAULT, 2007).

Esses conjuntos de acontecimentos tornam-se palco para deixar de considerar os valores representativos (contidos em si) das palavras como elementos vitais do discurso. Em seu lugar para análise da linguagem considera-se os valores de representação levando em consideração a força que as anima, a organização que as mantêm, a gênesis que não cessou de produzi-las (FOUCAULT, 2007).

Sob essa perspectiva de análise surge Adam Smtih que leva sua ideia para além da etnologia do tripalium e enxerga as relações que se dão dentro do trabalho.

Para Smith o trabalho surge como a média real do valor. O trabalho é entendido como a jornada, esforço e fadiga. O que se produz com trabalho é objeto (mercadoria).

Ao analisar o trabalho Smith traz à tona o esforço e o tempo identificados por ele como jornada. Essa por sua vez gasta a vida do ser humano.

O trabalho é o elemento que valoriza os objetos do desejo. Portanto, na representação de um objeto de necessidade que será comprado ou trocado no mercado, o que temos como elemento irredutível a essa representação é o trabalho.

David Ricardo traz à luz uma análise diferente em relação a conceito elaborado por Smith sobre o trabalho. De acordo com Foucault (2007) a diferença entre os dois pensadores da economia clássica consiste no falto de que para Smith o trabalho serve de unidade de medida comum a todas as mercadorias. Já para Ricardo a quantificação do trabalho é o elemento chave que permite fixar o valor das mercadorias (embora Foucault use a palavra "coisas" em vez de mercadoria).

De acordo com Hunt (1989) as teorias do valor e do lucro de Ricardo e Smith tiveram uma influência muito forte sobre a obra de Marx, embora esse último autor considerou-se um crítico antagonista dessas teorias.

Para Marx e Engels (2017) o trabalho é considerado antes de qualquer coisa um processo que se dá entre o homem e a natureza.

> O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potencias que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animalescas [*tierartig*], do trabalho. [...]. (MARX; ENGELS, 2017 p.255)

Como podemos observar Marx coloca que esse processo se dá entre o ser humano e a natureza, no qual o primeiro ao agir com objetivo de retirar do segundo os elementos necessários para subsistência, realiza a mediação, regulação e controle do seu metabolismo com a natureza.

Continuando sua análise Marx e Engels afirmam que a terra é fonte de provisões onde o ser humano pode retirar os elementos necessários para própria subsistência, logo ela é objeto universal do trabalho do ser humano.

Tendo como base esse conceito de trabalho ele se torna importante para identificar épocas econômicas diferentes a partir da forma como o trabalho é realizado e não do que é produzido (MARX; ENGELS, 2017).

Ao mesmo tempo em que o ser humano age sobre a natureza a modifica. Esse movimento resulta também na própria modificação. Santos (2012c) observa esse movimento e em sua análise ele o compara com uma ação simbiótica, afirmando que "o ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço". (SANTOS 2012c, p.202).

Logo essa dinâmica ser humano/natureza constitui-se num movimento de transformação mútua. É importante destacar que tal análise ocorre a partir do momento histórico em que o ser humano é capaz de elaborar em sua mente as ações necessárias para realizar trabalho.

Essa capacidade de elaborar mentalmente os passos necessários para realização do trabalho é chamado por Marx de objetivação. Para Santos (2012c) essa objetivação foi responsável pela mudança do ser humano animal para ser humano social, que é capaz de agir a partir de uma ideia pré-estabelecida em sua mente. Portanto, o trabalho é a ferramenta que o ser humano faz uso no processo de transformação do espaço na constante busca pela subsistência.

3.3 – O trabalhador agrícola não rural

No atual período globalizado a concepção do espaço geográfico sob a perspectiva da relação indissociável dos sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2014) é de fundamental importância para compreender as dinâmicas sócioespaciais que ocorrem no circuito espacial produtivo da banana em Missão Velha – Ceará.

É a partir do momento em que o ser humano pela primeira vez decide trabalhar em conjunto para retirar da natureza os elementos necessários para a própria subsistência (SANTOS, 2012), que surge a necessidade de melhorar esse processo. Esse fato dá origem a elaboração de ferramentas rudimentares que ao longo dos séculos o ser humano vai aumentando o grau de complexidades que elas possuem. Santos (2012) caracteriza e divide em três fases esse grau de complexidades chamando-os de: evolução técnica, evolução técnico científica e evolução técnico- científica-informacional.

Com esse panorama horizontalidades e verticalidades ganham forma através da produção, circulação e consumo (SANTOS, 2014). De maneira oportuna, Denise Elias afirma que o resultado desse processo é a difusão rápida das "bases materiais que possibilitam a dispersão espacial da produção" (ELIAS et al, 2007, p.34).

O ser humano ao (re)produzir o espaço, através do trabalho, o faz em geral através das relações econômicas. Santos (2012) lembra que ao analisar a produção do espaço deve ser considerada, além das relações econômicas a expectativa de valorização das áreas não utilizadas. Com essa perspectiva há incorporação de muitas áreas à produção e consumo globalizados. Fato esse a ser observado no circuito espacial produtivo da banana que acontece na zona rural de Missão Velha no sul do estado do Ceará. Denise Elias, de forma eloquente refere-se à inserção desses novos espações agrários na produção globalizada:

> A inserção do espaço agrário dos vales úmidos do semiárido, assim como dos cerrados, à produção intensiva baseia-se muito fortemente no modelo econômico predominante nas duas últimas décadas, claramente de inserção do país à economia e consumo globalizados, interligados aos ditames dos grandes grupos econômicos, dos grandes conglomerados nacionais e multinacionais. Especificamente no tocante à agropecuária, baseia-se no modelo técnico, econômico e social do agronegócio (ELIAS et al, 2007 p.35).

O novo modelo de produção impulsionado pelo processo de industrialização tanto na cidade quanto no campo fez com que surgissem "novos atores sociais e novas relações de trabalho" (ROSSINI, 2017, p.136). O caráter capitalista foi reforçado com a hegemonia da exploração empresarial intensiva na agricultura (ELIAS, 2003) e como resultado surge "o trabalhador volante que é agrícola, mas não é rural" (ELIAS, 2003 p.265), também presente na zona rural de Missão Velha inserido no circuito espacial produtivo da banana.

Norteado por uma pesquisa qualitativa, o trabalho de campo foi realizado através da aplicação de trinta questionário semiestruturado com objetivo de apreender a condição de vida dos agricultores e suas respectivas famílias, de forma oportuna Rossini (2106) coloca que a coleta de material ao entrevistar as famílias dos agricultores oferece rico material qualitativo para ser analisado.

Nas duas empresas que se destacam no plantio de bananas em Missão Velha, foi possível encontrar trabalhadores que vendem sua força de trabalho, mas não moram na zona rural de Missão Velha, tendo suas residências fixadas dentro do perímetro urbano das cidades vizinhas (Juazeiro do Norte e Barbalha). Já nas pequenas produções de bananas que se espalham pela zona rural de Missão Velha os trabalhadores agrícolas moram próximos das áreas onde trabalham.

Para as tarefas que exigem mão-de-obra especializada os trabalhadores agrícolas não rurais (ELIAS, 2003), possuem ensino médio completo com curso de tecnólogo e/ou nível superior, são técnicos agrícolas, tecnólogos em recursos hídricos, engenheiros agrônomos, contadores e/ou administradores. Para tais especialistas as tarefas a serem desempenhadas são: controles de qualidade no plantio; irrigação do solo; aplicação dos insumos; de estoque e distribuição; contabilidade; venda e logística.

Já as tarefas de plantio, aplicação dos insumos (fertilizantes e agrotóxicos), colheita, estocagem e carregamento dos caminhões os trabalhadores não possuem o ensino fundamental completo, com faixa etária entre 20 e 60 anos. Eles residem tanto na zona rural próximo às Unidades de Plantio, quanto no perímetro urbano de Missão Velha e Barbalha.

As empresas Sítio Paraíso Verde Fruticultura LTDA-ME e Sítio Barreiras Fruticultura LTDA disponibilizam ônibus para conduzir os trabalhadores agrícolas rurais e não rurais até as Unidades de Plantio. Poucos são os funcionários que utilizam veículos próprios para se deslocarem de suas residências para o local de trabalho.

A jornada de trabalho é de oito horas por dia, durante cinco dias da semana (segunda a sexta). Nas duas empresas as mulheres não trabalham no plantio de bananas. No Sítio Paraíso Verde as únicas mulheres contratadas trabalham na cantina, no Sítio Barreiras elas trabalham nos escritórios ou na cantina de acordo com o nível escolar. Vale ressaltar que nessa empresa elas não trabalham no plantio.

Nas terras onde a produção de bananas é realizada por pequenos produtores há presença de dois ou três agricultores e o proprietário mora próximo. No início do segundo semestre de 2017, foram encontradas situações em que o produtor reside na zona urbana de Juazeiro do Norte. É o caso do senhor Benedito que contratou um caseiro para cuidar do plantio. Nesse caso, apenas o caseiro cuida da plantação de bananas e apenas na colheita o senhor Benedito contrata temporariamente mais um trabalhador para ajudar o caseiro na colheita e preparação dos caixotes de bananas.

Entretanto, no fim do primeiro semestre de 2018 o senhor Benedito havia mudado a forma de cuidar de suas plantações de bananas, mesmo morando em Juazeiro do Norte ele passou a acompanhar com mais frequência o processo produtivo, investindo em tecnologia voltada para irrigação automática após contratar o serviço de assessoria de um engenheiro agrônomo.

Segundo o senhor Benedito, depois da visita do engenheiro agrônomo ele passou a economizar energia e água, além de diminuir a quantidade de tarefas de

responsabilidade do caseiro. Santos (2014) afirma que o aumento da inserção da técnica no processo produtivo causa impacto na condição de vida do trabalhador provocando desemprego/desocupação.

Figura Nº 05: Colheita de bananas realizada em uma pequena produção.
Foto: CASTRO, junho de 2018

Os compradores (pequenos comerciantes, feirantes ou vendedores ambulantes) vão pegar o produto direto na unidade de plantio dos pequenos produtores ou negociam as bananas de baixa qualidade que as duas empresas não venderam para as grandes redes de supermercados, tais como: Assaí Atacadista, Hiper Bom Preço, Max Atacado, Mercadinhos São Luís e Super Mercado Econômico.

Figura N° 6 – Juazeiro do Norte – CE: Mercadinhos São Luís – Cariri Garden Shopping

Foto: CASTRO, julho 2018

A figura 6 apresenta o stand de bananas produzidas pela empresa Sítio Barreiras Fruticultura LTDA nas unidades de plantio localizadas na zona rural de Missão Velha. Essa foto foi tirada na sessão de vendas de frutas do Mercadinhos São Luís, localizado dentro do maior shopping do interior do estado do Ceará. Assim como acontece nos Mercadinhos São Luís, as bananas produzidas por essa empresa estão presentes nos grandes supermercados da cidade de Juazeiro do Norte: Assaí Atacadista, Híper Bom Preço, Max Atacado e Super Mercado Econômico, sem mencionar que a produção de bananas em Missão Velha é distribuída para todo o Nordeste, parte do Norte e Sudeste do país através das duas empresas, Sitio Barreiras e Sítio Paraíso Verde.

Como coloca TRIVIÑOS (2008) a pesquisa qualitativa ganha sua definição a partir da superação de dois obstáculos: primeiro definir a abrangência do enfoque da pesquisa de campo em sua generalidade e especificidade e segundo, não se desviar das bases teóricas que orientam o pesquisador.

De acordo com Triviños(2008) a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados, com isso ela assume papel descritivo. Dessa forma, a

preocupação do pesquisador deve estar centrada no processo e não simplesmente no resultado.

Logo, a entrevista semiestruturada é norteada por questionamentos básicos. Esses por sua vez são apoiados na fundamentação teórica que servirá de base para elaboração das hipóteses TRIVIÑOS (2008).

Concordando com essa perspectiva (GUIMARÃES:PESSÔA, 2017) oportunamente inserem a discussão do uso da pesquisa qualitativa na geografia.

> Na Geografia, a pesquisa qualitativa está se tornando uma importante ferramenta para a produção do conhecimento, possibilitando o aparecimento de novos elementos das realidades estudadas. Com isso, o pesquisador tem a possibilidade de descobrir novas relações socioespaciais em um determinado contexto geográfico. Assim, o papel principal de uma pesquisa é contribuir para a melhoria da sociedade, em seus diferentes aspectos, sejam econômicos, políticos, naturais ou culturais (GUIMARÃES:PESSÔA, 2017 p.490).

Sob essa perspectiva a aplicação de entrevista às 30 famílias de agricultores se mostraram a ferramenta de coleta adequada na tentativa de entender como ocorre a (re)produção do espaço pautadas nas dinâmicas socioeconômicas da produção de banana em Missão Velha – CE.

Depois de todo processo de leitura, cujo objetivo era o aprofundamento teórico, a escolha da abordagem de pesquisa qualitativa no trabalho de campo se mostrou a ferramenta fundamental na tentativa de entender as dinâmicas socioespaciais, produzidas, organizadas e dominadas pelo circuito espacial produtivo da banana em Missão Velha – CE que os trabalhadores e suas respectivas famílias estão sujeitas.

Tabela 20 – Perfil do trabalhador: Tempo que trabalha, função e estabilidade – 2017

Nº DE PESSOAS	IDADE	GRAU DE INSTRUÇÃO	IT	AC	FUNÇÃO E EMPRESA	TRABALHO ANTERIOR	CT	CONV.
3	entre 40 e 60 anos	Fundamental incompleto	entre 5 e 9 anos	entre 2009 e 2016	Plantio Sítio Paraíso Verde Fruticultura LTDA-ME	Agricultor	Sim	Amigo
5	entre 40 e 60 anos	Fundamental incompleto	entre 5 e 9 anos	entre 2009 e 2016	Plantio Sítio Barreiras Fruticultura LTDA	Agricultor	Sim	Amigo
7	entre 20 e 40 anos	Fundamental incompleto	entre 10 e 16 anos	entre 2015 e 2017	Plantio Sítio Paraíso Verde Fruticultura LTDA-ME Sítio Barreiras Fruticultura LTDA	Agricultor	Sim	Amigo
8	entre 40 e 60 anos	Fundamental incompleto	entre 5 e 9 anos	entre 2009 e 2016	Plantio/Colheita/Seleção Produtores de até 19 hectares	Agricultor	Não	Amigo
5	entre 20 e 40 anos	Fundamental incompleto	entre 10 e 16 anos	entre 2015 e 2017	Plantio/Colheita/Seleção Produtores de até 19 hectares	Agricultor	Não	Amigo
2	entre 20 e 40 anos	Médio incompleto	15 e 17 anos	entre 2015 e 2017	Plantio/Colheita/Seleção Produtores de até 19 hectares	Agricultor	Não	Amigo

IT. Com que idade começou a trabalhar?
AC. Em que ano começou a trabalhar neste serviço
CT. Tem carteira de trabalho atualizada?
CONV. Quem convidou para trabalhar neste último serviço (agricultura)

FONTE: Pesquisa de campo, 2017
Elaboração e Organização: CASTRO, 2018

Para elaborarmos a tabela 23 (Perfil do trabalhador: Tempo que trabalha, função e estabilidade – 2017) entrevistamos 30 trabalhadores e suas famílias que dependem diretamente da produção de bananas na zona rural de Missão Velha, um quarto dos entrevistados informaram no momento da entrevista que estavam trabalhando na empresa Sítio Paraíso Verde Fruticultura LTDA-ME, dois quartos dos entrevistados afirmaram, no momento da entrevista, que estavam trabalhando para pequenos produtores e o restante (um quarto), no momento da entrevista, estavam trabalhando para a empresa Sítio Barreiras Fruticultura LTDA.

Essa parte do questionário trata especificamente das questões que envolvem o trabalho. Temas que levam em consideração se o trabalhador já tinha experiência na área/função que está desempenhando atualmente, se estava desempregado anteriormente, se possui carteira de trabalho atualizada, que tipo de transporte usa para se deslocar de casa para o trabalho e há quanto tempo trabalha nesse tipo de serviço.

Quando perguntamos que idade tinham quando começaram a trabalhar, a média encontrada foi 10 anos, com mínima de 5 e máxima de 17 anos de idade. A tabela 20 dá condições para observar que 53,34% formam o grupo de trabalhadores com idades entre 40 e 60 anos – até o dia da entrevista – todos com Ensino Fundamental incompleto, começaram a trabalhar com idade entre 5 e 9 anos apresentando média de 7 anos de idade.

Os outros 46,66% é composto por trabalhadores com idade entre 20 a 40 anos que começaram a trabalhar com idade entre 10 e 17 anos apresentando média de 13 anos. Desse grupo de 14 entrevistados apenas 2 possuem o Ensino Fundamental completo um está cursando o Ensino Médio e o outro desistiu. Portanto 86% desse segundo grupo não conseguiu concluir o Ensino Fundamental.

Todos os trabalhadores afirmaram que já trabalhavam na agricultura antes de ir trabalhar com cultivo de bananas. Os entrevistados que atualmente trabalham para pequenos produtores de bananas afirmaram que já trabalharam para as empresas: Sítio Paraiso Verde ou Sítio Barreiras. Uma pessoa desse grupo informou que a atividade que exercia antes era como trabalhador no corte de cana em São Paulo.

Tabela 21 – Locomoção para o trabalho e valor salarial

Nº DE PESSOAS	Transp.	Temp. Loc. (minutos)	Satisf.	FP	TTA	SAM (R$)
19	Moto	Até 15	Sim	Mensal	11 meses	937,00
4	Bicicleta	15 a 20	Sim	Mensal	11 meses	937,00
7	Ônibus da empresa	10	Sim	Mensal	11 meses	937,00

Transp. Qual a condução que usa para chegar ao local de trabalho
Temp. Loc. Quanto tempo gasta para chegar ao local de trabalho
Satisf. Está satisfeito com a forma de contratação?
FP Forma de pagamento hoje
TTA Quantos meses, aproximadamente, trabalha por ano
SAM Salário aproximado recebido por mês

FONTE: Pesquisa de campo, 2017
Elaboração e Organização: CASTRO, 2018

Os transportes mais utilizados para se deslocarem de casa para o trabalho apontado pelos entrevistados foram: bicicleta com total de 13,33%, moto 63,33% e ônibus 23,33%. O tempo gasto em média é de 14 minutos para os três tipos de veículos. Todos afirmaram que estão satisfeitos e recebem o pagamento mensalmente. Para quem trabalha no plantio, colheita ou seleção e não tem curso técnico e ensino médio completo o salário é de R$ 937,00.

Tabela 22 – Calendário agrícola do cultivo de bananas

Tipo de atividade desenvolvida em cada mês	Janeiro - Março	Abril - Junho	Julho - Setembro	Outubro - Dezembro
Monitoramento de pragas e doenças	Técnico Agrícola	Técnico Agrícola		
Monitoramento de umidade do solo			Técnico Agrícola	Técnico Agrícola
Adubagem/Plantio	Trabalhador Agrícola	Trabalhador Agrícola	Trabalhador Agrícola	Trabalhador Agrícola
Colheita	Trabalhador Agrícola	Trabalhador Agrícola	Trabalhador Agrícola	Trabalhador Agrícola
Seleção de bananas	Trabalhador Agrícola	Trabalhador Agrícola	Trabalhador Agrícola	Trabalhador Agrícola

FONTE: Pesquisa de campo, 2017
Elaboração e Organização: CASTRO, 2018

A tabela 22 vai mostrar o tipo de atividade desenvolvida em cada mês realizada nas empresas Sítio Paraíso Verde e Sítio Barreiras. O técnico agrícola fica responsável pelo monitoramento de pragas e doenças que é realizado nos primeiros seis meses de cada ano. Já no segundo semestre ele realiza o monitoramento de umidade do solo. As atividades de adubagem, colheita e seleção de bananas são realizadas pelos trabalhadores agrícolas.

Tanto a adubagem quanto a seleção de bananas e a colheita são realizadas durante todo o ano. Dos entrevistados 50% trabalham na adubagem/plantio, 23.34% na seleção e os restantes 26,66% na colheita. As figuras 7 e 8 mostram o processo de colheita e seleção.

A colheita é realizada com a utilização de um sistema de cabos de aço e roldanas suspenso por um arco de aço chumbado ao solo, dessa forma é possível que uma única

pessoa transporte mais de 10 cachos[20] de bananas de uma só vez. Esse sistema utilizado para transporte dos cachos está instalado dentro das unidades de plantio (percorrendo todo o perímetro da plantação) facilitando a movimentação da produção de forma rápida e fácil até as áreas onde as bananas serão selecionadas e estocadas, minimizando os custos com funcionários. É importante frisar que essa técnica é utilizada apenas pelas duas empresas. Nos casos dos pequenos produtores esses realizam a colheita e transporte sem a utilização desse sistema de cabos de aço e roldanas, o serviço braçal do trabalhador agrícola é o único utilizado.

Figura Nº 07: Missão Velha – CE: Colheita e transporte dos cachos de bananas

Fonte: Fotos retirado do vídeo de publicidade publicanos no canal do YouTube[BR] Disponível no endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=DaqnUbaVKXc>

[20] De acordo com o Técnico Agrícola os cachos de banana podem ter 5 a 20 pencas e cada penca pode ter aproximadamente 20 bananas podendo pesar de 30 a 50 kg. Cada banana pesa, em média, 125g, com uma composição de 75% de água e 25% de matéria seca

Figura Nº 08: Missão Velha – CE: Seleção dos cachos de bananas

Fonte: Fotos retirado do vídeo de publicidade no canal do YouTube[BR] Disponível no endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=DaqnUbaVKXc>

A tabela 23 dá conta das questões trabalhistas, tais como: recolhimento do INSS, utilização do benefício da previdência social por parte do trabalhador agrícola, se o trabalhador é associado a algum de tipo de sindicado, se houve melhoria das condições de trabalho nos últimos anos, se o proprietário investiu em máquinas para colheita de banana, se desejam mudar de emprego e como é a relação homem e mulher na divisão do trabalho no campo.

Tabela 23 – Questões trabalhistas

Nº de Pessoas	INSS	Usou INSS	SCAS	Melhoria	MT	+MCB	RHxM
15	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	1	NÃO	Não há mulher no trabalho do campo (banana)
15	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	

INSS. Paga INSS
Usou o INSS. Já usou serviços do INSS
SCAS É sócio de alguma: Cooperativa, Associação ou Sindicato
Melhoria Há alguma melhoria ocorrida para o trabalhador que cultiva banana nos últimos anos

MT Pretende mudar de trabalho/ocupação
+MCB Há um aumento do número de máquinas sendo empregadas na colheita da banana, como isso é visto
RHxM Como é a relação homem/mulher na divisão do trabalho no campo

FONTE: Pesquisa de campo, 2017
Elaboração e Organização: CASTRO, 2018

Dos 30 trabalhadores entrevistados 15 informaram que as empresas recolhem o INSS, os outros 15 trabalham para pequenos produtores sem carteira assinada, portanto não há recolhimento do INSS. Ninguém havia feito uso desse benefício e todos afirmaram que não são sócios de cooperativa, associação ou sindicato. Sobre haver alguma melhoria ocorrida para o trabalhador que cultiva banana nos últimos anos, todos afirmaram que desconhecem.

Apenas um funcionário afirmou que pretende deixar de trabalhar na Unidade de Produção Sítio Paraíso Verde Fruticultura LTDA-ME. Ele disse que já trabalha lá desde 2009 e pretende trabalhar por conta própria na agricultura, em pelo menos uma tarefa de terra (medida agrária constituída por terras destinadas ao plantio. No CE equivale a 3.630m², em AL e em SE a 3.052m² e na Bahia a 4.356m²) plantando banana desde que ele fosse o dono.

Todos afirmaram que a relação entre os colegas na divisão das tarefas do trabalho é boa. Sobre a relação homem/mulher na divisão do trabalho no campo, esta não há, já que não existe a contratação de mulheres para trabalhar no plantio da banana. Há presença das mulheres no circuito espacial produtivo da banana em Missão Velha, nas funções desempenhadas dentro dos escritórios, tais como venda, controle de estoque e limpeza, de acordo com o nível de estudo.

Pouco mais de 37 anos de pesquisa realizadas por Rossini (2016), na macro área de Ribeirão Preto, propiciou a elaboração de um questionário, como ferramenta de análise, que desse conta da realidade das famílias diretamente ligadas a produção agrícola.

Dessa forma foi possível fazer uso dessa ferramenta de análise e entrevistar 30 famílias de agricultores que estão exclusivamente na produção de banana em Missão Velha – CE.

Tabela Nº 24 Missão Velha – CE: Número de salários por família coletado a partir do trabalho de campo – 2017

	Até 1 salário	**acima de 1 e menos de 2 salários**	**2 salários**	**Total**
Número de famílias	20	8	2	30
Número de pessoas	72	33	12	117
Quantidade de pessoas que trabalham	20	16	4	40
Quantidade de pessoas que trabalham por família	1	2	2	------

FONTE: Pesquisa de campo, 2017
Elaboração e Organização: CASTRO, 2018

A tabela nº 24 (Missão Velha – CE: Número de salários por família coletado a partir do trabalho de campo – 2017) mostra que 66,66% das famílias entrevistadas recebem apenas 1 salário mínimo, 26,66% recebem entre 1 e 2 salários, apenas 6,68% recebem 2 salários. A pesquisa de campo possibilitou identificar que as famílias que recebem um salário, tem apenas uma pessoa trabalhando. Para as famílias com renda acima de 1 salário existem mais duas pessoas trabalhando na família, nesse caso, a mulher.

Sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho, especificamente as mulheres que compõe as famílias dos agricultores que trabalham no plantio de banana em Missão Velha, elas trabalham como domésticas, sem carteira assinada, e recebem valores inferiores ao que regulamenta a Lei Complementar 150, que dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico.

Tabela 25 – Missão Velha – CE: Número de pessoas por família coletado a partir do trabalho de campo – 2017

Até 3 pessoas na família		**de 4 a 5 pessoas na família**		**de 6 a 7 pessoas na família**		**Total de pessoas**	**Total de Famílias**
Nº Total	(%)	Nº Total	(%)	Nº Total	(%)		
11	36,66%	16	53,33%	3	10,01%	117	30

FONTE: Pesquisa de campo, 2017
Elaboração e Organização: CASTRO, 2018

Averiguar as condições de vida das 30 famílias que fazem parte dessa pesquisa não consiste apenas em quantificar o número de pessoas que formam as famílias e a quantidade de salários que elas recebem. Como coloca Rossini: “Existe um conjunto de atividades que interferem na qualidade de vida, na manutenção e reprodução da força de trabalho.” (ROSSINI, 2016, p.25)

As famílias que fizeram parte do universo da pesquisa possuem residência própria por esse motivo não há gastos com aluguel, nenhuma das famílias afirmou que recebia ajuda do governo.

Em 66,67% das famílias apenas o patriarca trabalha no cultivo de bananas os 33,33% do restante das famílias a mulher trabalha fora de casa para complementar a renda familiar.

A análise da pesquisa de campo possibilitou que agrupássemos as famílias por quantidade de pessoas residentes na mesma casa (conforme mostra a tabela 25). Dessa forma 36,66% das famílias têm em sua composição até 3 pessoas morando na mesma casa, 53,33% são formadas por 4 ou 5 pessoas e apenas 10% é composto de 6 a 7 familiares. Destacamos a seguir situações em que há mais de uma pessoa trabalhando na família.

O senhor Edival, 51 anos, é desquitado e ficou com a guarda do filho, Maria 40 anos não mora com ele, não recebe pensão e não o ajuda financeiramente (ambos são analfabetos), em sua casa residem: seu único filho, 25 anos, a nora 17 anos (ambos têm Ensino Fundamental incompleto, pois desistiram no 6º ano por causa da gravidez não programada) e um neto com 1 ano de idade. Juntos, eles formam a quarta Família 12. O patriarca trabalha como agricultor na empresa Sítio Paraíso Verde Fruticultura LTDA-ME e recebe salário no valor de R$ 937,00 que, somado aos R$ 700,00 que seu filho recebe por trabalhar, sem carteira assinada, em um mercantil no centro da cidade de Barbalha, totalizam R$ 1.637,00.

Constituída por sete pessoas: o patriarca, 45 anos, sua esposa de 42 anos e cinco filhos com 7, 10, 13, 15 e 18 anos de idade. Os pais e as duas filhas mais novas não têm o Ensino Fundamental completo, já a filha mais velha está cursando o ensino médio, os meninos de 10 e 13 anos de idade apenas estudam. A função desempenhada pelo patriarca da família é de trabalhador agrícola com carteira assinada pela empresa Sítio Barreiras Fruticultura LTDA, recebendo salário no valor de R$ 937,00 que somadas ao valor que a esposa e a filha mais velha recebem por trabalharem como diaristas sem carteira assinada, R$ 500,00 cada uma, totalizam R$ 1.937,00. Eles afirmaram que gastam

aproximadamente 77,40% do que recebem com alimentação, água, luz e algumas prestações referentes a roupas.

O casal Horácio e Maira, 55 e 46 anos de idade respectivamente, ambos analfabetos, tiveram três filhos do sexo masculino que ao completarem 18 anos foram para São Paulo atrás de melhores condições de vida e onde constituíram família. Até onde o casal sabe eles saíram de Barbalha apenas com o Ensino Fundamental completo. O senhor Horácio exerce a função de trabalhador agrícola com carteira assinada na empresa Sítio Barreiras Fruticultura LTDA, recebendo salário no valor de R$ 937,00 que somadas ao valor de R$ 600,00 que a esposa por desempenhar a função de doméstica sem carteira assinada, totalizam R$ 1.537,00. Eles comprometem 63% da soma dos salários com alimentação, água, luz.

O senhor José e a senhora Maria ambos com 48 anos de idade e Ensino Fundamental incompleto, têm três filhas com 15, 21 e 26 anos. As duas mais velhas completaram o Ensino Médio, a mais nova está cursando o Ensino Médio. Apenas o pai e a filha do meio trabalham, recebendo cada um R$ 937,00. Ele trabalha como agricultor na empresa Sítio Paraíso Verde Fruticultura LTDA-ME e a filha com 21 anos trabalha como doméstica com carteira assinada na cidade de Barbalha. Quando somados os salários totalizam R$ 1.874,00 os quais gastam aproximadamente 72% com alimentação, água, luz e algumas prestações referentes a roupas e móveis.

A qualidade de vida das famílias não depende unicamente do valor dos salários que recebem, mas também de outras fontes de renda como os programas de assistência do Governo Federal e dos serviços públicos. Sobre esses fatores Rossini coloca que:

> Não há dúvida, como já frisamos, de que o salário ou outras fonte de renda pesam substancialmente, mas há outros recursos monetários que, combinados com as rendas, contribuem para a determinação da qualidade de vida da família: serviços públicos e sociais; produção doméstica de bens e serviços; e uso das relações sociais informais com parentes, vizinhos e amigos, com os quais se estabelece uma rede de ajuda mútua. (ROSSINI, 2016, p.26)

De outro modo, além dos recursos monetários, é importante considerar não só a qualidade dos serviços públicos, mas também a produção de bens e serviços dentro do lar dessas famílias, tais como: a costura das próprias roupas, pequenas reformas realizadas pelos próprios familiares, venda de doces, picolés ou qualquer outro tipo de alimento e qualquer trabalho desempenhado pela família, além das horas dedicadas no plantio de bananas. Rossini menciona ainda as “relações sociais informais” (ROSSINI, 2016, p.26),

caracterizadas na doação, seja de serviço, dinheiro ou bens. Dessa forma se tem firmado uma rede de ajuda mútua.

Esse fato se mostrou muito comum entre as famílias entrevistadas, tanto na questão dos serviços como na origem de alguns bens, que não foram comprados pelos familiares e sim doados por amigos ou familiares em condições melhores de vida.

Juazeiro do Norte é o centro escolhido pelas famílias dos trabalhadores da produção de bananas em Missão Velha para realizarem suas compras, já quase a metade dos bens adquiridos pelas famílias foram comprados em Juazeiro do Norte.

Tabela 26 – Levantamento de bens adquiridos pelas famílias

Bens	Nº de Famílias	Cidade onde comprou	Ano de aquisição	Pagamento à vista ou à prestação
Moto	19	(11) Juazeiro do Norte (5) Missão Velha (3) Barbalha	Entre 2010 e 2017	(5) à vista (14) parcelado
Bicicleta	11	(11) Missão Velha	Entre 2010 e 2014	(11) à vista
Televisão	30	(1) Missão Velha (22) Juazeiro do Norte (7) Barbalha	Entre 2010 e 2017	(8) à vista (22) parcelado
Fogão a gás	30	(3) Missão Velha (17) Juazeiro do Norte (10) Barbalha	Entre 2010 e 2017	(3) à vista (27) parcelado
Geladeira	30	(18) Juazeiro do Norte (12) Barbalha	Entre 2004 e 2017	(2) à vista (28) parcelado
Liquidificador	28	(6) Missão Velha (11) Juazeiro do Norte (11) Barbalha	Entre 2010 e 2017	(3) à vista (25) parcelado
Celular	23	(1) Missão Velha (13) Juazeiro do Norte (9) Barbalha	Entre 2010 e 2017	(1) à vista (22) parcelado

Antena parabólica	19	(19) Barbalha	Entre 2010 e 2015	(9) à vista (10) parcelado
Rádio elétrico	2	(2) Missão Velha	2010 e 2011	(2) à vista
Aparelho de som	7	(2) Missão Velha (1) São Paulo (4) Juazeiro do Norte	Entre 2010 e 2017	(2) à vista (5) parcelado
DVD ou Blue Ray	17	(4) Missão Velha (9) Juazeiro do Norte (4) Barbalha	Entre 2010 e 2017	(4) à vista (13) parcelado
Máquina de lavar	2	(2) Missão Velha	Em 2012 e 2017	(2) à vista
Máquina de costura	1	(1) Juazeiro do Norte	2014	(1) à vista

FONTE: Pesquisa de campo, 2017
Elaboração e Organização: CASTRO, 2018

A tabela 26 (Levantamento de bens adquiridos pelas famílias) possibilita visão do nível de consumo das famílias entrevistadas. Pode-se afirmar que todas as famílias possuem em comum os seguintes bens: televisão, geladeira e fogão a gás e que nenhuma possui automóvel.

Do universo de 30 famílias entrevistadas pode-se afirmar que 63,34% possuem moto as quais foram compradas 11 em Juazeiro do Norte, 5 em Missão Velha e 3 em Barbalha. Desse total 73,69% foram compradas de forma parcelada e os outros 26,31% à vista. Onze famílias possuem bicicleta, todas compradas à vista, em Missão Velha. Apenas duas famílias não possuem liquidificador, das 28 famílias restantes 11 compraram esse eletrodoméstico em Juazeiro do Norte, 11 em Barbalha e 6 em Missão Velha. 89,29% dos liquidificadores foram comprados como forma de pagamento parcelado.

O aparelho celular está presente em 23 famílias, representando 90% do total entrevistado, apenas uma família comprou o aparelho celular à vista, as outras compraram de forma parcelada, sendo 1 em Missão Velha, 13 em Juazeiro do Norte e 9 em Barbalha. Apenas 2 famílias possuem máquina de lavar e rádio elétrico, todos pagos à vista e adquiridos na cidade de Missão Velha.

Só uma família possui máquina de costura. Esta é utilizada apenas para conserto de roupas da família, não há uso da máquina como ferramenta de trabalho para complementar o salário da família. A máquina foi comprada em Juazeiro do Norte e foi paga à vista.

19 famílias possuem antena parabólica que foram compradas em Barbalha sendo 10 de forma parcelada e 9 à vista. 17 famílias possuem DVD e/ou Blue Ray foram comprados 4 em Missão Velha, 9 em Juazeiro do Norte e 4 em Barbalha. 76,48% foram pagos de forma parcelada.

Apenas 23,34% das famílias possuem aparelho de som. Foram comprados 2 em Missão Velha, 1 em São Paulo e 4 em Juazeiro do Norte. Cinco foram pagos de forma parcelada e 2 à vista.

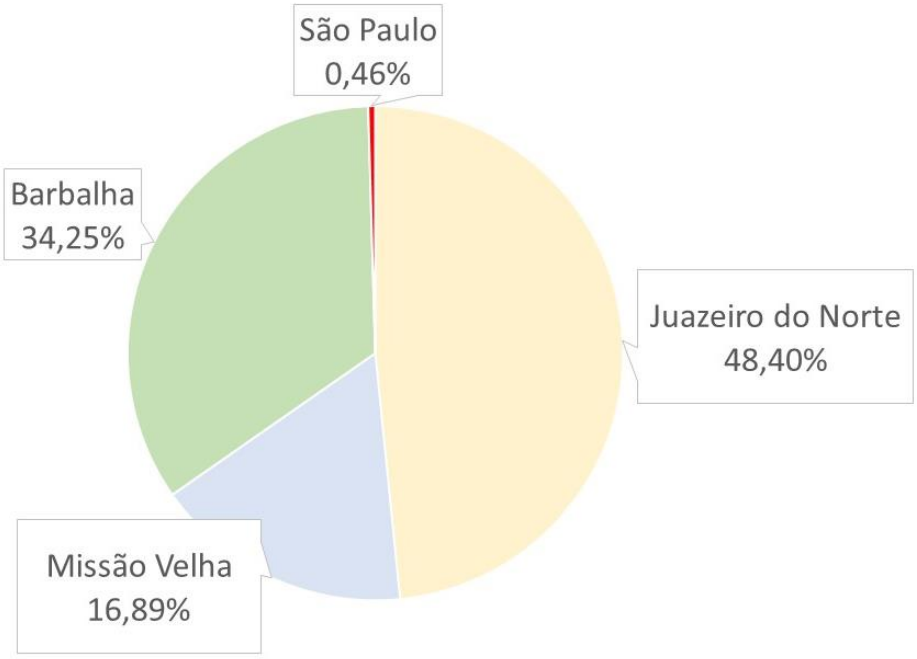


Gráfico 9 – Cidade onde comprou o bem

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo, 2017
Organização: CASTRO, 2018

O gráfico 9 foi elaborado com o intuito de tentar mostrar como as famílias dos trabalhadores agrícolas rurais ou não – que participaram da pesquisa – mantêm suas relações de consumo ao adquirir os bens relacionados na Tabela nº 26 (Levantamento de bens adquiridos pelas famílias). Para isso, saber se compraram pela internet, ou nas cidades próximas onde moram, evidenciará até que ponto essas famílias estão inseridas através dos processos de verticalidade e horizontalidade no circuito espacial produtivo da banana que acontece em Missão Velha – Ceará.

Fundamental para compreensão das relações sociais no processo de produção do espaço estão as atividades econômicas. Com esse objetivo analisá-las tendo por base a concepção do espaço "capaz de ser descrito como um sistema de objetos animados por um sistema de ações" (SANTOS, 2014, p.283-284), torna-se a categoria de analise a ser aplicada.

Frente ao exposto pode-se observar que, dos 219 bens comprados pelas 30 famílias 16,89% foram adquiridos em Missão Velha, 34,25% em Barbalha, 48,40% em Juazeiro do Norte e apenas 0,46% foram comprados em São Paulo. Pode-se observar que aproximadamente a metade dos bens adquiridos foram de Juazeiro do Norte, essa preferência justifica-se pelo fato dessa cidade abrigar em seu comércio o maior número de lojas varejista do Centro Sul do estado do Ceará.

Tabela 27 – Relação entre atividade, escolaridade, local de compra e local em que reside

Atividade desempenada	Nível escolar	Local de compra	Local em que reside
Agricultor	Fundamental incompleto	Missão Velha Barbalha São Paulo*	Missão Velha Barbalha Juazeiro do Norte

*Nesse caso o agricultor morava em São Paulo quando realizou a compra dos equipamentos domésticos.

FONTE: Pesquisa de campo, 2017
Elaboração e Organização: CASTRO, 2018

A tabela 27 mostra a relação entre o local de compra, atividade desempenhada e local em que reside.

Nas unidades de Produção tanto do Sítio Barreiras Fruticultura LTDA, quanto do Sítio Paraíso Verde Fruticultura LTDA-ME a função de agricultor é ocupada por pessoas que não possuem Ensino Fundamental completo. Esses trabalhadores têm residência fixa nas zonas rurais de Missão Velha e Barbalha e realizaram as compras dos equipamentos domésticos (relacionados na Tabela nº 26 – Levantamento de bens adquiridos pelas famílias) nos próprios municípios, com a exceção de uma família que, residia em São Paulo e lá comprou bens e posteriormente decidiu retornar para Missão Velha.

Diante desse quadro pode se afirmar que embora essas famílias participem do processo produtivo impulsionado pela modernização, sobretudo no setor agrícola, esses trabalhadores e seus familiares estão excluídos dos locais onde se pode conseguir melhores preços para aquisição de utensílios domésticos, como exemplo a internet. Quem tem acesso a esse tipo de compra são os trabalhadores agrícolas dessas duas empresas que

desempenham funções diferentes, tais quais: técnico agrícola, contador, engenheiro agrônomo e gerente de vendas ou de produção.

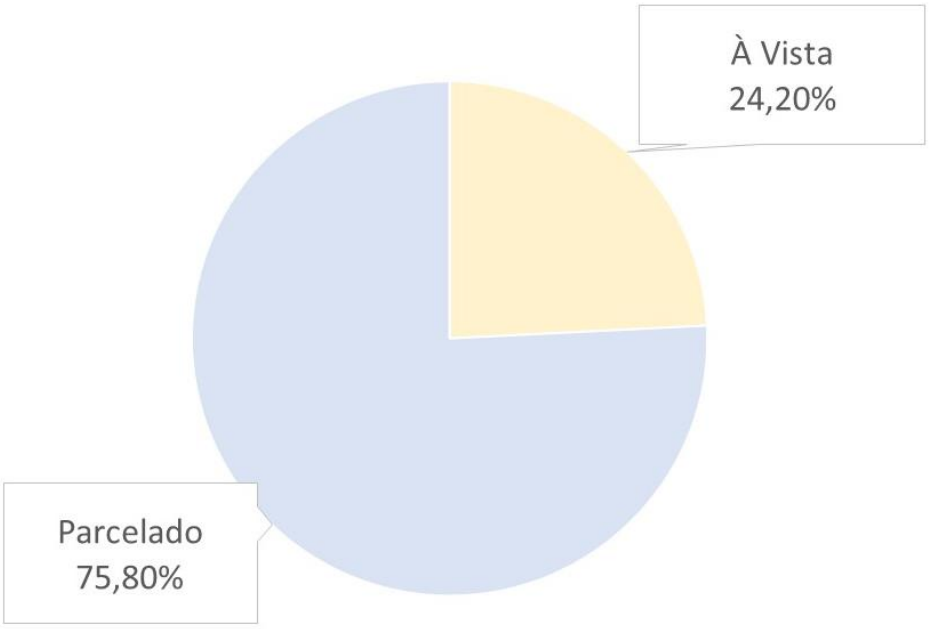


Gráfico 10 – Formas de pagamento dos bens adquiridos

FONTE: Pesquisa de campo, 2017
Elaboração e Organização: CASTRO, 2018

Outro fator considerado ao interpretar as respostas oriundas dos questionários aplicados às famílias dos trabalhadores agrícolas foi a forma de pagamento que eles utilizaram ao adquirir os bens. O gráfico nº 10 mostra que 75,80% das famílias comprometeram parte do salário com as prestações referentes à compra dos bens, sem falar de outros gastos necessários como, feira, água, luz, roupas, transporte e saúde. Já 24,20% optaram por efetuar a compra à vista. Nesse sentido, há planejamento por parte dessas famílias ao se programarem para adquirir bens.

De acordo com Contel (2009) o acesso ao credito é algo que se instalou de forma global, imprimindo "uma racionalidade vertical, eminentemente financeira" (CONTEL 2009, p.131). Logo, as famílias que moram em Missão Velha e estão ligadas ao circuito espacial produtivo da banana quando fazem uso do crédito e passam a comprar de forma parcelada alguns bens, estão se inserindo no mercado global através do consumo. Contel

(2009) afirma que esse comportamento de contrair dívidas faz com que ocorra a substituição dos tempos locais e regionais pelos tempos nacionais e globais.

3.4 – Agronegócio e Desigualdades Socioespaciais

Para analisar as dinâmicas sócioespaciais presentes no circuito espacial produtivo da banana em Missão Velha – Ceará, faz-se oportuno abordar sob a perspectiva das Regiões Produtivas do Agronegócio, entendidas a partir da produção agropecuária consideradas no contexto do mercado globalizado (ELAIS, 2013), no qual o objetivo, além da maximização do lucro, é atender as necessidades de consumo alheios ao local onde produza, ou seja, necessidades que surgem em localidades distantes dos centros de produção.

É nesse contexto que áreas antes consideradas sem valor econômico, como Missão Velha, no interior do estado do Ceará, são inseridas no circuito espacial produtivo (SANTOS, 2012), no caso dessa pesquisa o circuito espacial produtivo da banana.

Nesse processo de produção do espaço no qual o ser humano mantém relações econômicas, submissas ao interesse do capital (ROSSINI, 2017) cujo objetivo reside na maximização do lucro, Santos (2012) afirma que tal modo de produção passa a gerar desigualdades sócioespaciais impressas na condição de vida dos agricultores que nessas áreas já residiam, buscando subsistência fora dos padrões impostos pelo circuito espacial produtivo da banana no contexto globalizado.

De forma oportuna o Grupo de Trabalho nomeado de Regiões do Agronegócio, Novas Relações Campo-Cidade e Reestruturação Urbana, formado por Castillo, Elias, Peixinho, Bühler, Pequeno e Frederico no XI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografa – ANPEGE contribuíram com o aprofundamento de vários temas pertinentes ao agronegócio, entre eles a temática das desigualdades sócioespaciais:

> As desigualdades sócioespaciais, por sua vez, são heranças espaciais dialeticamente recriadas nas RPAs, e se expressam tanto no campo quanto nas cidades. Nestas, a acentuada segregação urbana define, por um lado, os espaços ocupados pelas classes sociais mais abastadas e pelas empresas, atendidos por infraestruturas e serviços de alta qualidade e, por outro, os espaços pouco assistidos pelo poder público local, onde habitam os mais pobres, tanto aqueles vinculados às empresas do circuito superior, quanto aqueles que se filiam ao circuito inferior da economia urbana. No campo, os pequenos agricultores à margem da acumulação ampliada do capital do agronegócio são expulsos de suas terras ou resistem a duras penas, por conta própria ou com a ajuda ínfima

> de órgãos públicos. Por sua vez, produtores médios equipados podem se manter graças à diversificação das suas atividades, prestando serviços para as agriculturas empresariais, tais como plantio, colheita, etc (CASTILLO et al, 2016, p.270).

As desigualdades sócioespaciais ocorrem tanto na cidade quanto no campo e surgem como resultado da ampliação da acumulação de capital através das dinâmicas econômicas praticadas dentro do agronegócio globalizado.

Foi através da pesquisa de campo que encontramos situações como a do senhor Argemiro. Típico trabalhador agrícola rural, homem que desde criança (aos sete anos de idade) já trabalhava com seu pai na roça. Por não haver em sua juventude a possibilidade de estudar ou nenhuma assistência de alguma política pública que lhe assegurasse melhor condição de vida, cresceu, casou e constituiu família, sempre dependendo das atividades agrícolas. Sua esposa Dona Josefa, assim como o marido, não frequentou a escola, restando-lhe os ofícios de dona de casa e agricultora. Juntos tornaram-se pais de sete filhos, dos quais apenas quatro sobreviveram. Esses em busca de melhores condições de vida, viajaram para o Sudeste e Centro-Oeste do país para trabalhar na lavoura. Apenas o filho mais velho casou e deixou a esposa e dois filhos aos cuidados do senhor Argemiro e da dona Josefa.

Com a instalação das empresas produtoras de bananas e a expectativa de aumento de lucro com a substituição da policultura pela monocultura da banana, algumas áreas tiveram de ser readequadas a esse novo modo de produção. Alguns proprietários substituíram os plantios de feijão, mandioca e amendoim por bananas, outros tiveram de ser desapropriados e indenizados, em nome do progresso, para possibilitar a construção do Cinturão das Águas do Ceará – CAC.

Mas como se indeniza uma família que nunca possuiu terras? Não há como. Segundo o senhor Argemiro o proprietário da terra em que ele produzia sempre se mostrou disposto a arrendar algumas tarefas de terra para sua família e outras, até o dia em que surgiu a notícia de que o governo do Ceará ia construir um canal que transportaria água do rio São Francisco e parte desse canal passaria por essas terras.

Antes do proprietário das terras ser indenizado ele resolveu não renovar o acordo verbal de arrendamento da terra, forçando seus arrendatários a deixarem as terras. Assim como o senhor Argemiro e dona Josefa outras cinco famílias foram obrigadas a abandonar as terras em que produziam, por causa dos rumores da construção do Cinturão das Águas do Ceará – CAC, que transportará as águas do rio São Francisco.

O senhor Argemiro mudou-se com sua família: esposa, nora e um casal de netos. Ele foi para zona rural da cidade de Potengi, distante 116 quilômetros da zona rural de Missão Velha. A família do senhor Argemiro foi obrigada a se afastar do modo de produção globalizado e prosseguir sua vida sem a posse de terra alguma, forçado a vender sua força de trabalho para outro senhor proprietário de terras.

A terra na qual essas seis famílias produziam ficou parada por dois anos, quem nos informou foi o senhor Joaquim, dono de pouco mais que duas tarefas[21] de terra que herdou do pai. Quando estávamos entrevistando o senhor Joaquim tivemos a oportunidade de conversar com o senhor Argemiro que na oportunidade estava visitando o antigo vizinho para pegar os poucos objetos que havia deixado sob a guarda do senhor Joaquim. Quanto ao paradeiro das outras cinco famílias eles não souberam me informar.

As terras do senhor Joaquim estão localizadas entre as áreas destinadas ao plantio de bananas e parte da área que margeia o Cinturão das Águas do Ceará – CAC. O senhor Joaquim é um dos poucos que optou por deixar de plantar feijão, mandioca, amendoim e algumas hortaliças para plantar bananas. Todavia ele conta com um sobrinho que depois de aprender a técnica do plantio de banana passou a produzir essa fruta e a vender localmente. Segundo ele, seu sobrinho foi funcionário da empresa Sítio Barreiras Fruticultura LTDA e pediu demissão para trabalhar na própria terra.

Dentro do circuito espacial produtivo da banana seu Joaquim vive com o que consegue produzir nas suas terras, ele afirma que chegou a receber em 2017 as cinco parcelas do Garantia-Safra. Santos (2012) já havia alertado sobre os malefícios que esse novo modo de produção pode causar ao ser inserido em novas áreas.

Assim como os familiares dos agricultores Joaquim e Argemiro, muitas outras famílias tiveram sua condição de vida modificado por causa da substituição da policultura do milho, feijão, amendoim e mandioca pela monocultura da banana. Essas famílias foram forçadas a deixar as terras onde produziam porque o dono da terra as havia vendido para o governo do estado do Ceará, que as usou para construir o Cinturão das Águas do Ceará – CAC.

Considerando a formação espacial a partir da relação indissociável entre o sistema de objetos e o sistema de ações (SANTOS, 2014), pode-se afirmar que as desigualdades sócioespaciais observadas dentro do circuito espacial produtivo da banana

[21] De acordo com a Tabela de Medidas Agraria Não Decimal disponível no site do Ministério da Agricultura o uso da medida agrária nomeada por tarefa equivale no estado do Ceará a exatamente 3.630m^2 ou 0,36 hectares. Esse valor de média é diferente em outras Unidades da Federação Brasileira.

que ocorre em Missão Velha, não estão limitadas apenas a esse município. Basta verificar os relatos de agricultores do Baixio das Palmeiras na zona rural Crato – Ceará que ganharam voz na pesquisa de Nobre (2017) ou dos diretamente atingidos em Cabrobó – Pernambuco pela construção do canal de transposição do Rio São Francisco na pesquisa de Assis Santos (2016) e ainda nos problemas verificados com o projeto das grandes obras hídricas no estado do Ceará na pesquisa de Brito (2016).

Como já levantado nessa pesquisa, além da construção do Cinturão das Águas do Ceará – CAC, duplicação da CE – 292 e a construção da CE – 293 há o conjunto de ações que o estado do Ceará vem realizando com o desenvolvimento de políticas que privilegiam os interesses de empresas. O foco dessas ações é o crescimento econômico do setor industrial, agroindustrial e do agronegócio e nesse contexto a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE assume papel de destaque.

No circuito espacial produtivo da banana em Missão Velha – CE a reestruturação da cidade impulsionada pelas ações do Estado (submissa ao Capital), através da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE promove modernização na infraestrutura do estado com reforma de rodovias, construção de novas estradas, barragens, canais e instalação de adutoras, além de legitimar financiamento e/ou isenção fiscal parcial ou total para empresas, agrava as desigualdades socioespaciais (PEQUENO;ELIAS, 2015).

Para Elias (2013) tanto o campo quanto a cidade vêm sofrendo modificações ditadas pelos interesses do Capital, e ao mesmo tempo em que há "descentralização espacial em uma série de atividades", recorrentes no circuito espacial produtivo da banana, surgem "processos crescentes de centralização e concentração de riqueza" (ELIAS, 2013 p.217).

Ainda em sua análise, Denise Elias acrescenta que ao mesmo tempo o consumo de bens materiais e imateriais ocorre de forma rápida e complexa causando agravamento das desigualdades sócioespaciais. (ELIAS, 2013)

Além da privação de se manter como agricultor independente, imposto por esse novo modo de produção ditado pela produção globalizada, o agricultor perde com o aumento do custo de vida refletido sobretudo na especulação imobiliária.

Como reflexo da introdução do circuito espacial produtivo da banana ocorreu a valorização das terras tanto na zona rural quanto na zona urbana de Missão Velha – CE e aliados ao novo modo de produção praticado pelas empresas Sítio Paraíso Verde

Fruticultura LTDA-ME e Sítio Barreiras Fruticultura LTDA, deixaram o agricultor sem condições de competitividade.

Diante do exposto o agricultor é obrigado a se desfazer de suas terras, por não ter como mantê-las. Essas terras são incorporadas ao circuito espacial produtivo da banana por produtores com melhores condições de competitividade ou por uma das duas empresas que atuam nessas áreas de produção em Missão Velha.

Enquanto para o agricultor a inserção de Missão Velha – CE no circuito espacial produtivo da banana significou mudança para pior. Para os produtores autônomos[22], bem como para empresários de destaque da região metropolitana do Cariri, significou melhores possibilidades de lucro.

Outro fator que merece destaque é a chegada das grandes corporações empresariais que se instalaram em Juazeiro do Norte – CE, grandes centros atacadistas de vendas de gêneros alimentícios, produtos de higiene e limpeza além de utensílios domésticos: Hiper Bom Preço, Max Atacado (que pertencem ao grupo Wallmart), Assai Atacadista (pertence ao grupo Pão de Açúcar) e Carrefour Atacadão.

Esses grandes centros de distribuição causaram impacto negativo nos pequenos estabelecimentos comerciais (mercearias e bodegas[23]), que tiveram suas vendas reduzidas. Esse processo socioeconômico impactou diretamente na condição de vida do agricultor, que era seu principal fornecedor. Por consequência, o agricultor não tem outra solução senão vender sua força de trabalho para as empresas do agronegócio, tornando-se o que Denise Elias identificou como trabalhador agrícola não residentes na área rural (ELIAS, 2003).

Um outro problema enfrentado pelo trabalhador agrícola não residentes na área rural é a moradia. Com o déficit habitacional a primeira iniciativa do Governo Federal foi realizada na década de 60 com a criação do Banco Nacional de Habitação – BNH, que além da construção de casas para pessoas de baixa renda[24] passou a atuar na construção de malha viária, eletrificação e saneamento básico (ELIAS, 2003).

---

[22] Os produtores autônomos em Missão Velha são formadas por proprietários de terras com melhores condições de competitividade. Em sua maioria eles são formados por advogados, médicos, engenheiros, contadores e gerentes de rede de supermercados que decidiram investir o excedente do salário e/ou rendimentos excluisvamnte na produção de banana e contratam ex-funcionários do Sítio Barreiras e/ou Sítio Paraiso Verde, devido ao fato dos mesmos terem aprendido a técnica do cultivo de banana.

[23] Bodega é um pequeno armazém de secos e molhados onde são comercializados alimentos e bebidas alcoólicas.

[24] Até cinco salários mínimos.

Em março de 2009 o Governo Federal lançou o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, os municípios de Missão Velha, Barbalha e Juazeiro do Norte se inscreveram no programa. Como recurso metodológico proposto por Pequeno e Elias, (2010) para compreensão das dinâmicas socioespaciais pertinentes à produção de moradia analisaremos o atual programa de moradia do Governo Federal.

Entre os diferentes agentes produtores de espaço intraurbano Renato Pequeno e Denise Elias destacam três, entretanto deixemos que eles nos falem apenas do terceiro:

> [...] a cidade derivada das políticas públicas de desenvolvimento urbano e habitacional, com a produção de habitação de interesse social e a formulação dos processos de planejamento na qual o Estado sobressai como agente principal (PEQUENO: ELIAS, 2015, p.12).

Com a criação do Ministério das Cidades (em 2003) inicia-se a segunda política habitacional em escala nacional desde a criação do Banco Nacional de Habitação – BNH que durou de 1964 até 1986 (ELIAS, 2003). Mas foi em 2009 que o Governo Federal fez a maior investimento no setor habitacional com o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV (PEQUENO: ELIAS, 2015).

Os conjuntos de casas que foram construídas nos limites municipais, distantes das regiões centrais dos municípios de Juazeiro do Norte, Barbalha e Missão Velha surgem como resultado da política habitacional do Governo Federal para solucionar o problema do déficit habitacional.

São esses espaços de moradia que alguns trabalhadores agrícolas não rurais adquiriram. Tal informação foi coletada através da pesquisa de campo, que identificou situações em que agricultores resolveram mudar de cidade (em busca de melhores condições de subsistência) e outros que deixaram as terras arrendadas para morar na cidade e vender sua força de trabalho para as empresas que produzem banana em Missão Velha.

Na elaboração das tabelas nº 29, 30 e 31 foram coletados os indicadores do Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV, disponíveis na Plataforma de Gestão de Indicadores – PGI do Ministério das Cidades do Governo Federal. A Faixa 1 atende as famílias com renda até R$ 1.800,00. Nesse caso Governo Federal poderá pagar até 90% do valor do imóvel. A famílias interessadas terão prazo de no máximo 10 anos para pagar o financiamento. As parcelas mensais serão menores do que 10% da renda bruta familiar, variando entre R$ 80,00 e R$ 270,00. Para se inscreverem as famílias devem procurar a

Prefeitura da cidade em que moram. A Faixa 2 compreende as famílias com renda até R$ 4.000,00. A Faixa 3 agrupa famílias com renda até R$ 9.000,00.

No início de 2017 o Governo Federal modificou as regras para o Programa MCMV. Uma dessas regras inclui o surgimento da Faixa 1,5 para famílias com renda bruta até R$ 2.600,00, entretanto os dados referentes a faixa 1,5 não foram contabilizados já que os dados disponíveis são do período de 2009 a 2014 e essas novas regras surgiram em 2017.

As famílias das Faixas 2 e 3 para se inscreverem precisam apenas procurar a Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil em vez de procurar a prefeitura. Algumas construtoras ou imobiliárias facilitam o cadastramento para famílias que se enquadram nas faixas 2 e 3. Nas faixas 2 e 3 o comprador também tem até 30 anos para pagar. Mas pode escolher entre um imóvel novo; na planta; comprar um terreno e construir sua casa; ou ainda construir em um terreno que já é seu, sempre nos padrões do MCMV.

Tabela 28 – Unidades de casas do PMCMV em Missão Velha – CE entre 2010 e 2014

ANO	CASAS CONTRATADAS	CASAS ENNTREGUES	FAIXA 1	FAIXA 2	FAIXA 3
2010	10	10	----	10	----
2011	16	16	----	16	----
2012	107	64	86	21	----
2013	122	68	101	20	1
2014	149	72	101	46	2

Fonte: PGI\MCIDADES. Disponível em < http://pgi.gov.br/pgi/>, acessado em 27/02/2018
Organização: CASTRO, 2018

A tabela nº28 (Unidades de casas do PMCMV em Missão Velha – CE entre 2010 e 2014) mostra o número de casas contratadas através do Programa MCMV para o município de Missão Velha – CE, que iniciou em 2010 com a construção e entrega de 10 casas, em 2011 foram construídas e entregues 16 casas, todas para atender a famílias da Faixa 2.

A partir de 2012 até 2014 o Programa MCMV em Missão Velha – CE atendeu a famílias das Faixas 1, 2 e 3, tendo construído em 2012, 86 casas para atender as famílias da Faixa 1 e 21 casas para famílias da Faixa 2 totalizando 107, contudo só foram entregues 64 casas.

Em 2013 foram construídas 101 casas para famílias da Faixa 1, 20 casas para famílias da Faixa 2 e 1 casa para Faixa 3, nesse ano 68 casas entregues. Para o ano de

2014 foram construídas 101 casas para famílias da Faixa 1, 46 casas para famílias da Faixa 2 e 2 casas para famílias da Faixa 3.

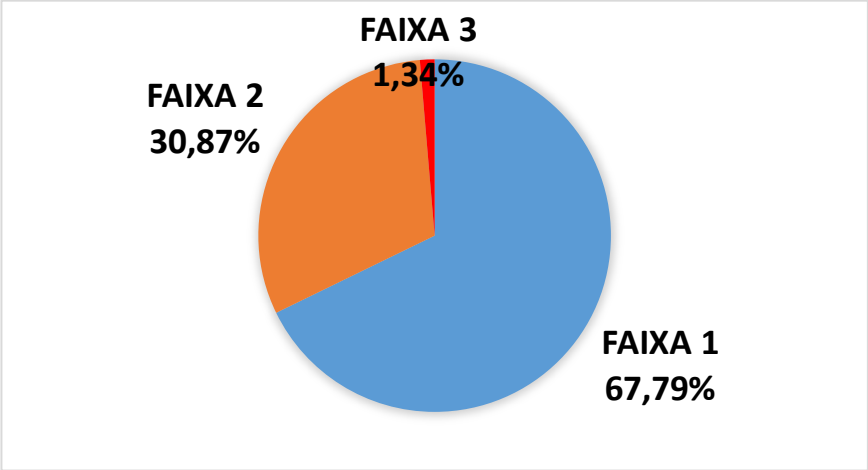


Gráfico 11 –Famílias contempladas no PMCMV em Missão Velha até 2014 segundo faixa de renda

Fonte: PGI\MCIDADES. Disponível em < http://pgi.gov.br/pgi/>, acessado em 27/02/2018
Organização: CASTRO, 2018

Como pode ser observado mais da metade das famílias contempladas com o Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV em Missão Velha são famílias com renda bruta até R$ 1.800,00 que apresentam déficit de moradia.

A introdução do novo modo de produção imposto pelo circuito espacial produtivo da banana agrava as desigualdades socioespaciais, sendo um desses problemas a moradia.

Tabela 29 – Unidades de casas do PMCMV em Barbalha– CE entre 2009 e 2014

ANO	CASAS CONTRATADAS	CASAS ENNTREGUES	FAIXA 1	FAIXA 2	FAIXA 3
2009	11	----	10	1	----
2010	55	55	----	52	3
2011	78	77	----	75	3
2012	101	101	----	94	7
2013	729	129	600	117	12
2014	791	186	600	180	11

Fonte: PGI\MCIDADES. Disponível em < http://pgi.gov.br/pgi/>, acessado em 27/02/2018
Organização: CASTRO, 2018

De acordo com a tabela 29 (Unidades de casas do PMCMV em Barbalha– CE entre 2009 e 2014) no ano de 2009 em Barbalha foram construídas 10 casas para atender a famílias da Faixa 1 e uma casa para família da Faixa 2. No ano seguinte foram construídas casas para famílias das Faixas 2 e 3 totalizando respectivamente 55 e 3 casas. Em 2011 foram atendidas as famílias das Faixas 2 e 3 com os totais na mesma ordem de: 75 e 3 casas. No ano de 2012 foram construídas 94 casas para Faixa 2 e 7 casas para Faixa 3.

Em 2014 foram contratados a construção de 600 casas para atender a Faixa 1, 180 casas para famílias da Faixa 2 e 11 para Faixa 3 mas, só foram entregues 186 casas no total. O percentual de famílias que se enquadra no perfil da Faixa 1 e que serão "contempladas" pelo Programa MCMV é de mais de 75%.

Tabela 30 – Unidades de casas do PMCMV em Juazeiro do Norte – CE entre 2009 e 2014

ANO	CASAS CONTRATADAS	CASAS ENNTREGUES	FAIXA 1	FAIXA 2	FAIXA 3
2009	127	----	----	124	3
2010	1.766	486	1.280	482	4
2011	2.200	919	1.280	909	11
2012	3.376	2.663	1.993	1.359	24
2013	3.791	3.078	1.994	1.736	61
2014	5.109	4.176	2.774	2.247	88

Fonte: PGI\MCIDADES. Disponível em < http://pgi.gov.br/pgi/>, acessado em 27/02/2018
Organização: CASTRO, 2018

A tabela 30 traz a realidade do município de Juazeiro do Norte – CE. Diferente de Barbalha que tem população estimada pelo IBGE em 59.811 em 2016 e Missão Velha com 35.409 em 2016 (também estimado pelo IBGE) Juazeiro do Norte é uma cidade com população de aproximadamente 270.283 habitantes, segundo estimativa do IBGE para o ano de 2017.

Em 2009 foram construídas 124 casas para atender as famílias que se enquadram na Faixa 2 do Programa Minha Casa Minha Vida e 3 casas para Faixa 3. No ano seguinte foi contratada a construção de 1.280 casas para famílias da Faixa 1, 482 para Faixa 2 e 4 casas para Faixa 3.

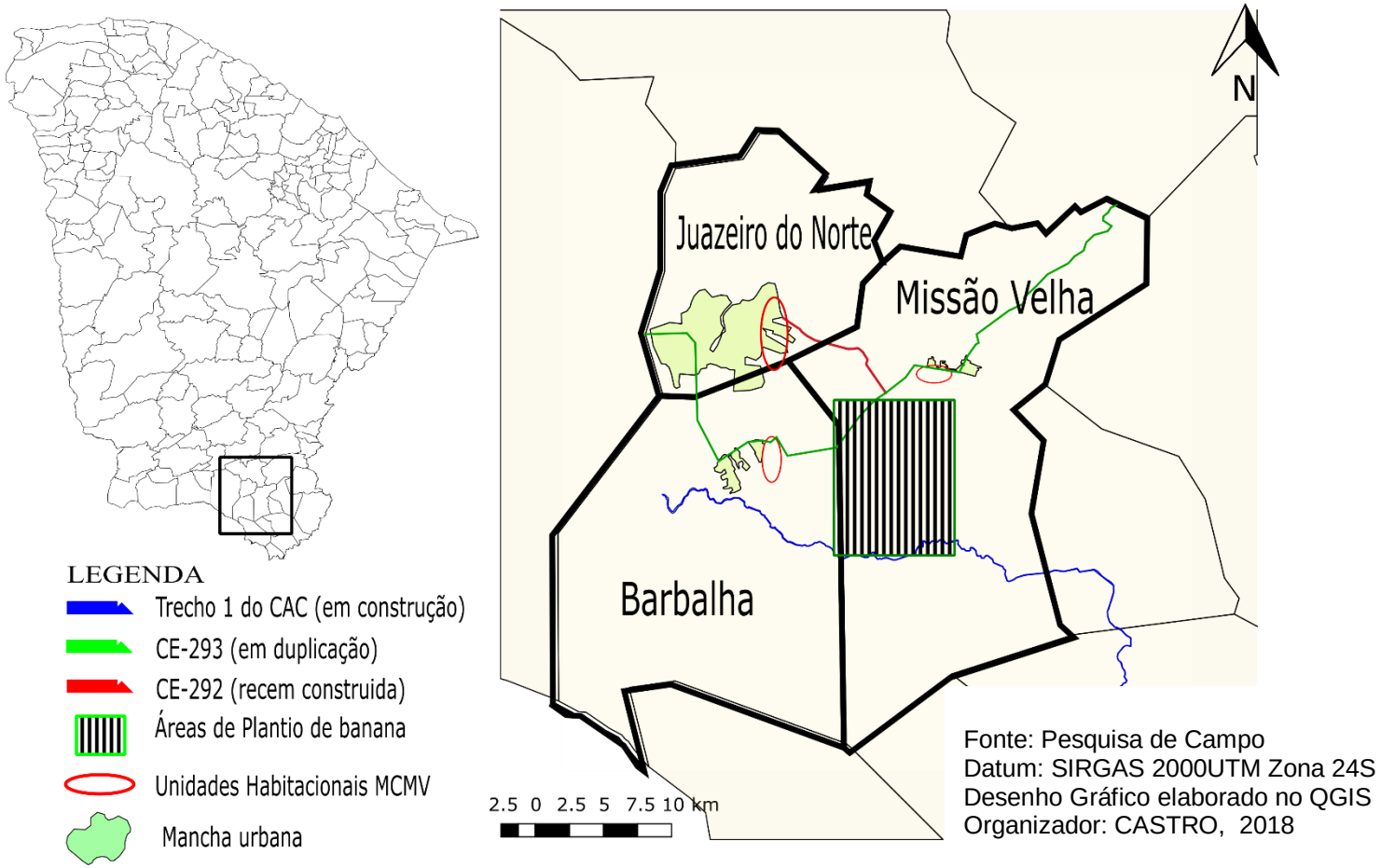
No ano de 2011 foram contratadas a construção de casas das Faixas 1, 2 e 3 nas quantidades de 1.280, 909 e 11 respectivamente. No ano seguinte as contratações de construção para as Faixas 1, 2 e 3 foram 1.993, 1.359 e 24 exatamente nessa ordem.

A contratação de construção de casas para 2013 foram 1.994, 1.736 e 61 para as Faixas 1,2 e 3 nessa ordem. No ano seguinte, as contratações contabilizaram 2.774, 2.247 e 88 para as Faixas 1, 2 e 3 respectivamente.

O levantamento elaborado a partir dos dados do Programa Minha Casa Minha Vida contratados pelos municípios cearenses de Juazeiro do Norte, Barbalha e Missão Velha no período de 2009 até 2014, são importantes para mostrar a questão da moradia das famílias que se enquadram na Faixa 1 do referido programa, pois segundo Elias (2013) as desigualdades socioespaciais passam pela problemática da moradia.

Com as transformações socioeconômicas impostas pelo circuito espacial produtivo da banana em Missão Velha, o surgimento da nova categoria de trabalhador: o trabalhador agrícola não rural (ELIAS, 2003; 2013) passa a ocupar esses espaços de moradia, no qual o agente da produção desse espaço é o Estado com suas políticas públicas de habitação (PEQUENO:ELIAS, 2015), fato esse detectado na pesquisa de campo.

MAPA 12 – Ceará: Área de plantio de Bananas e mancha urbana no triangulo Juazeiro do Norte, Barbalha e Missão Velha 2018



O mapa 10 mostra o processo de reestruturação no interior do estado do Ceará, no triangulo Missão Velha, Barbalha e Juazeiro do Norte. Nessa região destacam-se as áreas destinadas ao cultivo de banana, que estão localizadas entre as obras de construção do Canal das Águas do Ceará – CAC e a duplicação da CE-293, além da construção da CE-292 que liga o Aeroporto Regional do Cariri Orlando Bezerra de Menezes.

Os empreendimentos da Faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida dessas três cidades estão destacados no mapa. Essas Unidades Habitacionais foram construídas na periferia das zonas urbanas dos municípios referidos. Um fator visível no mapa 12 é a distância que as casas construídas através da política habitacional do Governo Federal tem em relação a área de plantio de banana.

3.5 – Transformações socioespaciais e econômicas: algumas considerações

No contexto da expansão da produção agrícola pautada nas dinâmicas do agronegócio no Brasil, sobretudo em Missão Velha – Ceará, o circuito espacial produtivo da banana em Missão Velha, objeto dessa pesquisa, transita na produção, trabalho e desigualdades socioespaciais.

Com intuito de entender as transformações socioespaciais e econômicas impressas ao longo de duas décadas no município de Missão Velha, verificar a produção agrícola missanvelhense, desde esse período, e acompanhar a evolução dessa produção foi fator importante para identificar o momento da substituição da policultura do milho, feijão, amendoim, mandioca e cana-de-açúcar pela monocultura da banana.

Denise Elias já havia observado esse padrão de transformações socioespaciais e econômicas ao escrever sobre Globalização e Agricultura tendo como objeto empírico o município de Ribeirão Preto. Essa tese foi de fundamental importância para essa pesquisa, pois possibilitou a observação de padrões similares, embora em escala menor, bem como as ações do estado do Ceará ao desenvolver políticas públicas que priorizam os interesses do capital.

Com a instalação das empresas Sítio Barreiras Fruticultura LTDA e Sítio Paraiso Verde Fruticultura LTDA-ME inicia-se a concentração de terras agricultáveis e o surgimento de trabalhadores agrícolas assalariados em substituição ao agricultor, homem do campo, que produzia em suas próprias terras e/ou em terras arrendadas e que por falta

de competitividade se viu obrigado a vender sua força de trabalho para empresas especialistas no agronegócio com incentivos do Estado.

A consolidação do agronegócio no município de Missão Velha pautadas nas dinâmicas do circuito espacial produtivo da banana, a produção do espaço no qual o ser humano mantém relações econômicas submissas ao interesse do capital (ROSSINI, 2017) passa a gerar desigualdades socioespaciais.

Perceptíveis na condição de vida dos agricultores essas desigualdades socioespaciais tomam forma à medida em que se agravam os problemas de moradia, assim como os problemas de subsistência. A construção do Cinturão das Águas do Ceará – CAC é um exemplo de como os agricultores que trabalhavam em terras arrendadas se viram obrigados a mudar de cidade ou venderem sua força de trabalho para as empresas produtoras de banana em Missão Velha. A inserção dessas empresas no município obrigou os agricultores a venderem suas terras por falta de competividade.

Constata-se então que a produção agrícola empresarial com incentivos do Estado (fiscais e de infraestrutura) propiciaram mudanças na produção agrícola pretérita de Missão Velha substituindo a policultura do milho, feijão, amendoim, mandioca e cana-de-açúcar pela monocultura da banana. Nesse contexto, o agricultor foi substituído pelo trabalhador agrícola assalariado e como consequência da maximização do lucro impostas pelo agronegócio houve intensificação nas desigualdades socioespaciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades do circuito da economia estão constantemente se transformando. Sob a perspectiva da globalização e com objetivo da maximização dos lucros as empresas tornam-se cada vez mais competitivas para atender as demandas de produção e consumo. Assim, o Estado se vê obrigado a acompanhar essa modernização.

Os fenômenos que ocorrem no circuito espacial produtivo da banana no sul do Ceará, colocaram Missão Velha entre os dez municípios que mais produzem banana no país. Entretanto, dentro da lógica da produção e consumo globalizado o estado do Ceará vem gerenciando a serviço dos interesses do capital.

A institucionalização da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE em 21 de outubro de 2007 fundamentada na Lei N° 13.960 de 04 de setembro de 2007 foi de fundamental importância para as ações do Estado que priorizaram interesses empresarias em vez das demandas sociais.

Nesse sentido, depois da pesquisa documental, foi possível observar que as políticas de desenvolvimento econômico do estado do Ceará tomaram forma dentro do circuito espacial produtivo da banana em Missão Velha, através de incentivos fiscais (a exemplo do Decreto N° 29.183, de 08 de fevereiro de 2008, que consolida e regulamenta a legislação do Fundo de Investimento Industrial do Ceará – FDI) ou reestruturação da infraestrutura do Estado.

Logo, pôde-se então destacar três ações do Estado, que tiveram a participação direta da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE: Duplicação da CE 293 exatamente nas áreas destinadas ao plantio de bananas em Missão Velha (cujo objetivo é interligar a BR 116), construção da CE 292 que ligou a zona rural de Missão Velha ao Aeroporto Regional Leandro Bezerra, localizado em Juazeiro do Norte (essa obra reduziu em 15 km a distância) e a construção do Trecho 1 do Cinturão das Águas do Ceará – CAC.

Dentro das dinâmicas que envolvem a produção agrícola no estado do Ceará a água é fator de destaque. Logo, o gerenciamento hídrico tornou-se moeda de barganha entre o setor empresarial e Estado. Para a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE a construção do Cinturão das Águas do Ceará – CAC proporcionará seguridade hídrica para o estado do Ceará. Todavia, essa obra causou impacto socioeconômico para as pessoas que moravam nos locais onde está sendo construído o canal.

Ao considerar os dados sobre a produção de banana tanto municipal como estadual, extraídos da Produção Agrícola Municipal do IBGE no período de 2006 à 2015 constatou-se que Missão Velha passou a ocupar a primeira posição no Estado a nona no país. Esse fenômeno acompanhou a instalação de duas empresas que dentro do circuito espacial produtivo da banana assumiram papel de destaque: Sítio Barreiras Fruticultura LDTA e Sítio Paraíso Verde Fruticultura LDTA-ME.

Essas duas empresas promoveram a substituição da policultura do milho, feijão, amendoim, mandioca e cana-de-açúcar pela monocultura da banana. Com o objetivo de melhor visualizar esse processo optou-se pelo levantamento de dados da Produção Agrícola Municipal do IBGE no período de 1996 a 2006. Fora escolhido esse período porque foi em 1996 que o empresário Sebastião Regis comprou as terras do Sítio Barreiras (nome do sítio que foi dado para sua empresa). Foi nesse período que se pôde observar o processo de substituição da policultura pela monocultura.

Dentro desse modo de produção globalizado com incentivos constantes do Estado essas duas empresas cresceram ao passo que o pequeno produtor agrícola por não ter competitividade se viu obrigado a abandonar sua produção e a vender sua força de trabalho para essas empresas. Uma outra classe social formada por médicos, advogados, gerentes de supermercados e latifundiários viram a oportunidade de investir parte de suas economias no cultivo de banana e passaram a contratar ex-funcionários dessas empresas que haviam apreendido a técnica do cultivo de banana.

Nessa nova lógica do circuito espacial produtivo da banana em Missão Velha no interior do Ceará e como resultado desse novo modo de produção aumenta o trabalhador do campo assalariado.

Ademais, a mudança da agricultura tradicional pela agricultura empresarial teve como resultado novo modo de (re)produção do espaço, sistematizado pelas dinâmicas socioeconômicas, dirigido e organizado pelo Estado e o setor empresarial do ramo do agronegócio, dentro da lógica do circuito espacial produtivo da banana.

Como consequência desse processo de (re)produção do espaço, a condição de vida das pessoas é alterado. Onde antes havia produção agrícola tradicional caracterizada pela policultura, hoje há produção agrícola empresarial, com predominância da monocultura da banana. Esse processo de mudança resultou no surgimento do novo trabalhador agrícola em Missão Velha – CE.

Nessa nova realidade, as relações trabalhistas não são mais baseadas no arrendamento da terra, ela é organizada, dirigia e produzida dentro da lógica capitalista, na qual a maximização do lucro torna-se a meta a ser alcançada e superada cada vez mais.

A pesquisa de campo possibilitou a apreensão de parte da realidade das famílias que agora inseridas no circuito espacial produtivo da banana em Missão Velha, apresentaram déficit de moradia, renda per capita insuficiente, nos quais os jovens estão seduzidos pelo fetiche da mercadoria, mas, com esperanças de uma vida melhor.

É necessário considerar os impactos socioeconômicos que a introdução do circuito especial produtivo da banana causou aos agricultores da zona rural do município de Missão Velha, para então através do planejamento participativo construir políticas que priorizem os interesses sociais em detrimento da maximização do lucro. O Estado dispõe da ferramenta adequada para tal fim, essa é o Planejamento Plurianual (previsto no artigo 165 da Constituição Federal e regulamentado pelo Decreto 2.829, de 29 de outubro de 199), entretanto dá-se pouca importância a essa ferramenta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. A transposição das águas do São Francisco: uma análise crítica. **REVISTA USP**, São Paulo, n.70, p. 6-13, junho/agosto 2006

ARROYO, Mónica. Redes e circulação no uso e controle do território In ARROYO, Mónica e CRUZ, Rita (org). **Território e Circulação. A dinâmica contraditória da globalização**. São Paulo. Annabume, p. 37-49. 2015.

ASSIS, A. T. **A Transposição do rio São Francisco na voz dos diretamente atingidos em Cabrobó (PE)**. 2015. Tese (Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

BINI, Danton Leonel de Camargo. **Da formação socioespacial à diferenciação dos circuitos espaciais agropecuários na região de Araçatuba (SP)**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. DOI:10.11606/T.8.2015.tde-16072015-121345. Acesso em: 2017-04-21.

BLANCO, Jorge. Territorio, circulacion y redes: articulaciones y tenciones In ARROYO, Mónica e CRUZ, Rita (org). **Território e Circulação. A dinâmica contraditória da globalização**. São Paulo. Annabume, p. 15-36. 2015.

BRASIL, IBGE Instituto Brasileiro de geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010, 2016. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=2307304>. Acessado em 22 de agosto de 2016.

BRITO: Anderson Camargo Rodrigues **TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NO CARIRI CEARENSE:** o Cinturão das Águas do Ceará (CAC) e o contexto de conflitos no Baixio das Palmeiras, Crato/CE. Dissertação (Mestrado em Geografia) – CFCH Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, 2016. 308f. Disponível em: < http://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18751> Acesso em: 2017-12-12.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, v. 22, n. 3, 2010.

CASTILLO, Ricardo et al. REGIÕES DO AGRONEGÓCIO, NOVAS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE E REESTRUTURAÇÃO URBANA. **Revista da ANPEGE**, v. 12, n. 18, p. 265-288, 2016.

CEARÁ. Decreto N° 29.183 de 8 de fevereiro de 2008. Consolida e regulamenta a legislação do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, 15 de fevereiro de 2008, série 2 Ano XI N° 031° Caderno Único. p. 1-6.

_____. Lei N° 13.960 de 04 de setembro de 2007. Autoriza o poder executivo a constituir a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, 10 de setembro de 2007, série 2 Ano X N°171 Caderno 1. p. 1-3.

_____. Lei N° 16.199 de 29 de dezembro de 2016. Estima receitas e fixa despesas do Estado para o exercício financeiro de 2017. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, 30 de dezembro de 2016, série 3 Ano VII N°247 Caderno 1. p. 1-5.

_____. Demonstrações contábeis 2015. Relatório da Administração. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, 05 de abril de 2016, série 3 Ano VII N°063 Caderno 1. p. 12-22.

CONTEL, Fabio Betioli et al. Espaço geográfico, sistema bancário e a hipercapilaridade do crédito no Brasil. **Caderno CRH**, v. 22, n. 55, p. 119-134, 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais. In CASTRO, I. E de; GOMES, P. C da C (org.) **Explorações Geográficas. Percursos no fim do século**, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro p. 279-318, 2006.

DIAS, Leila Cristina. Redes: emergência e organização. In CASTRO, I. E. GOMES, P. C. C., CORRÊA, R. L. (Org.): **Geografia: conceitos e temas**; 8ª Edição, Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, p. 141-162. 2006.

ELIAS, Denise. A Modernização da Produção Agropecuária IN ELIAS, Denise. (Org.). **O novo espaço da produção globalizada: o Baixo Jaguaribe-CE**. FUNECE, 2002.

_____. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão** Preto, SP. Edusp, 2003.

_____. Reestruturação produtiva da agropecuária e novas dinâmicas territoriais: cidade e campo**.** IN **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. pp 4475 -4487 Universidade de São Paulo, março de 2005.

ELIAS, Denise; MUNIZ, Alexsandra; BEZERRA, Juscelino. Agronegócio e reorganização das relações de trabalho agrícola no baixo Jaguaribe (CE). **Revista Econômica do Nordeste**, v. 38, n. 1, p. 32-47, 2017.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato.. Reestruturação Econômica e Nova Economia Política da Urbanização no Ceará. **Mercator-Revista de Geografia da UFC**, v. 12, n. 28, p. 95-112, 2013.

_____. (Re) estruturação Urbana e Desigualdades Socioespaciais em Região e Cidade do Agronegócio. **GEOgraphia**, v. 17, n. 35, p. 10-39, 2015.

FOUCAULT, Michel. Os limites da representação IN FOUCAULT, Michel **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Martins Fontes, São Paulo 2007.

_____. Trabalho, vida, linguagem IN FOUCAULT, Michel **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Martins Fontes, São Paulo 2007

GONÇALVES, Claudio U.; OLIVEIRA, Cristine F. de. Rio São Francisco: **As águas correm para o mercado.** Revista Boletim Goiano de Geografia (Goiânia. Online). V. 29, n.2, 113-125, 2009

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH), Plano de Gerenciamento das Águas da Bacia do Salgado, 2000 40p. Disponível em <http://portal.cogerh.com.br/planos-de-bacias.html>

_____. Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará. ADECE; Estratégias para o Agronegócio Cearense. 2011. 60p. Disponível em

<http://www.adece.ce.gov.br/index.php/agronegocio/estrategias-do-agronegocio-cearense>. Acessado em 17 de julho de 2016.

_____. Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará. ADECE; Estratégias para o Agronegócio Cearense. 2012. Disponível em <http://www.adece.ce.gov.br/index.php/downloads/category/10-agronegocios>. Acessado em 17 de julho de 2016.

_____. Secretaria dos Recursos Hídricos; Projeto Cinturão das Águas do Ceará, 2014. 20p. Disponível em <http://atlas.srh.ce.gov.br/arquivos/documentos/Aprenset_Cinturao_das_Aguas.pdf>.

_____. Secretaria dos Recursos Hídricos; Atlas eletrônico. 2016. Disponível em <http://atlas.srh.ce.gov.br/>

_____. Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos; Calendário das Chuvas no Estado do Ceará. 2016. Disponível em <http://www.hidro.ce.gov.br/reservatorios/chuva/diaria>

_____. Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos; Rede Cearense de Radares. 2016. Disponível em <http://www.funceme.br/index.php/areas/23-monitoramento/meteorol%C3%B3gico/409-precipitacao-por-radar>

GUIMARÃES, Alessandra Rodrigues PESSÔA, Vera Lúcia Salazar: A INVESTIGAÇÃO NA "TERRA DO ABACAXI" - MONTE ALEGRE DE MINAS (MG): o caminho metodológico da pesquisa In PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; RUCKERT, Aldomar Arnaldo; RAMIRES, Julio Cesar de Lima(Org.). **Pesquisa qualitativa: aplicações em geografia**. Imprensa Livre. Porto Alegre – RS 2017. p. 488 – 513.

HARVEY, David. A Teoria Marxista do Estado In **A produção Capitalista do Espaço**. São Paulo, 2ª edição Annablume, p. 73-92. 2005.

JACOBI, Pedro e FRACALANZA, Ana Paula. **Comitês de bacias hidrográficas no Brasil: desafios de fortalecimento da gestão compartilhada e participativa. Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 11-12, p. 41-49, jan./dez. 2005

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura e outros textos filosóficos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

HEIDEMANN, Heinz Dieter. Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação. **Serviço Pastoral dos Migrantes. Migrações: discriminações e alternativas**. São Paulo: Paulinas/SPM, 2004.

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro 7ª edição Campus, 1989.

MARENGO, J. **Vulnerabilidade, impactos e adaptação à mudança do clima no semi-árido do Brasil**. PARCERIAS ESTRATÉGICAS BRASÍLIA, DF N.27, 2008, p. 149-176

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O capital: crítica de economia política**: livro I. O processo de produção do capital – 2ª edição –Boitempo, São Paulo, 2017.

NEVES-SILVA, Priscila; HELLER, Léo. **O direito humano à água e ao esgotamento sanitário como instrumento para promoção da saúde de populações vulneráveis**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 1861-1870, jun. 2016.

NOBRE, Francisco Wlirian: **Os Efeitos do Cinturão das Águas do Ceará - CAC no Distrito de Baixio das Palmeiras, Crato -CE**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável. Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte – Ceará, 2016. 203f.

PEÑA, Humberto. "La seguridad hídrica: la definición de un objetivo estratégico". In: **Desafíos de la seguridad hídrica en América Latina y el Caribe**. CEPAL - Serie Recursos Naturales e Infraestructura N° 178, pp. 11-17, 2016

PEQUENO, Luis Renato Bezerra; ELIAS, Denise. Tendências da urbanização e espaços urbanos não metropolitanos. **Cadernos Metrópoles**, v. 12, nº 24, jul./dez de 2010. p.441-465.

_____. Reestruturação econômica e urbanização no Ceará. **XXIII Seminário da Red Iberoamericana de Investigafores sobre Globalizacion y Território(RII)**, 2014.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson. **Território e economia política** – uma abordagem a partir do novo processo de industrialização no Ceará. São Paulo: Editora da Unesp/Selo Cultura Acadêmica, 2012.

RAFFESTIN, Claude. As Redes e o Poder In **Por Uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, p. 143-220.1993.

REIS, José. **Os Espaços da Industria. A regulação econômica e o desenvolvimento em Portugal. Edições Afrontamento**. Porto. Portugal. 1992.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Soberania: conceito e aplicação para a gestão da água**. Scripta Nova (Barcelona), v. XVI, p. 01-11, 2012.

ROSSINI, Rosa Ester. A modernidade tecnológica incompleta na agricultura canavieira na macro-área de Ribeirão Preto (SP) pune tanto o meio ambiente como a força de trabalho de homens e mulheres. In ROSSINI, Rosa Ester (Org.). **Dinâmicas contemporâneas do espaço agrário brasileiro: modernidade técnico-científico e diferentes usos do território**. Annablume. São Paulo 2016. p. 13-40.

_____. O RURAL E O URBANO/A CIDADE E O CAMPO: SUAS RELAÇÕES COM A FORÇA DE TRABALHO E COM A TERRA NO ESTADO DE SÃO PAULO E NO BRASIL DE ONTEM E DE HOJE. **Revista Rural & Urbano**, v. 2, n. 1, 2017.

SANTOS, Milton. A Totalidade do Diabo: Como as formas geográficas difundem o Capital e mudam as estruturas sociais In SANTOS, Milton. **Economia Espacial**. 2ª edição. Edusp. São Paulo, p. 187-204. 2003.

_____. **O Espaço Dividido**. 2ª edição. Edusp. São Paulo 2004.

_____. **A urbanização brasileira**. Edusp, 2005.

_____. **A Metamorfose do Espaço Habitado**. Edusp, 2012a.

_____. **Espaço e Método**. Edusp, 2012b.

_____. **Por Uma Geografia Nova**. 6ª edição. Edusp. São Paulo 2012c.

_____. **A Natureza do Espaço**. 4ª edição. Edusp. São Paulo 2014.

SARMENTO, Francisco Jácome. A integração do São Francisco: verdade e mito. **REVISTA USP**, n. 70, p. 14-23, 2006.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI**. Campo-território: revista de geografia agrária**, v. 5, n. 10, 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. Pesquisa qualitativa. In: TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 2008, p. 116-136

VILLAR, P. C. ; RIBEIRO, W. C. . **A percepção do Direito Humano à Água na ordem internacional**. Revista Direitos Fundamentais & Democracia (UniBrasil), v. 11, p. 358-380, 2012.

ZURBRIGGEN, Cristina. **Políticas latinoamericanas en la gestión del agua: De la gobernanza neoliberal a una gobernanza pública**. Agua y Territorio, núm. 3, p. 89-100, enero-junio 2014.

Anexos

Perfil das Famílias

	Nº de Pessoas que moram na casa	Nº de Pessoas que trabalham	Salário mensal	Alimentação (R$)	contas (água, luz, telefone, prestações, etc)
Família 1	2	1	937,00	R$ 700,00	R$ 250,00
Família 2	4	2	937,00 400,00	R$ 825,00	R$ 300,00
Família 3	5	2	937,00 700,00	R$ 900,00	R$ 600,00
Família 4	5	2	937,00 700,00	R$ 810,00	R$ 720,00
Família 5	4	2	937,00 400,00	R$ 700,00	R$ 220,00
Família 6	3	1	937,00	R$ 750,00	R$ 400,00
Família 7	6	2	937,00 400,00	R$ 850,00	R$ 250,00
Família 8	2	1	937,00	R$ 700,00	R$ 220,00
Família 9	3	2	937,00 700,00	R$ 800,00	R$ 300,00
Família 10	4	1	937,00	R$ 700,00	R$ 200,00
Família 11	2	1	937,00	R$ 690,00	R$ 250,00
Família 12	4	2	937,00 500,00	R$ 900,00	R$ 300,00
Família 13	7	3	937,00 500,00 500,00	R$ 900,00	R$ 600,00
Família 14	4	1	937,00	R$ 700,00	R$ 260,00
Família 15	5	1	937,00	R$ 800,00	R$ 200,00
Família 16	3	1	937,00	R$ 700,00	R$ 200,00
Família 17	2	1	937,00	R$ 600,00	R$ 300,00
Família 18	2	2	937,00 600,00	R$ 680,00	R$ 350,00
Família 19	3	1	937,00	R$ 800,00	R$ 220,00
Família 20	6	1	937,00	R$ 800,00	R$ 250,00
Família 21	4	1	937,00	R$ 700,00	R$ 300,00
Família 22	4	1	937,00	R$ 700,00	R$ 200,00
Família 23	4	1	937,00	R$ 800,00	R$ 300,00
Família 24	5	1	937,00	R$ 780,00	R$ 400,00
Família 25	4	1	937,00	R$ 900,00	R$ 150,00
Família 26	3	1	937,00	R$ 800,00	R$ 250,00
Família 27	4	1	937,00	R$ 700,00	R$ 300,00
Família 28	5	2	937,00 937,00	R$ 900,00	R$ 450,00
Família 29	3	1	937,00	R$ 700,00	R$ 230,00
Família 30	5	1	937,00	R$ 800,00	R$ 180,00

FONTE: Pesquisa de campo, 2017
Elaboração e Organização: CASTRO, CLF. 2018

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
FFLCH – USP

Questionário: Dados Gerais, trabalho, família e bens

1. DADOS GERAIS

1.Nome:
2. Idade: 3.Sexo:
4. Endereço:
5. Bairro:
6. Grau de instrução: 7. Série:
8. Local de nascimento – Estado: Cidade: Zona Rural ( )
Zona Urbana ( )
9. Estado civil – solteiro ( ) casado ( ) outros ( )

2. TRABALHO

1.Com que idade começou a trabalhar?
2. Trabalha atualmente?
3. Em que ano começou a trabalhar neste serviço?
4. Especificar a função e o nome da empresa para a qual trabalha:
5. Cargo efetivo ( ) Cargo temporário ( )
6. Trabalho anterior:
7. Tem carteira de trabalho atualizada? Sim ( ) Não ( )
8. Quem convidou para trabalhar neste último serviço (agricultura):
Proprietário ( ) Amigo ( ) Outros ( ) – especificar:
Vizinho ( ) Turmeiro ( )

9. Qual a condução que usa para chegar ao local de trabalho:
Caminhão( ) ônibus ( ) trator ( ) bicicleta ( ) cavalo( ) outros( )
10.Quanto tempo gasta para chegar ao local de trabalho?
11.Está satisfeito com a forma de contratação? Sim ( ) Não ( ) Por quê?
12. Forma de pagamento hoje:
Diária ( ) semanal ( ) quinzenal ( ) mensal ( ) outros ( )
13. Se diário, quanto dias trabalha por mês?
14. Quantos meses, aproximadamente, trabalha por ano?
15. Salário aproximado recebido por mês
Safra: Entressafra: Outros:
16. Tipo de atividade desenvolvida em cada mês (Se não trabalha na agricultura durante todo ano, especificar as atividades realizadas):

Jan.	
Fev.	
Mar.	
Abr.	
Maio	
Jun.	
Jul.	
Ago.	
Set.	
Out.	
Nov.	
Dez.	

17. Paga INSS? Sim ( ) Não ( )
18. Já usou serviços do INSS? Sim ( ) Não ( )
19. É sócio de alguma: Cooperativa ( ) Qual?:
Associação ( ) Qual?:
Sindicato ( ) Qual?:

20. Há alguma melhoria ocorrida para o trabalhador que corta cana nos últimos anos?
21. Por que acha que ela foi aplicada?
22. Pretende mudar de trabalho/ocupação? Sim ( ) Não ( )
23. Para qual? E por quê?
24. Qual a sua relação com a turma?
25. Há um aumento do número de máquinas sendo empregadas na colheita de banana, como isso é visto?

26. Como é a relação homem/mulher na divisão do trabalho no campo?

3. FAMÍLIA

1. Número de pessoas que moram na casa:

nome	Parentesco*	idade	sexo	Local de nascimento (cidade, Estado, Z.R. ou Z.U.)	Estuda? S/N	Escolaridade	Trabalha S/N	Em que trabalha?	Onde trabalha?	Salário mensal	Outros rendimentos (especificar)

* pai, mãe, irmão, filho, etc.

2. Número de pessoas da família que não moram mais na casa

nome	Parentesco*	idade	sexo	Quando saiu (ano)	Onde vive?	Motivo da saída	Trabalha?	Envia dinheiro para a família? (mensal ou esporadicamente?)	Valor que envia para a família

3. A família pretende mudar da cidade? Sim ( ) Não ( )
4. Para qual cidade? Estado: Z. Rural ( ) Z. Urbana ( )
5. Por quê?
6. Do total que a família recebe mensalmente, quanto é gasto aproximadamente em:

alimentação: aluguel: contas (água, luz, telefone, prestações, etc):

7. A família tem outros rendimentos além daqueles oriundos do trabalho? (exemplos: aluguel, arrendamento, programa governamental, etc). Especificar tipo e valor.

4. BENS

1. Especificar moradia: casa própria( ) alugada( ) cedida( ) emprestada( ) ocupada( )
Número de cômodos:

2. Bens possuídos pela família

Bem	S/N	Cidade onde comprou	Ano de aquisição	Pagamento à vista ou à prestação
Automóvel				
Outro veículo (especificar)				
Bicicleta				
Televisão				
Rádio elétrico				
Rádio à pilha				
Aparelho de som				
Fogão à gás				
Máquina de costura				
Geladeira				
Liquidificador				
Vídeo cassete				
DVD ou Blue Ray				
Celular				
Computador				
Antena parabólica				
Tanquinho				
Máquina de lavar				
Tablet				

Descrever a vida diária da pessoa, incluir as seguintes informações: hora que levantam, a que horas saem para o trabalho, quanto tempo viajam, quantas pessoas viajam juntas. Há separação entre homens e mulheres nos caminhões ou outros veículos usados para chegar ao trabalho? Que vestimenta utilizam e por quê? O que comeram e beberam durante o dia ontem no almoço, no lanche e no jantar? Qual o horário de almoço, do café e do término do trabalho? Como trabalham? Hora que chegam em casa? Quem supervisiona o trabalho? Quem faz o pagamento? Forma de pagamento? O que pensam a respeito do trabalho e do futuro para si e seus filhos, etc.